

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS NÍVEL DE MESTRADO**

TASCIRA SANTONASTASO

**NOS CAMPOS DO SABER:
A CONSTITUIÇÃO DA HISTORICIDADE DA LÍNGUA(GEM) E DAS FORMAS DE
SUBJETIVAÇÃO DO BRASILEIRO EM DOCUMENTOS PORTUGUESES DO SÉCULO
XIX**

**MARINGÁ – PR
2021**

TASCIRA SANTONASTASO

**NOS CAMPOS DO SABER:
A CONSTITUIÇÃO DA HISTORICIDADE DA LÍNGUA(GEM) E DAS FORMAS DE
SUBJETIVAÇÃO DO BRASILEIRO EM DOCUMENTOS PORTUGUESES DO
SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito.
Coorientador: Prof. Dr. Hércius Batista Pereira.
Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

**MARINGÁ – PR
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S237n

Santonastaso, Tascira

Nos campos do saber : a constituição da historicidade da língua(gem) e das formas de subjetivação do brasileiro em documentos portugueses do séc. XIX / Tascira
Santonastaso. -- Maringá, PR, 2022.

170 f.: il., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito.

Coorientador: Prof. Dr. Hércius Batista Pereira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Língua Portuguesa, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Letras - Análise de discurso - Governamentalidade. 2. Letras - Análise de discurso - Biopolítica. 3. História social da língua. 4. Sujeitos brasileiros - Formas de subjetividade. I. Coito, Roselene de Fátima, orient. II. Pereira, Hércius Batista, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Língua Portuguesa. Programa de Pós-Graduação em Letras. IV. Título.

CDD 23.ed. 401.41

Jane Lessa Monção - CRB 9/1173

TASCIRA SANTONASTASO

**NOS CAMPOS DO SABER:
A CONSTITUIÇÃO DA HISTORICIDADE DA LÍNGUA(GEM) E DAS
FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO DO BRASILEIRO EM DOCUMENTOS
PORTUGUESES DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Roselene de Fátima Coito
Presidente (Orientadora) – UEM / Maringá

Prof. Dr. Hércius Batista Pereira
(Coorientador) – UEM / Maringá

Prof. Dr. Flávio Brandão Silva
Membro Titular do PLE – UEM / Maringá

Profa. Dra. Claudete Moreno Ghiraldelo
Membro Titular Externo – UNITAU / Taubaté

Data de Aprovação

30/09/2021

Maringá – PR

A mio fratello,
il mio, per sempre, οἶκος.

AGRADECIMENTOS

À conjuntura de afirmação do desenvolvimento nacional, ao Anísio Teixeira, a todos os órgãos públicos, sindicatos e professores que lutaram para que, hoje, pudesse existir a CAPES, a quem, também, agradeço pelo auxílio financeiro.

Aos meus orientadores, pacientes bússola e astrolábio.

Aos professores membros da banca, pelas correções e pelos apontamentos.

A mio fratello, per la fiducia.

Ai miei genitori, per l'ispirazione.

A ti, en quien recaen mi admiración, mi respeto y mi querer.

Às minhas tias professoras, pelo exemplo e pelo abraço-casa.

Aos meus avós, pelo bem-te-vi.

A nonna, per l'instancabile veglia sui miei sogni.

Aos dois casais que trouxeram brisa aos meus dias: o colombo-brasiguai e o libano-brasileiro.

Sappiatelo, conserveró sempre un posto, dentro questo cuore ballerino, per ognuno di voi!

De resto, omitirei qualquer nome para evitar dispensáveis injustiças, afinal...

Chi ha avuto, ha avuto, ha avuto... Chi ha dato, ha dato, ha dato!

Κι αν πτωχική την βρεις, η Ιθάκη δεν σε γέλασε.
Έτσι σοφός που έγινες, με τόση πείρα,
ήδη θα το κατάλαβες η Ιθάκες τι σημαίνουν.
(Κωνσταντίνος Καβάφης, Ιθακη, 1911, νν34-36)¹.

¹ E se a encontras pobre, não por isso Itaca terá te enganado. Sábio assim como te tornaste, com toda a tua experiência, já deves ter entendido o que Itaca quer significar. / E se la trovi povera, non per questo Itaca ti avrà deluso. Fatto ormai saggio, con tutta la tua esperienza addosso, già avrai capito ciò che Itaca vuole significare (tradução da autora).

RESUMO

SANTONASTASO, Tascira. **Nos campos do saber:** a constituição da historicidade da língua(gem) e das formas de subjetivação do brasileiro em documentos portugueses do século XIX. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado. Universidade Estadual do Maringá, Câmpus Sede. Maringá, 2021.

A presente pesquisa busca flexibilizar as fronteiras entre língua, cultura e história, inscrevendo-se em vários campos do saber, configurados a partir do dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso, na perspectiva metodológica de Michel Foucault. Partindo dessas premissas, objetiva-se compreender, com base em um *corpora* de excertos de textos do século XIX, a constituição da historicidade da língua(gem) e das formas de subjetividade do sujeito brasileiro. Sob um olhar mais detido, a partir dos textos de Sampaio Bruno e de Bordalo Pinheiro, é possível entender o papel desempenhado pela língua portuguesa, nesse contexto, de diversas maneiras, mas, nesta pesquisa, visa-se a tentar pinçar as relações entre língua, poder e governamentalidade, a fim de perceber de que modo se manifesta a biopolítica que se exercita por meio do que se entende como língua portuguesa, em territórios pós-coloniais, mais especificamente, no Brasil. Para tanto, escolhe-se abrir um diálogo com as práticas da História Social da língua, uma vez que o seu campo de saber permite validar os múltiplos discursos produzidos sobre as representações do presente ou do passado sem hierarquizá-los. Diante disso, problematiza-se como se dão as formas de subjetividade do sujeito brasileiro constituído a partir de documentos portugueses, que abrangem os estudos da língua, da literatura e da cultura brasileira, a fim de entender os jogos de verdade que permitiram – e ainda permitem – a manutenção do poder nas relações de lusofonia.

Palavras-chave: Governamentalidade; História social da língua; Biopolítica; Formas de subjetividade de sujeitos brasileiros.

RIASSUNTO

SANTONASTASO, Tascira. **Attraverso i campi del sapere:** la costituzione della storicità del(la) lingua(ggio) e le forme di soggettivazione dei brasiliani nei documenti portoghesi dell'Ottocento. Tesi di Laurea Magistrale in Lettere. Università statale di Maringá, Câmpus Sede. Maringá, 2021.

Questa ricerca cerca di rendere più flessibili i confini tra lingua, cultura e storia, iscrivendosi in diversi campi del sapere, configurati dal dispositivo teorico-analitico dell'Analisi del discorso, nella prospettiva metodologica di Michel Foucault. Sulla base di queste premesse, l'obiettivo è comprendere, a partire da un *corpus* di brani tratti da testi della fine dell'Ottocento, la costituzione della storicità del(la) lingua(ggio) e le forme di soggettività del soggetto brasiliano. A ben vedere, è possibile comprendere il ruolo svolto dalla lingua portoghese, in questo contesto, in modi diversi, ma questa ricerca si propone di individuare i rapporti tra lingua, potere e governamentalità, in modo da percepire come si manifesta la biopolitica nei territori postcoloniali. Si sceglie, quindi, di aprire un dialogo con le pratiche della storia sociale del linguaggio, poiché, nel suo campo del sapere, permette di validare i molteplici discorsi prodotti sulle rappresentazioni del presente o del passato senza collocarli in una gerarchia. Pertanto, ci si interroga su come occorrono le forme di soggettività del soggetto brasiliano, costituito da documenti portoghesi, che riguardano gli studi della lingua, della letteratura e della cultura brasiliana, per comprendere i giochi di verità che hanno permesso, e ancora permettono, la manutenzione del potere nelle relazioni lusofoniche.

Parole chiave: Campi del sapere; Storia sociale del linguaggio; Biopolitica; Forme di soggettività dei soggetti brasiliani.

ABSTRACT

SANTONASTASO, Tascira. **In the fields of knowledge:** the constitution of the historicity of the language and the forms of subjectivation of Brazilians in Portuguese documents from the 19th century. Dissertation. Postgraduate Program – Master of Letters. State University of Maringá, Câmpus Sede. Maringá, 2021.

This research seeks to make the boundaries between language, culture and history flexible, inscribing itself in various fields of knowledge, configured from the theoretical-analytical device of Discourse Analysis, in the methodological perspective of Michel Foucault. Based on these premises, the objective is to understand, based on corpora of excerpts from texts from the century XIX, the constitution of the historicity of language and the forms of subjectivity of the Brazilian subject. Under a closer look, it is possible to understand the role played by the Portuguese language, in this context, in different ways, but this research aims to try to pinpoint the relationships between language, power and governmentality, in order to understand how biopolitics in postcolonial territories manifests. Therefore, it is chosen to open a dialogue with the practices of the social history of language, since, in its field of knowledge, it allows validating the multiple discourses produced about the representations of the present or the past without placing them in a hierarchy. Therefore, it is questioned how the forms of subjectivity of the Brazilian subject come about, constituted from Portuguese documents, which cover the studies of the Brazilian language, literature and culture, to understand the truth games that allowed, and still allow, the maintenance of power in Lusophony relations.

Keywords: Fields of knowledge; Social history of language; Biopolitics; Forms of subjectivity of Brazilian subjects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	127
Figura 2.....	129
Figura 3.....	131
Figura 4.....	135
Figura 5.....	136
Figura 6.....	137
Figura 7.....	138
Figura 8.....	141
Figura 9.....	142
Figura 10.....	143
Figura 11.....	145
Figura 12.....	145
Figura 13.....	146
Figura 14.....	146
Figura 15.....	153
Figura 16.....	154
Figura 17.....	155
Figura 18.....	156
Figura 19.....	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do tempo da língua portuguesa	69
Quadro 2 – Linha do tempo do Português Brasileiro	71
Quadro 3 – Focos irradiadores do português no Brasil	73
Quadro 4 – Características conservadoras e inovadoras do PB.....	79

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – DO CAMPO DO SABER ÀS INSTÂNCIAS DO PODER.....	25
1.1 Saberes e campos de saber: diálogos possíveis.....	25
1.2 Da construção discursiva do social.....	31
1.3 Do social na reflexão historiográfica: convergências possíveis.....	37
1.4 Nas instâncias do poder: do território e população à instauração do controle sobre as vidas.....	43
CAPÍTULO 2 – DAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE LÍNGUA E NAÇÃO	48
2.1 Olhando para a língua(gem) pela lente foucaultiana.....	48
2.2 Da origem e desdobramento da relação entre língua e nação	57
2.3 Do nacionalismo linguístico e do mito do monolinguismo.....	63
CAPÍTULO 3 – O CAMPO DE SABER DA HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA NO CONTEXTO BRASILEIRO	68
3.1 Origens do português	68
3.2 O Português Brasileiro e as hipóteses sobre sua origem	74
3.3 Mas, afinal, o Português Brasileiro é inovador ou conservador?	79
CAPÍTULO 4 – POSSÍVEIS CONFLUÊNCIAS TEÓRICAS	82
4.1 Poder e biopolítica.....	82
4.2 A produção discursiva da subjetividade	84
4.3 O processo de subjetivação do sujeito brasileiro e do Português Brasileiro no século XIX.....	87
CAPÍTULO 5 – ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	92
5.1 Proposta metodológica	92
5.2 Constituição e descrição dos <i>corpora</i>	92
5.2.1 <i>Corpora</i> filosófico, a subjetivação pela elite intelectual portuguesa.....	93
5.2.2 <i>Corpora</i> caricatural, a subjetivação pela elite artística	97
5.3 Considerações sobre as regularidades entre os <i>corpora</i>	99
5.4 Gesto interpretativo e analítico dos enunciados em uma perspectiva que converge os campos de saber da Análise do Discurso e da História Social	99
CAPÍTULO 6 – DA CONSTITUIÇÃO DAS FORMAS DE SUBJETIVIDADE DO SUJEITO BRASILEIRO.....	101
6.1 Condições de existência do dizer	101
6.2 Condições de possibilidade e emergência do dizer	104
6.3 A constituição do campo de saber sobre o brasileiro e sua língua a partir dos <i>corpora</i>	110
6.3.1 Nação e território e população.....	111
6.3.2 O sujeito outro e as relações sujeito/poder.....	120
6.3.2.1 O herdeiro da nobreza portuguesa no Brasil	129
6.3.2.2 O expoente da nobreza brasileira entre os portugueses.....	136
6.3.3 As relações entre saber e poder, a língua e a ciência.....	148
6.3.3.1 Línguas que (re)produzem conhecimento científico	151
6.3.3.2 Dos fardos de uma língua de herança: uma(s) língua(s) portuguesa(s).....	157
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	165
REFERÊNCIAS	168

APRESENTAÇÃO

Quelli come te, che hanno due sangui diversi nelle vene, non trovano mai riposo né contentezza; e mentre sono là, vorrebbero trovarsi qua, e appena tornati qua, subito hanno voglia di scappar via. Tu te ne andrai da un luogo all'altro, come se fuggissi di prigione, o corressi in cerca di qualcuno; ma in realtà inseguirai soltanto le sorti diverse che si mischiano nel tuo sangue, perché il tuo sangue è come un animale doppio, è come un cavallo grifone, come una sirena. E potrai anche trovare qualche compagnia di tuo gusto, fra tanta gente che s'incontra al mondo; però, molto spesso, te ne starai solo. Un sangue-misto di rado si trova contento in compagnia: c'è sempre qualcosa che gli fa ombra, ma in realtà è lui che si fa ombra da se stesso, come il ladro e il tesoro, che si fanno ombra uno con l'altro (MORANTE, 1957, p. 66)².

Peço licença para articular esta apresentação do trabalho de modo não convencional. Como será explicado em seguida, o norte desta pesquisa é a busca por emergências de práticas de subjetivação/subjugação do indivíduo, tanto interna quanto externamente. Práticas que se inter cruzam e podem ou não acontecer paralelamente. Assim, sinto um imperativo categórico de fazer uma digressão que possa, talvez, permitir perceber como, apesar de o objeto de análise parecer distante, cronológica e epistemologicamente, tudo e todos somos agenciados, plasmados e mobilizados por esses jogos de poder. Essa percepção permite olhar para os métodos analíticos e para a pesquisa não como algo estanque e distante, agenciado apenas pela ciência institucionalizada e que trata ou deixa de tratar de determinadas histórias *a priori*. Todos, eu inclusa, passei, passo e passarei por processos de subjetivação que irão me permear e constituir. Por isso venho aqui contar um pouco da minha história e por quais caminhos discursivos cheguei à escrita deste trabalho.

Venho de uma família de cavalos e águias, e isso, de certo modo, me tornou um... hipogrifo, aquele que nasce nas Bucólicas (39 a.C.) de Virgílio, na metáfora “*iungentur iam grypes equis*” (Ecl. VIII, 27), ou seja, “cruzarão até águias e cavalos!”. A ideia de Virgílio se origina do mito segundo o qual existia uma inimizade profunda entre as águias e os cavalos, por cada um ser o dono de um

²Aqueles como você, que têm dois sangues diferentes em suas veias, nunca encontram descanso ou contentamento; e enquanto eles estão lá, eles gostariam de estar aqui, e assim que eles voltarem, eles imediatamente querem fugir. Você irá de um lugar para outro, como se estivesse fugindo da prisão ou correndo em busca de alguém; mas, na realidade, você só perseguirá os diferentes destinos que se misturam em seu sangue, porque seu sangue é como um animal duplo, é como um hipogrifo, como uma sereia. Você poderá até encontrar alguma companhia do seu gosto, entre as tantas pessoas que você encontrará no mundo; entretanto, muitas vezes, você estará sozinho. Um sangue misto raramente se sente feliz em companhia: sempre há algo que o acompanha, mas na realidade é ele quem se assombra, como o ladrão e o tesouro, que se sombreiam um ao outro (tradução da autora).

reino majestoso e imenso. As primeiras do céu, os segundos da terra. Mas suas palavras sarcásticas tomam forma, realmente, muitos anos depois, no canto IV do *Orlando Furioso*, de Ariosto (1516):

Non è finto il destrier, ma naturale,
ch'una giumenta generò d'un Grifo:
simile al padre avea la piuma e l'ale,
li piedi anteriori, il capo e il grifo;
in tutte l'altre membra pareva quale
era la madre, e chiamasi ippogrifo.³

Venho de uma família de muitas línguas, de muitas culturas, de muitos costumes.... E, apesar disso, eu sou uma, e nasci com plumas e cascos de cavalo; como diria Whitman, contendo multidões. Cresci vendo a águia se esforçar para aprender a relinchar e o cavalo fazer de tudo para crocitar. Observava os dois nessa eterna tentativa de transitar no território do outro, nesse desterritorializar-se, dessubjetivar-se e subjetivar-se. Nesse constante estranhar-se no outro, refletir-se no outro, confundir-se no outro... até perder-se. Nessa luta diária que é afirmar o singular, o originário e o coletivo, consciente e inconscientemente, para se tornar parte da identidade.

Esses movimentos de subjetivação e dessubjetivação, como disse, não eram sempre conscientes. Com o passar dos anos, a águia começou a duvidar das próprias asas, a não saber mais de que jeito crocitar. Viver na sociedade dos cavalos, inserida em seus jogos de verdades, em suas dinâmicas de poder, em suas tessituras de valores, de crenças, de linguagens supostamente homogêneas, tudo isso havia permeado a águia de maneira mais ou menos violenta, a ponto de ela começar a querer ser um cavalo, sem, porém, nunca podê-lo ser. E a cada dia, por mais que fosse confortável, para os cavalos, tê-la dócil e com as asas curvadas no corpo, entre o dito e não dito, lembravam-na de sua não pertença, de sua identidade dissimilar, de seu ser o outro. A identidade do desterritorializado é algo complexo, é um oscilar entre as raízes e os galhos, entre o que nos mantém firmes e alimentados e o que nos faz dançar e receber energia.

Com maior ou menor compreensão do que se passava, eu me vi crescendo; vi-me cavalo, depois águia e, novamente, cavalo. Era estranho sentir que eu “pertencia” aos dois, mas, ao mesmo tempo, a nenhum. Aos meus olhos, existia como uma essência desengonçada, aceitar que eu pudesse voar e relinchar ao mesmo tempo, e que isso fosse

³ Não é fictício o corcel, mas natural, que uma égua gerou de uma águia: parecidas ao pai havia as plumas e as asas, os pés anteriores, a cabeça e a fuça; em todos os outros membros parecia exatamente a mãe, e se chama hipogrifo (tradução da autora).

normal, isso me colocava em um entre lugar, ao qual talvez eu sentia de pertencer, mas que não fazia muito sentido para mim. Foi estranho me olhar no espelho e perceber que era possível ser heterogêneo em silêncio, não que eu quisesse, não que fosse uma escolha, mas o entorno te conduz para o homogêneo, tentando silenciar uma de tuas partes para que não fosse dissonante. É mais fácil recorrer a uma organização se todos acreditam ter as mesmas necessidades e aceitam jogar com as mesmas regras; desconsiderando as especificidades individuais, é possível viver à sombra do mérito do outro.

Por muitos anos, dediquei-me, então, a olhar para uma de minhas partes, àquela bem aceita no momento. Fui educada e ensinada a medir o mundo com a régua deles. Meu pensável foi plasmado em suas categorizações... suas que, na realidade, não são de ninguém, nem ninguém lhe pertence, mas são impostas. Naveguei, nas carteiras escolares, por todas as terras e visitei todos os povos que constituíram o que eu sentia como “meu”, o que eu considerava “pátria” ou “povo”. Encantei-me e sofri por um sentimento de coletividade fruto do meu entorno. Cultivaram isso, mas eu, ingenuamente, senti-me única ao ver despertar dentro de mim algo, como um imã, um magnetismo pelas raízes, pelo que alimenta e dá firmeza, pela dita identidade. O que passa é que minha identidade não era igual ou totalmente igual à dos outros e, provavelmente, a dos outros também não. O que te torna o que você é? Quais critérios determinam essas associações internas aos indivíduos, como o sentir-se parte de uma ou outra coletividade, para, assim, sentir pertencimento a uma nação ou outra nação? Como cada um olha, e como cada um a enxerga, para o trinômio de sua essência: território, língua e nacionalidade? Sentia como se tirar os pés do chão e voar, como fazer o que eu sentia parte do que me definia enquanto indivíduo, não fosse assim tão boa ideia naquele contexto; era melhor reverenciar a terra e honrar as sementes que dão maçãs.

Comecei uma busca incessante pelo entendimento, pela exploração das entranhas de tudo o que fazia do cavalo um equino. Afinal, ali, ensinaram-me que eu era um cavalo e, ainda mais, de um tipo bem específico de cavalos, um cavalo partenopeo! Não que eu tenha ido muito profundo nisso, afinal, eu era só uma adolescente atrapalhada, mas sentia aquilo como um grande descobrimento da minha “essência”. E quanto mais eu conhecia sobre os equinos, mais me questionava sobre as águias, sobre essa convivência, sobre essa interação, o que acontece e como acontecem o encontro e a mistura de identidades? Quais mudanças virão do contato? É possível prever os efeitos? E revertê-los? São conscientes? Quais seriam os valores inegociáveis? Existirão

territórios neutrais? Como conviver com o outro quando o outro é outro em você? Esses eram alguns dos interrogativos que, desde sempre, estiveram passeando pela minha mente.

Dentro de mim, eu desejava encontrar pessoas que tivessem os mesmos desassossegos; sem sabê-lo e, depois sabendo, toda a minha vida estive buscando por hipogrifos, por identidades múltiplas, por realidades heteróclitas... queria saber como funcionavam esses microcosmos, como conseguiam equilibrar e valorizar e aceitar, plena e completamente, as múltiplas linfas que corriam dentro deles. Se precisaram abdicar, em algum momento, de algo, ou se tiveram de se moldar para caber em um ou em outro papel. Talvez alguém tivesse descoberto a maneira de ser, sem precisar explicar; porque eu, evidentemente, não tinha exemplos, nem mesmo conseguia imaginar um jeito realista de consegui-lo.

Ao seguir minha trilha de migalhas de pão, conheci muitos hipogrifos, aprendi uma porção de coisas, visitei uma porção de lugares, ouvi uma porção de conversas e cheguei ao Brasil. A terra que eu achava que fosse das águias. Aqui, agora, eu poderia conhecer o voo, aprender a língua do vento e reconstruir o que faz das águias aves, porque, afinal, o que aprendi é que sempre há de existir uma identidade para que haja pertença a uma coletividade. Mas o Brasil me ensinou que, talvez, eu precisasse dar uma pausa, repensar um pouco essa régua que eu estava utilizando para medir e compreender o mundo, olhar com calma para o que eu considerava normal e necessário. O Brasil me ensinou que eu não tinha entendido nada!

O Brasil não era a terra das águias. Havia águias, mas havia, também, uma quantidade infinita de outras identidades, interagindo e coexistindo. Havia, outrossim, cavalos, alguns que se definiam cavalos partenopeus – estes também já encontrei por aqui! Esse país e seu hibridismo cultural me capturaram; ele e suas incontáveis linfas, uma mais linda que a outra, todas pulsantes e vivas em seres múltiplos, muito mais múltiplos do que eu. O Brasil e todas as suas brasilidades marginalizadas, frágeis, silenciadas.

Com isso, eu ficava meio doida tentando reproduzir e encaixar minha visão de identidade aos povos e aos territórios, aos mitos, às línguas e às comunidades. Já tentou montar um quebra-cabeça com as peças erradas, mas que lhe ensinaram que eram as certas, e você, com um tanto de arrogância e alienação, seguiu tentando encaixar, forçando um pouco aqui e ali para criar uma imagem que se aproxime o máximo possível do esperado? Então, eu estava nessa. Perguntando-me por que as águias não

tinham a própria terra? Por que cada uma daquelas criaturas não buscava seu lar e não voltava para casa? Para ser livre de ser plenamente, sem o incômodo jugo do governo alheio, como no universo imaginado por George Lucas⁴, em que cada planeta tinha sua espécie (ou onde algumas espécies partilhavam planetas) que crescia tendo bem delimitados os limiares entre o eu e o outro, ao fazer isso por meio do fenótipo, da língua e de todo o arcabouço cultural que os constituiu e seguiu mantendo-os interligados e reconhecíveis, como pertencentes a uma ou outra comunidade, de modo a não impedir interações com o diferente, mas preservar a representatividade do ancestral. Depois, um dia como outro, comecei a me perguntar por que me incomodava tanto o fato de não conseguir categorizar as coisas? O que havia de tão impensável, inaceitável na liberdade de ser? Eu não estava tentando categorizar espécies diferente, mas seres humanos que tinham se historicizados e seguiam se historicizando de maneiras distintas.

As ferramentas que eu havia recebido até então não se aplicavam a essa perspectiva. Como pensar de modo polarizado, marcando o eu e o outro, se o outro também é humano, como eu, e o que nos “divide”? De modo simplista, são camadas e camadas de teias de jogos de poder que estabeleceram relações sócio-históricas e econômicas, as quais, por sua vez, dirigem critérios de cuidados individuais e estratégias de coletividades e identificação ou estranhamento aptas a excluir ou incluir grupos sociais em determinada camada da hierarquia de privilégios e poderes. Estudar a história do Brasil não era estudar uma história, mas era o conjunto de inúmeras micro-histórias que foram silenciadas, mas que se apresentavam imbricadas nessas teias que as ocultavam, permitindo-lhes mostrar apenas um pedacinho de seu encaixe no rosto coletivo da história hegemônica. Assim, estudar a língua portuguesa não era exato, mas flexível e articulado. Não era uma cultura, mas era a mescla e a decantação de uma quantidade indizível de culturas.

Nesse ponto, eu entendi porque as peças do quebra-cabeça não encaixavam como esperado, não resultando na imagem com a qual tinham sido vendidas. Ao mudar as regras do jogo e buscar, agora, aproximar as peças por outra lógica que respeitasse sua natureza, aos pouquinhos, fui vendo outro perfil se delinear e, honestamente, sigo nesse processo. O *puzzle* em si era muito grande para que eu pudesse desvendá-lo sozinha, então precisava fazer um recorte; internamente, sentia que, talvez, uma das

⁴ George Walton Lucas Jr. (Modesto, 14 de maio de 1944) é um produtor cinematográfico, roteirista e diretor de cinema norte-americano, reconhecido internacionalmente como o criador da franquia *Star Wars*.

materializações dessa essência múltipla, aquela que a despia e a apresentava ao mundo, era a linguagem. Olhando para o meu microuniverso, eu via a língua das águias e a dos cavalos; via também a linguagem partenopea e a linguagem de contato, que se criou na interação dessas três e que apenas existia na minha família, bem como via, agora, fora desse universo, que inúmeras e, em alguns casos incalculáveis, eram as linguagens que encontrei e que espero seguir encontrando. Cada linguagem, aparentemente monolítica em si, apresentava-se à sociedade como um fado inelutável, ao simples abrir a boca, movimentar-se ou até calar-se. Os processos de subjetivação, por jogos de poderes ou por movimentos de autoconhecimento, desenrolavam-se na linguagem, que nunca os deixavam se mimetizar completamente, camuflar a sua heterogeneidade.

Nesses momentos, lembrava da minha mãe, lembrava do meu pai, dos meus avós e dos meus colegas, e começava a me perguntar se lá também, na terra dos cavalos, talvez, não existisse o mesmo caldeirão heterogêneo, essa multiplicidade de histórias sobrepostas, essa pluralidade de línguas camufladas de uma só. Hoje, cheguei a algumas conclusões, mas, na época, questionar os parâmetros com os quais fomos ensinados a medir o mundo era uma ótima maneira de passar o tempo, sobretudo quando se está sozinha em um país diferente sem muitos amigos. Então, como eu queria entender mais, escolhi olhar melhor para a linguagem.

Desde os primeiros anos da graduação, tentei encontrar uma fresta, um jeitinho de observar mais de perto, ora com a literatura, ora com a linguística, esse processo de compreensão e de entendimento das identidades por meio da linguagem. Aprendi muito e me apaixonei um pouco mais a cada estudo, mas ainda não me sentia satisfeita. Minhas leituras cresciam e minhas dúvidas aumentavam. Assim, um dia, esbarrei em uma disciplina de análise do discurso e tropecei no Foucault.

Pensar a língua por uma ótica foucaultiana satisfez, em parte, minha sede, e, ao menos momentaneamente, algo parecia ter se encaixado. Era como se eu tivesse encontrado uma ferramenta, pronta para o uso, útil em seus desdobramentos e funcional em seu desempenho. Estava aí a valorização da história das águias e dos cavalos; estavam aí as contingências decorrentes de suas condições de existência; estavam aí as lutas e as tentativas de moldar o outro e si mesmo.

Decidi tentar seguir meu instinto e, graduada, resolvi dedicar mais uns bons meses da minha vida a esse tal de mestrado. A escolha do *corpus* que eu utilizaria para analisar o hipogrifo brasileiro foi complexa. Inicialmente, eu queria buscar discursividades nativas, mas um café com uma professora do departamento de literatura,

que tem um pesinho nos estudos antropológicos, disse-me que talvez nisso, também, eu estivesse reproduzindo um padrão, o do europeu que olha para o indígena, para o nativo, como uma célula no microscópio, como um objeto a ser estudado, e não como um sujeito a ser ouvido. Essa conversa me desestabilizou inicialmente, mas, hoje, sou-lhe grata por ter me direcionado, direta ou indiretamente, em busca de um sujeito a ser ouvido. Após estudos e leituras, alguns congressos e outros cafés, percebi que eu deveria buscar em um momento específico da história, lá onde tudo está em formação, em gestação, nos primeiros “brados” de independência, onde o Brasil admitia para si mesmo, e para o mundo, que era composto por algo de Portugal, mas que não lhe pertencia! Que ele não precisava pertencer a ninguém, que aceitava sua natureza híbrida e que, a partir daquele momento, trabalharia para cuidar de todas as multiplicidades que o compunham. Isso na teoria.

A ideia era tentar encontrar algo que descrevesse a língua daquele momento, não apenas enquanto fenômeno estrutural ou em seus funcionamentos, mas algo que mostrasse a percepção que, desses sujeitos brasileiros, emergia nos discursos de Portugal, que olhava os novos caminhos que a língua portuguesa estava tomando para além do oceano. A ideia era encontrar discursividades que mostrassem a percepção dessa língua una e diversa, dessa diversidade entendida como sinônimo da natureza diversa do outro que não pode compartilhar o centro com o um.

Olhar para o discurso sobre a língua resultou em algo interessante por proporcionar uma visão um pouco mais eclética, dando aos temas linguísticos um sentido histórico mais coerente, interligando-os aos aspectos de seu processo de elaboração e ao contexto que lhe foi prelúdio. A esse respeito, ter tido acesso ao campo de saber da história social da linguagem costurou as coisas. A língua entendida como objeto da história, como um corpo movimentado por mecanismos de exclusão e inclusão, como materialização das identidades, de seus percursos socioeconômicos, de seus encontros com os diferentes, de suas tentativas de homologar-se ou de diferenciar-se. Nesse sentido, pensando, também, a língua tanto em sua historicidade quanto naquilo que constitui o campo do saber sobre a língua, a literatura e a cultura que moldam formas de subjetividade.

Em um congresso, ouvi falar de José Pereira de Sampaio, um filósofo portuense de final do século XIX, que, dentre suas obras, havia escrito um esboço crítico intitulado *O Brasil mental* (1898). Nessa obra, eu encontrei uma materialidade que exemplificasse esse processo de subjetivação de outro, visto como o diferente, na e pela

língua. Do estranhamento que um expoente da intelectualidade portuguesa sentia ao perceber que algo – que, até então, ele considerava tão próprio, quanto a língua –, havia se tornado outro, havia mudado de um modo que ele não havia previsto.

A segunda materialidade mobilizada nesta pesquisa é um álbum de caricaturas de 14 páginas e dezenas de pequenas composições em sequência narrativa, publicado em 1872 por Rafael Bordalo Pinheiro, que se intitula *Apontamentos de Rafael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb à Europa*. Por meio dessa obra, citada, inclusive, no texto de Sampaio Bruno (1898), tentei fazer uma ponte entre os processos de subjetivação puramente ligados à língua (majoritariamente explorada nos excertos da primeira materialidade) e os que se referem, também, à cultura, à episteme, à sociedade e à coletividade nacional.

O problema geral a ser considerado é, portanto, a formação do sujeito brasileiro e de sua cultura a partir de discursividades sobre a língua, a ciência e a política que o subjetivaram/subjugaram a um contexto permeado pelos jogos de poderes imperialistas. As perguntas norteadoras da pesquisa foram as seguintes: de que modo Portugal subjetivava o indivíduo brasileiro? Qual biopolítica está em jogo nesse processo de subjetivação? De que modo(s) ela permeia a percepção do Português Brasileiro? De que modo se dava essa biopolítica? Como surgiu essa relação de forças entre língua, território e nação? Dessa língua falada por um corpo social que teria herdado o português correto, a última flor do Lácio foi enxertada no reino ultramarino, mas imaginava manter o seu perfil alto. Um fato: essa flor encontrou terreno fértil e, da interação, nasceram novas flores, de cores e perfumes inesperados, diversas das ancestrais e das descendentes, pois a vida é movimento, é mudança, é ação, e as flores, como as línguas, são vivas e em contínua mudança.

Assim, problematizou-se, exatamente, de que maneiras o discurso sobre a língua permitiu a subjetivação do brasileiro como outro, de que modo o território e as estratégias biopolíticas, materializadas, dentre outros aspectos, nos movimentos de subjetivações, que não são unidirecionais, foram criando uma malha de jogos de poderes que visavam a moldar o corpo físico e mental do sujeito brasileiro.

Destarte, a fim de partilhar dessas e de outras reflexões, a partir de leituras e análises, escreveu-se este texto, que justifica a sua relevância em relação à sua contribuição tanto para o campo do saber da Análise do Discurso, pois Foucault não fala exatamente de língua enquanto tal, quanto para os estudos da História Social da língua, por articular seus saberes às dinâmicas de relação entre língua, nação, território e poder.

Por essa razão, busca-se olhar como a história foi para essa sociedade “uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2002, p. 7), e as camadas da memória se tornam algo naturalizado e aceito sem questionamentos, uma vez que ela é resultante das nossas relações sociais, nas quais agenciamos ideias, fatos e crenças sobre nós e sobre o outro.

Para investigar o processo de subjetivação do corpo social, mental e linguístico brasileiro, tomou-se como ponto de partida a existência de uma produção discursiva que criou a subjetividade do “tipo brasileiro”, bem como da “língua brasileira” ou do Brasil propriamente dito. Essa produção, constituída em uma teia de poderes, exerce coerção sobre os sujeitos para que tal subjetivação seja assumida. Paralelamente a essa estratégia de sujeição, observou-se de que modo os gestos de resistência, relatados nos mesmos enunciados, funcionam nesse processo de constituição do eu dos indivíduos brasileiros e de sua língua(gem).

Desse modo, a questão sobre o processo de subjetivação do sujeito brasileiro se desdobrou em três séries temáticas, relacionadas às questões teóricas distintas, podendo assim olhar para o *corpora* como subdividido em enunciados concernentes às relações de poder instauradas entre nação, território e população; às relações de alteridade, articulando o binômio sujeito/poder; e, por fim, às relações de saber/poder, tocando no assunto do processo de variação do Português Brasileiro, bem como no embate entre conhecimento científico e saberes não institucionalizados.

Para isso, no primeiro capítulo, serão tratadas a constituição e a natureza dos campos do saber e de como eles colaboram com a constituição de um social discursivo, no qual se inscrevem jogos de poderes internos e externos, individuais e coletivos.

No segundo capítulo, ainda pensando nos poderes, será mobilizada a relação de poder entre língua e nação, uma relação que reside na base da constituição de uma identidade coletiva, já que, sem um povo sobre o qual exercer poder, não há governamentalidade; assim, a língua se torna um instrumento para promover e instaurar esse perecimento ao grupo social.

Ao olhar, então, para essa relação, por uma perspectiva mais próxima ao recorte do *corpora* do presente trabalho, escolhe-se, no terceiro capítulo, olhar para as relações de língua e nação no contexto brasileiro, tocando no assunto das origens do português e do Português Brasileiro (PB). Acredita-se ser importante encontrar seus percursos de historicização e suas características individuais de inovação e conservadorismo.

O passo seguinte será articular essas vertentes, no quarto capítulo, buscando convergências possíveis entre os estudos de História Social do Português Brasileiro, abordados no capítulo anterior, e a teoria foucaultiana, a partir do recorte teórico-analítico do presente estudo, que, no caso, refere-se aos processos de subjetivação/sujeição por meio da língua, entendida como algo capaz ou não de produzir saberes/ciência.

Para subsidiar esta pesquisa, buscou-se um aparato teórico que flexibilizasse as fronteiras entre língua, cultura e história, superando a polarização entre a análise de seu aspecto estrutural e a sua teorização como produto social. Nesses termos, o presente trabalho se inscreve no domínio da Análise de Discurso na perspectiva metodológica de Michel Foucault (França, 1926-1984), articulada com os saberes da História Social da língua. Visa-se a articular uma proposta teórica que trilhe um caminho de análise do discurso sobre a língua enquanto arquivo da história social da língua, a fim de contribuir para a construção de uma visão diacrônica sobre o Português Brasileiro (sobre as suas origens, que coincidem com o projeto colonizador e civilizador português) e refletir sobre a importância de sustentar que a língua é, sim, uma herança biológica dos nossos antepassados, mas, ao mesmo tempo, é um processo inacabado, que ganha significação e sentido em seu uso social, determinando-se sócio-historicamente e constituindo subjetividades, já que se instaura em um campo de saber que se institui entre outros campos do próprio saber.

No quinto capítulo, haverá uma tentativa de delinear aspectos metodológicos, ao explicar a constituição do *corpus*, sua coerência e homogeneidade enquanto documentos foucaulteanamente tratados⁵, além de definir o nível de análise com elementos pertinentes mobilizados por um método de análise que parte da delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos (aqui tratados como séries temáticas) que irão articular o material estudado, com o intuito de fazer uma análise bifurcada que, de um lado, faça um levantamento das formas de exclusão, de limitação e de apropriação para mostrar como surgiram, mudaram e se movimentaram esses enunciados e esses discursos, bem como que tipo de forças eles exercitam e de que modo tais forças foram

⁵ A escolha de olhar para as materialidades discursivas por essa perspectiva que, pautada nos estudos de Foucault, enxerga os documentos como monumentos, isto é, algo a partir do qual se buscam as porosidades da linguagem e questionar um passado óbvio e inquestionável. Norteados, assim, pela metodologia do filósofo, diante dos documentos do *corpus*, será feito um movimento de recorte, de organização em níveis e séries, a fim de ser possível identificar os elementos, definir as unidades e descrever as relações, pois é desse modo que se torna provável questionar as naturalizações, percebendo o documento como um ponto de partida que possibilita formas de permanência na sociedade.

circunscritas; e, de outro lado, procure identificar como se formaram essas séries de discursos, ao redor de qual norma específica, legitimadas por qual campo de saber. Aqui, haverá, também, a apresentação de uma sucinta descrição das duas obras que compõem o *corpora*, contextualizando sócio-historicizante sua produção e autores.

Por último, encontra-se o sexto capítulo, em que converge o gesto analítico deste estudo. Nele, serão analisados e apresentados os enunciados divididos em séries discursivas, na intenção de mostrar os modos nos quais houve um agenciamento dos poderes nessas discursividades, de maneira a incentivar, institucionalizar ou excluir práticas de subjetivação, articulando-se, em vários espectros, a saber: o territorial, o da alteridade, das relações de poder micro e macro entre os sujeitos, bem como das relações de poder entre línguas e saberes institucionalizados ou não.

Diante do exposto, passo, então, ao primeiro capítulo, com a abordagem sobre o ponto de partida de Michel Foucault para pensar a história e, junto a ela, a constituição do(s) campo(s) do saber.

CAPÍTULO 1 – DO CAMPO DO SABER ÀS INSTÂNCIAS DO PODER

1.1 Saberes e campos de saber: diálogos possíveis

Para que possa se aproximar, com pés de lã, ao delta do presente projeto, localizando e pontuando as intersecções entre as áreas de conhecimento que se pretende mobilizar – história social da língua e análise discursiva –, parte-se, como antecipado nas páginas anteriores, das ferramentas analíticas de Michel Foucault (França, 1926-1984). Nesse sentido, torna-se importante, antes mesmo de mergulhar no assunto, relembrar de que maneiras Foucault concebia os limites e os desdobramentos do pensar.

No prólogo de *As palavras e as coisas* (2002b), Foucault traz um trecho escrito por Jorge Luis Borges que questiona nossos limites do “pensável”. No texto em pauta, Borges retoma uma espécie de catalogação da fauna local, feita por uma enciclopédia chinesa.

De acordo com a enciclopédia, os animais são divididos em: [...] pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas (FOUCAULT, 2002b, p. IX).

De particular interesse, é a sensação de estranhamento que a catalogação desperta no leitor, pois, embora seja possível decifrar o texto e compreender as palavras, a ideia de que tal excerto possa retratar uma classificação real é quase impensável. Então, nas palavras de Foucault (2002b, p. 9), esse estranhamento seria o limite do nosso pensamento, “a impossibilidade patente de pensar isso”.

É dessa forma que o filósofo apresentou o que talvez pode ser definido o fio condutor de toda a sua obra, isto é, as condições de existência e possibilidade do pensamento. Constatar que o nosso pensar não é livre e que acontece de um modo específico por uma série de estruturas (que também podem ser chamadas de episteme) permite entender que, caso se encontre inserido em outro contexto, o pensar também seria outro.

O que falta para compreender, realmente, o excerto da enciclopédia chinesa são as referências e, talvez, em outras circunstâncias, tal enciclopédia poderia ser aceita com naturalidade. O nosso pensamento é fruto dos eventos externos a nós, pois o pensar

depende do experiencial. Nesse sentido, Foucault (2002b, p. 9) se pergunta: “Que coisa, pois, é impossível pensar, e de que impossibilidade se trata?”.

A enciclopédia chinesa contém algo que quebra os limites da nossa imaginação, e esse algo se materializaria no diverso critério classificatório, que, na prática, seria a sequência alfabética que encadeia uma categoria à outra. O pensamento obedece a uma ordem que o antecede e, por isso, há coisas que são impossíveis de pensar (mas que poderiam se tornar possíveis). A esse respeito, olhando para a história de cada um, poder-se-ia identificar momentos de ruptura no pensamento, momentos que permitiram o surgimento de novos pensares, antes considerados impossíveis. Nas palavras do autor:

Assim é que a enciclopédia chinesa [...] conduz a um pensamento sem espaço, a palavras e categorias sem tempo nem lugar mas que, em essência, repousam sobre um espaço solene, todo sobrecarregado de figuras complexas, de caminhos emaranhados, de locais estranhos, de secretas passagens e imprevistas comunicações; haveria assim, na outra extremidade da terra que habitamos, uma cultura votada inteiramente à ordenação da extensão, mas que não distribuiria a proliferação dos seres em nenhum dos espaços onde nos é possível nomear, falar, pensar” (FOUCAULT, 2002b, p. 14-15).

Mas a pergunta com a qual se interroga, em sequência, é: de onde surgem e de que modo adquirimos os hábitos classificatórios que moldam o nosso pensar? Conforme Foucault, poucas coisas são casuais, ou seja, o pensamento é constituído antes mesmo do ato de pensar. As classificações permitidas pela nossa consciência a priori não dependem de nos, e sim resultam de operações precisas e critérios prévios. As coisas são regidas por uma ordem de códigos fundamentais, inerentes e inscritos em uma cultura, os quais regem a linguagem, os esquemas perceptivos, os valores etc. É por essa razão que, ao se afastar dessas ordens, que foram prescritas, seria possível constatar que elas não são as únicas possíveis. Retomando as mesmas palavras do autor, a cultura na qual estamos inseridos está vinculada e regida por ordens que vêm desde o século XVI, ordens que influenciam:

O percurso da linguagem tal como foi falada, dos seres naturais, tais como foram percebidos e reunidos, das trocas, tais como foram praticadas, nossa cultura manifestou que havia ordem e que às modalidades dessa ordem deviam as permutas suas leis, os seres vivos sua regularidade, as palavras seu encadeamento e seu valor representativo; que modalidades de ordem foram reconhecidas, colocadas, vinculadas ao espaço e ao tempo, para formar o suporte positivo de conhecimento tais que vão dar na gramática e na filologia,

na história natural e na biologia, no estudo das riquezas e na economia política (FOUCAULT, 2002b, p. 18).

Por isso, torna-se importante entender o movimento de busca por reconstruir essa genealogia, buscando entender:

A partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem (FOUCAULT, 2002b, p. 18).

Assim, pode-se entender que, para Foucault, é importante encontrar a existência de um campo epistemológico no qual os conhecimentos não advêm de formas objetivas ou de um valor racional diacrônico; assim, é necessário enxergar a história como um mapa que nos conduz às próprias condições de possibilidade do conhecimento. Para o filósofo, as condições que possibilitariam a existência de um conhecimento têm uma história, e ele as chama de episteme. Logo, a busca por delinear a história delas, por descobrir como um conhecimento é possível, recebe o nome de arqueologia. Nessa busca, é possível constatar que as possibilidades de conhecimento têm condições históricas, que permitem experiências subjetivas. Assim, para poder melhor prosseguir o caminhar em direção a essa análise, é necessário fazer uma digressão para entender o conceito de episteme, que não pode ser confundido com a existência de diferentes campos de saber em contextos específicos.

Ciente agora que o pensável é resultante das possibilidades de conhecimento, de suas condições históricas e das experiências subjetivas por elas permitidas, é necessário entender a questão do saber, isto é, situar as condições de possibilidade que tornaram efetiva a emergência de determinadas formas de saber e que permitiram que se delineasse o conhecimento específico de uma ou mais áreas desse saber. Assim dizendo, os questionamentos seriam: como identificar ou diferenciar esses conjuntos de conhecimento específico dentro do saber pensável? Como se dá a formação dessas unidades de saber? De que modo um conjunto de enunciados pode ser vinculado, ordenado e traduzido como próprio de um campo de saber?

Nessa direção, em sua *Arqueologia do Saber*, Foucault (2002a, p. 29-30) escreve:

E eu mesmo, de minha parte, nada farei senão isso: certamente tomarei por marco inicial unidades inteiramente formadas (como a psicopatologia, ou a medicina, ou a economia política); [...]. Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é possível reconstruir outros.

Nessas palavras, pode-se deduzir que o interesse do filósofo é entender tais unidades de saber a partir de uma compreensão de seus enunciados, isso sem se privar da possibilidade de tentar novas territorialidades para a pesquisa, novos campos de saber, novos modos de entendimento ou outra maneira de organizar os enunciados e determinar esferas diversas de cientificidade, de racionalidade, de ética ou de estética. Por tal perspectiva, entende-se que os campos de saber se constituíam de forma provisória, a partir de processos de identificação, unificação e diferenciação de enunciados efetivos e de suas formações discursivas. Assim, ao questionar a continuidade e as unidades do saber, Foucault (2002a, p. 30) abre um espaço de liberdade para a pesquisa, pois: “uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado”.

Ao seguir as indagações, surge, então, a questão da formação das disciplinas e, conseqüentemente, seguindo essa perspectiva, da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Considera-se interessante refletir brevemente sobre o assunto, pois tal noção resulta inerente e frutífera aos fins da presente pesquisa. Em *A Ordem do Discurso*, pode-se encontrar definida uma disciplina como sendo:

Um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos – tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo, à disposição de quem quer ou possa servir-se dele, sem que seu sentido ou validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (FOUCAULT, 2001, p. 30).

Em suas reflexões, Foucault (2001) explica que nenhuma disciplina tem a pretensão de esgotar a habilidade de formulação de enunciados considerados verdadeiros e que, sendo assim, é própria das disciplinas a faculdade de construir enunciados, desde que, este último, resulte inserido em um conjunto prévio de regras que definem a filiação dos enunciados à disciplina, algo como um mapa que o precedeu e que já havia dispostos os discursos em uma ordem de processos permitida pelo pensável da época.

Foucault chamou isso de polícia discursiva, um nome imagético para representar o conjunto de regras que sujeitam a heterogeneidade dos enunciados a uma organização hierárquica, institucionalizada e unificada do discurso. Desse modo, nasce uma “área”. Nasce um “setor de estudo”. Nasce uma “unidade do saber”. Em virtude disso, a interdisciplinaridade se apresentaria como um sistema de colaboração entre as disciplinas, enquanto uma concepção transdisciplinar se configuraria como um atravessamento das fronteiras que separam as unidades do saber.

Em seguida, vamos apresentar um breve exemplo, para introduzir o *modus operandi* que se pretende utilizar nesta pesquisa, partindo de uma perspectiva transdisciplinar e sob orientação do pensamento foucaultiano. Assim, mostraremos, sucintamente, como pode ser agenciada e como funciona uma perspectiva transdisciplinar na organização das territorialidades da presente pesquisa; em um conjunto de enunciados relacionados à perspectiva de Portugal sobre a língua portuguesa em uso no Brasil nos séculos XIX e XX, encontram-se enunciados filosóficos, pois a definição de termos, como “habilidades”, “ordem”, “utilidade”, “precisão”, advém justamente de uma forma positivista de compreender as capacidades humanas e as relações sociais e políticas.

Seria possível, também, encontrar enunciados de cunho sociológico, pois uma parte dos enunciados se pauta em perspectivas de “darwinismo social” para explicar as desigualdades sociais ou mobiliza ideias de “progresso” que se originam em critérios de antropologia cultural e que fincam suas raízes em épocas tão distantes, quanto podem ser as palavras de Thomas Hobbes (2006), ao definir a sociedade humana como *bellum omnium contra omnes* ou, até mesmo, as palavras de Plauto (2012), que a definiu regida por uma relação de *homo homini lupus*. Ainda, considerar-se-ia que os enunciados principais são de uma ordem linguística, uma vez que se trata de percepções sobre o Português Brasileiro e suas modificações, além das tentativas de descrevê-la ou prescrevê-la em favor ou em prol de uma gramática e uma fala mais ou menos adequada à língua considerada oficial. Por fim, seria possível falar em uma primazia de enunciados históricos, já que, antes de qualquer coisa, tais enunciados se configuram como peças úteis na armação do quebra-cabeça, que é a história da língua e da linguística brasileira em seu contexto social.

Esse breve exemplo se propõe a ilustrar não somente a pluralidade de campos de saber que podemos encontrar envolvidos em uma pesquisa como esta, mas, principalmente, a impossibilidade de discernir, de forma inicial, onde começa a

Filosofia, até onde vai a Sociologia, em que medida entra a História e qual é o *status* da Linguística. Seria necessário filiar esses enunciados a cada um desses campos e separar os seus limites, revisitar os clássicos da área (mesmo que eles não se relacionem muito com a temática da pesquisa). Um caminho seria optar por definir se esta pesquisa se configura em um campo específico, ou seja, como uma pesquisa sociológica ou filosófica, histórica ou linguística – o que, certamente, poderia atrapalhar o andamento da pesquisa. Ou, ao contrário, poderíamos pensar em uma pesquisa mais livre, mais fina, sutil e complexa que se inscrevesse em um espaço arqueológico liberado das contingências e das forçosas exigências de fundamentação, de autenticação e de filiação às grandes unidades reconhecidas do saber.

É nessa última direção que, partir para novas formas de pensar, de conhecer, de pesquisar e de se mover no sentido de constituir novos campos e territórios do saber, implica, ainda, romper com aquilo que é formatado como pesquisa. O que se coloca em pauta, nessa quebra do formato da pesquisa, é algo de natureza formalmente política. A pesquisa feita à margem do formato – realizada de modo autônomo e contrário à sua delimitação – necessita insurgir contra os saberes instituídos, legitimados e tomados como verdadeiros. A insurgência das reinvenções da pesquisa é também uma modalidade de resistência aos resultados centralizadores das ciências.

No começo da primeira aula de *Em defesa da sociedade*, Foucault (2010, p. 10), tipificando e nomeando seu trabalho como genealogia, afirma que “as genealogias são, muito precisamente, anticiências”. Ao falar isso, o filósofo tenta explicar que a genealogia combate as ciências não em seus fundamentos, mas a fim de enfrentar o efeito de monopólio dos discursos e práticas científicas: suas restrições, os privilégios de suas enunciações, o predomínio de suas compreensões. Busca-se, para Foucault, a intervenção de saberes:

Locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. [...]. Que tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência vocês querem minimizar quando dizem: “eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista”? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-las de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas do saber? (FOUCAULT, 2010, p. 10-11).

Assim, mais adiante, pretendemos colocar em diálogo transdisciplinar os campos de saber da História Social da Língua e da História Social, contextualizando e explorando o surgimento dos enunciados que compõem o *corpus* de nossa pesquisa. No entanto, antes, é preciso localizar o olhar historiográfico do Foucault sobre o saber, o que faremos na próxima seção.

1.2 Da construção discursiva do social

Muitos foram os interlocutores do processo de mudança do parâmetro historiográfico e linguístico. Inúmeras são as releituras, as ressignificações e as contribuições para que fosse possível realocar a perspectiva do olhar sobre a história e da história. Para os fins desta pesquisa, será explorado, com mais zelo, o olhar de Foucault que, a partir das noções de descontinuidade, ruptura e irregularidade/regularidade, deixa seu legado para essa reflexão historiográfica.

A contribuição foucaultiana à história, segundo Peter Burke (1997, p. 117), teria caminhado “em linhas paralelas às da terceira geração dos Annales. Da mesma maneira que ela, estava preocupado em ampliar os temas da história”. Mesmo ele reconhecendo certa dívida de Foucault com Nietzsche e os historiadores da ciência, quais sejam, Bachelard e Canguilhem, Burke (1997, p. 119) acredita que “o que Foucault gosta de denominar sua ‘arqueologia’, ou sua ‘genealogia’, tem, pelo menos, uma semelhança familiar com a história das mentalidades. Ambas as abordagens mostram uma grande preocupação com tendências de longa duração e uma relativa despreocupação com pensadores individualizados”. Essa aproximação feita por Burke se tornou discutível quando o próprio Foucault afirmou que, para ele, há diferenças entre o que se pode considerar mentalidades, representações ou pensamento. Conforme o autor (FOUCAULT, 2002a), por muito tempo, tentou estabelecer uma diferença entre a história do pensamento, das ideias e das mentalidades. O filósofo teria encontrado um elo entre as mentalidades e as representações, pois elas seriam esquemas de comportamento e de maneiras de representar as formas de agir. Por outro lado, o pensamento seria o que permite tornar um comportamento em objeto de uma problematização, questionando-o sobre seu sentido, suas condições e seus fins.

Segundo Dosse (2003, p. 209), a relação de Foucault com os historiadores teria sido construída ao redor de “um mal-entendido, pois o que se celebra é uma obra de psicologia social que ilustra, magnificamente, o conceito de história das mentalidades

do Anais, o que A história da loucura não o é, de forma alguma”. De acordo com o autor, Foucault afirmava trabalhar na narração dos acontecimentos, mas negava que seu objeto pudesse se vincular, de algum modo, ao campo da história social, pois, “sua grade de análise situa-se num outro nível, o das práticas discursivas” (DOSSE, 2003, p. 210). Nas palavras do autor, o diálogo entre Foucault e os historiadores seria um diálogo mudo, pois Foucault, segundo Dosse (2003, p. 211), “só atravessa alguns canteiros da história como filósofo, cujo primeiro objeto é mostrar que a instância global do real, tão cara aos historiadores, é um logro que é preciso desmitificar”.

O autor, juntamente com François Azouvi, questiona se “a arqueologia do saber, nascida no seio da história das ciências e com a bênção de seus representantes mais ilustres, era uma história que não ousava dizer seu nome” (DOSSE, 2004, p. 289).

Ao superar os debates sobre as relações entre a arqueologia, a genealogia e a história das ideias, porém, é possível afirmar que as contribuições de Foucault para o campo da história foram bem mais amplas, mesmo não havendo consenso entre os historiadores.

Para Le Goff (1996, p. 103), o legado de Foucault ocuparia um lugar excepcional na história, pois sua produção histórica introduziu novos objetos; seu diagnóstico sobre a renovação da história, em relação à questão do documento/monumento, ao conceito de descontinuidade e ao tema de uma história global que necessita problematizar seus procedimentos metodológicos, destrinchou, ainda mais, os questionamentos da época; por fim, destaca-se a sua proposta de uma filosofia ‘original’ da história, relacionada à prática e à metodologia da disciplina histórica, que propunha uma história-para, provisória e contingente.

Para os historiadores marxistas, como Robin (1977, p. 92), a dívida com Foucault resulta imensa, pois ele, em seus escritos, estabeleceu, explicitamente, “as relações das práticas discursivas e das práticas não-discursivas” fugindo assim das análises estruturais “cuja lei de funcionamento é intradiscursiva”.

No entanto, admitir que a análise de textos poderia ser útil ao historiador seria uma das contribuições dos debates foucaultianos à história. Foucault evidencia a preocupação por descortinar os mecanismos que deram condições de possibilidades de existência aos textos/documentos legitimadores e afirma que o sentido histórico é fruto da monumentalização dos documentos, por meio da intervenção do historiador, que, mediante procedimentos discursivos, permitiria a construção da sua legitimidade por

meio do ‘efeito de realidade’, o que torna necessária a análise, ao nível discursivo, das condições de produção desses documentos.

Quando Foucault fala dos ‘efeitos de realidade’, ele se refere aos mecanismos, às práticas discursivas, que permitiram a normalização de certos sentidos, fazendo-os funcionar como ‘a realidade’, ‘a verdade’. Assim, o campo social, a partir de dadas práticas discursivas, acaba se vinculando a essa eterna busca do “real” contido nos documentos. E a linguagem, considerada aquilo que reflete esse real, como um decalque da sociedade. Portanto, a postura assumida neste trabalho é a de buscar evidenciar as práticas discursivas que criam os ‘efeitos de realidade’, visando a entender que é a linguagem que constitui ‘a realidade’.

Portando, voltando o olhar para a teoria foucaultiana em si, pode-se partir do conceito de que a história só deve ser analisada a partir de uma materialidade, isto é, dos ditos e dos feitos, e que o critério de escolha dessas materialidades precisa se afastar do conceito clássico de ordem cronológica ou de sucessão coesa dos acontecimentos. A proposta do teórico é de buscar delinear uma história do presente a partir de pistas, resquícios e fragmentos. De tal modo, mediante o retorno e a junção dos acontecimentos do presente e do passado, seria possível construir novos saberes e práticas, que poderiam auxiliar na produção de novas formas de objetivação e de subjetivação.

Ao afastar o nosso olhar de uma perspectiva de história global, podemos dirigir a nossa atenção para os fenômenos de ruptura, inserindo os conhecimentos em um novo tempo, ao carregar os fatos analisados de novos modos de pensamento, em seus múltiplos efeitos. Assim, a proposta de Foucault (2002a) é apresentar uma história que não se resuma a um campo de racionalidade crescente, mas que, em sua essência, contenha inúmeros campos de constituição e validade.

Por essa perspectiva, é possível perceber a existência de distribuições recorrentes, que permitem distinguir múltiplos passados, encadeamentos e redes de determinações, à medida que há uma alteração no presente. Isso posto, a ordem das descrições históricas dá-se, transforma-se e multiplica-se por meio de suas atualizações, as quais, também, serão passíveis de serem rompidas.

Portanto, para o filósofo, a verdadeira incógnita por trás de uma pesquisa histórica não seria estabelecer continuidades e relações que permitam suas perpetuações, mas pinçar “as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (FOUCAULT, 2002a, p. 6). Na mesma linha, Foucault (2010, p. 17) explica que traçar uma história das origens seria se esforçar “para recolher nela a

essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, [...] sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo” (FOUCAULT, 2010, p. 17). De tal maneira, refletir sobre uma história descontínua requer um minucioso trabalho de localização das relações de forças, das práticas e dos discursos que possibilitaram a emergência de algo, em determinado tempo e espaço.

Pode-se perceber que a abordagem de Foucault (2002a) defende um movimento historiográfico que vise a desconstruir o real em sua condição de discurso. Rago (1995, p. 71), por exemplo, pontua que os objetos históricos e os sujeitos seriam “efeitos das construções discursivas”, e não mais “pontos de partida para a explicação das práticas sociais”. Nas páginas de seu texto, então, a autora mostra que as ferramentas de análise e reflexão que Foucault ofereceu inauguram uma inovação na problematização histórica, ao direcionar para refletir sobre as categorias nas quais se constrói o discurso do historiador.

Nas palavras de Rago (1995, p. 72), o movimento reflexivo levaria a buscar as bases de produção e de consolidação das práticas políticas, econômicas, sociais, sexuais, para refletir sobre como “havia sido instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento”.

Nesse impasse, não seria mais possível pensar em objetos prontos, em sujeitos determinados ou em uma noção de continuidade, pois a nova tarefa do historiador seria desmanchar os fatos e problematizá-los, para descobrir como eles se constituíram, trazendo à tona, assim, a “descrição da dispersão” (RAGO, 1995). A esse respeito, a autora explica:

Portanto, os eventos históricos não existem como dados naturais, bem articulados entre si, obedientes às leis históricas e esperando para serem revelados pelo historiador bem munido. Um evento só ganha historicidade na trama em que o historiador concatená-lo, e esta operação só poderá ser feita através de conceitos também eles históricos (RAGO, 1995, p. 73).

Podemos resumir a crítica feita a Foucault sobre o fazer histórico, trazendo a sua crítica ao conceito de documento. Para Foucault (2002a), de fato, o tratamento destinado aos documentos na história tradicional era o de interrogá-los sobre seu estatuto de verdade, visando a interpretá-los para (re)desenhar o passado. Já a proposta foucaultiana para o trabalho com documentos parte da escolha de tratá-los como

monumentos e requer que seja deixada de lado a ideia segundo a qual a linguagem seria transparente, e os textos conteriam um passado óbvio e inquestionável. Para o autor, diante de um documento, era necessário fazer um movimento de recorte, de organização em níveis e séries, para que fosse possível identificar os elementos, definir as unidades e descrever as relações. Em suma, torna-se indispensável destituir a imagem da história como sinônimo de memória milenar e coletiva, que se comprova mediante os documentos materiais; para erguer a percepção do documento como ponto de partida que possibilita formas de permanência na sociedade. A história, então, seria a que transformaria os documentos em monumentos.

Havia um tempo era que a arqueologia, [...] se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia - para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 2002a, p. 8).

Diante disso, existem alguns efeitos diretamente ligados a essa mudança de perspectiva. Diga-se que, *in primis*, segundo Foucault (2002a), perceber-se-ia uma multiplicação de rupturas na história das ideias, pois, na abordagem arqueológica, seria possível conseguir séries com a imprescindibilidade de delimitar e analisar para estabelecer leis e tipos de relações. Em seguida, inverter-se-ia a percepção da noção de descontinuidade, que levaria o historiador, agora, a detectar os níveis factíveis da análise, as metodologias mais adequadas para cada nível e suas periodizações, pesquisando a partir de suas rupturas.

Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo [...] sua integração no discurso do historiador, no qual [...] desempenha [...] o papel de [...] um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele [...] é [...] o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise (FOUCAULT, 2002a, p. 10).

Sequencialmente, haveria um progressivo apagamento da história global, para que pudesse se consolidar a que Foucault (2002a) chama de “história geral”. Com o termo história geral, o filósofo concebe uma história cheia de séries, recortes, limites, desníveis, defasagens, especificidades cronológicas ou formas singulares de permanência.

Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único - princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma

de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão (FOUCAULT, 2002a, p. 11-12).

Em última instância, o autor relata que haverá problemas metodológicos, dentre os quais: a constituição de um *corpus* coerente e homogêneo de documentos; a definição de um nível de análise com elementos pertinentes; a designação de um método de análise; a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado; a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto. Por isso, torna-se tão importante historicizar os discursos, pois existem verdades da época que possibilitaram seu aparecimento. Nessa perspectiva, torna-se necessário observar os procedimentos que permitiram seu aparecimento, bem como o apagamento ou o desaparecimento de outros. Olhar para a história como um conjunto de séries descontínuas significa se propor a rastrear de que modo um regime de saberes, poderes e verdades funcionou em uma época e cultura específicas, além de como passou a ser conduzido de outra forma.

Para Foucault (2002a, p. 8), a história seria, “para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa”, e a memória seria algo ao qual nos acostumamos e aceitamos sem questionar; ela é resultante das nossas relações sociais, nas quais cristalizamos ideias, fatos e crenças. Por isso, o sentido da memória precisa ser desvelado. Já na história, o sentido é objeto de lutas, apropriações, rejeições. Como dissemos, para Foucault, a história tradicional se dedicava a memorizar os monumentos do passado, ou seja, a transformar os monumentos em documentos, em provas confiáveis do que foi ou do que se disse, e torná-los parte da memória coletiva. Ao contrário,

[...] em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que deviam ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2002a, p. 8).

Os documentos, então, seriam escolhidos e monumentalizados pelo historiador para legitimar e autenticar os gestos interpretativos que a sociedade deveria realizar sobre si mesma. Haveria um planejamento e o sentido, a partir dessa concepção de discurso, não residiria na palavra, tampouco nos textos, mas no conjunto das práticas discursivas, pois serão elas que produzirão os documentos/monumentos e o ‘efeito de realidade’ que eles criam.

1.3 Do social na reflexão historiográfica: convergências possíveis

Conforme enfatiza Castro (1997), para localizar o surgimento e a evolução da história social, é necessário olhar para o século XIX, que, entre insurreições e reviravoltas histórico-sociais, viu germinar um descontentamento e uma crescente insatisfação em relação às abordagens positivistas que predominavam entre os historiadores, até as primeiras décadas desse século. Roger Chartier (2001) traça o perfil dessas décadas como um momento incerto e tenso para a disciplina histórica, segundo o autor:

Aos impulsos otimistas e conquistadores da “nova história” ocorreram, com efeito, um tempo de dúvidas e questionamentos. Esta inquietude amplamente compartilhada tem diversas razões bem conhecidas e comentadas: a perda de confiança nas certezas da quantificação; a renúncia às definições clássicas dos objetos históricos – em particular na tradição francesa, a partir de sua dimensão territorial-, ou a crítica de noções (“mentalidades”, “cultura popular”), categorias analíticas (classes, classificação socioprofissional) ou modelos de compreensão (marxista, estruturalista, neomalthusiano etc.) que eram os da historiografia dos anos 60 e 70 (CHARTIER, 2001, p. 116).

Nesse período, que viu em cena a cabaletta⁶ do estruturalismo, uma nova história social começou a tomar forma, amadurecendo uma predileção cada vez maior por abordagens socioculturais. Um grupo de intelectuais franceses, encabeçado por Marc Bloch e Febvre, criou os “*Annales d’Histoire Économique et Sociale*”, uma revista na qual era possível expor os debates que marcaram o surgimento do movimento de renovação histórica, conhecido como Nova História.

Conforme Peter Burke, o que manteve unido o grupo que dirigiu a revista *Annales* no período entre guerras, posteriormente chamado de ‘escola’ ou ‘movimento’ dos *Annales*, foi o desejo de mudança e a crítica à história política tradicional. Com a direção de Lucien Febvre e Marc Bloch e, em seguida, de Fernand Braudel, o grupo visava a substituir a narrativa tradicional dos acontecimentos por uma história-problema, não excluindo nenhuma entre as atividades humanas do perímetro de interesse analítico. Nas palavras de Peter Burke (1997, p. 126), o principal legado

⁶ Breve ária de uma ópera, frequente nos melodramas do século XIX. Caracterizada por um movimento vivaz e situada, quase sempre, no final de um dueto, de uma cena ou de um concerto. Entendida, no contexto do texto, como o último movimento solo que, ao encerrar, passará por variações e mudanças estruturais, deixando seu valor de verdade absoluta.

desses historiadores foi produzir o redimensionamento dos diâmetros do território da história pela inclusão de profissionais de outras disciplinas:

O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais.

Desse modo, a proposta do movimento dos Annales era a de um novo modo de se fazer história, pautado em suas reflexões e contestações ao modelo corrente, o chamado de História Tradicional, que direcionava seu discurso por fios narrativos que relatassem as vivências de grandes nomes, os acontecimentos relativos ao Estado e às suas relações diplomáticas.

Peter Burke (2012, p. 34) escreveu, em sua obra, que Febvre e Bloch não concordavam com a supremacia de uma história política. Desejavam, por outro lado, revisitar a maneira de se fazer história, buscando uma história mais abrangente e humanizada, que contemplaria a pluralidade das atividades humanas, não se debruçando tanto nos eventos quanto, ao contrário, na análise das “estruturas”.

O movimento dos Annales buscava realizar o estudo do homem no tempo (Bloch, 1996), incentivando a problematização da história e se pautando na busca de novas fontes, na procura por um diálogo interdisciplinar e no aprimoramento metodológico. Foi, então, a busca por uma história inserida em um leque interdisciplinar que possibilitou interligar a pesquisa histórica ao termo social (CASTRO, 1997).

Febvre refletiu também sobre os efeitos que a nova metodologia poderia ter ao ser aplicada à pesquisa linguística. Seus pensamentos parecem interessantes a fim de compreender melhor como as inovações teóricas não são isoladas, mas se desdobram e abraçam as áreas e as concepções das ciências humanas. Por não ser um linguista, nem um estudioso da área, em seu discurso de historiador que olha para a língua, a história da língua não vai além da história do seu subsistema lexical e das alterações e transformações semânticas ligadas a esse subsistema. Por essa razão, ainda é presente a crença de que as línguas humanas conectam um som a uma coisa ou uma ideia. Essa visão, por muitos anos, carregou as palavras de um suposto sentido que estaria ínsito

nelas, como se a materialidade da linguagem morasse no signo, e não nas relações que são traçadas entre eles. Mesmo sem muitas ferramentas teóricas, Febvre cultivava muito entusiasmo pela linguística e, em uma discussão sobre a necessidade de constituir uma Psicologia Histórica, afirmou:

É necessária a cooperação de filólogos que elaboram inventários de línguas, que não são feitos para os historiadores, mas de que estes podem tirar um tão grande partido: [...] esses inventários de ‘patois’ que, interpretados pelo historiador das sociedades rurais, nos dão ensinamentos tão preciosos, que só eles podem dar. É não menos necessária a colaboração de especialistas de semântica que, ao restituírem-nos a história de palavras particularmente carregadas de sentido, escrevam, ao mesmo tempo, capítulos exactos de história das idéias. É precisa a colaboração desses historiadores das línguas como Meillet, em relação à história da língua grega, como Ferdinand Brunot, que segue passo a passo os destinos da língua francesa que observam o aparecimento, em determinadas datas, de todo um contingente de palavras novas ou de sentidos novos dados a palavras velhas (FEBVRE, 1977, p. 159).

Outra passagem na qual se pode entrar mais em contato com a visão de Febvre sobre a linguística se encontra no *O Problema da Descrença no Século XVI*, de 1942. Nesse texto, Febvre (1978, p. 55) afirma que gostaria de descobrir:

Que tipo de clareza, de profundidade e finalmente que eficácia poderia ter [...] o pensamento dos homens [...] que [...] não dispunham ainda, em sua língua, de algumas destas palavras costumeiras, que fluem por si mesmas em nossa pena, [...], e cuja ausência não apenas incomoda, mas deixa verdadeiras deficiências ou lacunas de pensamento.

Assim, o autor, refletindo sobre as palavras que faltam, escreve que “antes mesmo de julgar estas palavras”, seria necessário pensar por que “nenhuma delas estava à disposição dos franceses [...] caso quisessem pensar e, em seguida, traduzir seus pensamentos em francês para os franceses” (FEBVRE, 1978, p. 56). Nessa linha de raciocínio, o historiador expõe que estranhava as palavras dos filósofos no âmbito científico, por senti-las distantes das palavras destinadas ao raciocínio, pois pertenciam à língua viva, de uso corrente de todos. Conforme o autor, essas palavras eram:

Sanfonadas, [...], cujo significado se alargava, reduzia e evoluía com um grau de liberdade inteiramente estranho às palavras científicas, que possuem uma imobilidade própria dos postes indicadores (FEBVRE, 1978, p. 58).

Para o historiador, então, existia uma cisão nítida entre linguagem e pensamento, como se a linguagem fosse uma ferramenta com a qual poder traduzir os pensamentos que surgem na mente humana. Por isso, ele se interrogava sobre o que aconteceria caso esses pensamentos não encontrassem a palavra certa, sobre os desdobramentos desse desencontro que deixaria margem interpretativa para uma suposta imprecisão.

No mesmo texto, ao tentar explicar a relação entre linguagem e pensamento, Febvre (1978, p. 62) afirma que o problema, ao colocar em relação língua e pensamento, aproxima-se ao:

Problema que se coloca para um alfaiate diante de uma roupa resistente, que necessita constantes reajustes no corpo de um cliente em perpétua transformação; e quanto mais o traje se mostrar avançado, mais o cliente se sentirá apertado; é necessário, portanto, que eles se acomodem um ao outro. Eles sempre acabam se acomodando, mas com atraso.

Provavelmente, Febvre não devia ter ouvido falar em Saussure e pode parecer surpreendente que desconhecesse o Círculo Linguístico de Praga, Jakobson ou Benveniste, ou, até mesmo, Lévi-Strauss. Segundo Robin (1977, p. 72), “o que L. Febvre procura antes de tudo na linguística pré-estrutural é a origem das noções, sua evolução semântica em diacronia, o relacionamento desta evolução com a História Geral”. Para a autora, o mérito de Febvre estaria no fato de que ele, embora não mencionasse a linguística estrutural, “em compensação, em História, nos novos caminhos que traça [...] introduz uma espécie de estudo estrutural não-formalizado, sincrônico, das inter-relações entre os diversos elementos do todo social: o estudo das rupturas ao lado do das continuidades e permanências” (ROBIN, 1977, p. 72).

Ter uma ideia dos conceitos de linguística ligados ao “senso comum” da época se torna algo produtivo, na medida em que percebemos que há resquícios das teorias evolucionistas no discurso do autor, detectável quando ele destaca uma suposta deficiência de pensamento do século XVI, ao tratar das lacunas do vocabulário da época, da falta de uma sintaxe que resulta em uma ‘impressão de incoerência’.

Assim, um dos fundadores da História Nova, ao tentar pôr em diálogo suas concepções históricas com suas ideias linguísticas, mostrava um pouco das suas próprias impressões. Nesse impasse, nesse grande borbulhar de inovações para as ciências humanas, a nomenclatura oficial de história social estava ainda um pouco longe de surgir, pois, como explicado por Hebe Castro (1997), somente na década de 1950,

ela foi reivindicada pelos historiadores em sua acepção mais específica. Na mesma linha, Hobsbawm (2000) relata que a expressão história social, até a década de 1950, não constituía um campo acadêmico, mesmo sendo utilizada frequentemente para designar: a história das classes pobres; a história social do trabalho e do movimento socialista; e em combinação com a história econômica (HOBBSAWM, 2000).

Portanto, pode-se afirmar que, nas décadas de 1950 e 1960, a história social, em sentido estrito, debruçava-se sobre problemas históricos relativos ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais (CASTRO, 1997). Foi, a partir da década de 1970, que se percebeu uma mudança nos paradigmas da história. Sandra Pesavento (2003, p. 32) relata que os historiadores da época conduziram a história social que, até então, caminhava paralelamente à economia, em direção aos domínios do cultural, buscando analisar como a práxis se traduzia em valores sociais, em opiniões e em conceitos sobre o mundo, e vice-versa.

Já nas duas décadas seguintes, tornou-se cada vez mais notório que “uma história cultural da sociedade tenderia a substituir as abordagens clássicas em história social da cultura” (CASTRO, 1997). Pesavento (2003) afirma que essa ulterior renovação foi consequência de um progressivo afastamento das teorias econômicas e, especificamente, das teorias neomarxistas, que consideravam a cultura o reflexo das estruturas sociais.

O impulso de renovação, que iria permitir a construção de uma nova história cultural, precisou se afastar também do conceito de cultura como manifestação superior do conhecimento, como domínio das elites. Pode-se destacar, sumariamente, que a história cultural, no fim do século XX, decifrava a realidade do passado por meio das suas representações (PESAVENTO, 2003), e o historiador, por sua vez, estudava as diferentes relações sociais, os mitos, os valores, as crenças, isto é, as representações da realidade.

Portanto, para que uma nova história pudesse se erguer, era necessário reestruturar o andaime teórico e, assim sendo, novos autores, até então desconsiderados, que trabalhavam com o estudo das relações sociais e do cotidiano, entraram em cena, influenciando uma ulterior mudança, dessa vez, relativa a uma redução da escala de abordagem. Nascia, naquele momento, o conceito de micro-história, ou seja, uma historiografia que estudasse a história individual, privada, podendo, assim, reconstruí-la e analisá-la com um grau de meticulosidade e aprofundamento infinitamente maior.

Diante de um cenário de mudança de perspectivas e realocação de nortes teóricos, a pesquisa histórica, por um viés social, volta-se para a observação das práticas, a descrição das identidades e das relações, além do mapeamento dos trajetos individuais e de tudo que eles envolvem.

De origem italiana, esse novo *modus operandi* historiográfico, que reduz o diâmetro do espaço de análise, permitindo uma descrição caleidoscópica do fenômeno, ultrapassou as fronteiras geográficas inovando muitas das “correntes da década de ‘80 no âmbito da história” (VAINFAS, 2002, p. 136). Inúmeras foram as pesquisas que buscaram reler o passado, tentando analisá-lo, agora, a partir de aspectos cotidianos da sociedade, de comportamentos e de organizações sociais.

Segundo Chartier (2001, p. 119), de fato, a prática da micro-história se diferenciava da monografia tradicional, pois cada “micro-história” tenta reconstruir o modo como os indivíduos produziram o mundo social “por suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os unem ou os conflitos que os opõem”.

Objetos e figuras que, antes da causa da abordagem totalizante, teriam ficado relegados no esquecimento, agora, estavam ganhando relevo e dando novos sentidos para uma história já lida e, talvez, nem tanto compreendida. A esse respeito, Ronaldo Vainfas (2002) mostrou como, valendo-se dos parâmetros da micro-história, foi possível inovar o campo historiográfico e produzir obras que possibilitaram um *vis à vis* com os rostos humanos, as personagens reais com nomes e características próprias que realmente fizeram a história.

A ideia do trabalho cultural e micro historiográfico era que, partindo da análise da vivência de um sujeito específico, era possível reconstituir não apenas seu trajeto privado, mas também o cotidiano de sua comunidade, seu contexto cultural e sistemas repressivos. Nesse mesmo sentido, torna-se tangível o propósito de descrever os elementos que estruturavam a cultura local de um povo ou a vida e as percepções que se tinham dela, por meio do estudo de documentos considerados, até então, opacos e porosos. Esse esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos levaria, conforme Sidney Chalhoub, ao desvelamento da “dimensão social do pensamento” (CHALHOUB, 2011, p. 16).

O olhar atento do historiador, portanto, a partir desse momento, estaria aguçado para os fragmentos, os detalhes desconsiderados, os documentos despercebidos, para, assim, visualizar a questão social de maneira mais abrangente ou localizar uma questão histórica ou cultural marcante que havia escapado aos olhares generalizantes das

pesquisas de até então. Assim, seria possível, também, conjugar a prática micro historiográfica com a reflexão sobre a língua, para que, em colaboração, tornasse mais alcançável o retrato das relações sociais e culturais dos povos, além de tornar a língua um tema para a história e um fenômeno situado nas instâncias do poder, territorial e nacional.

1.4 Nas instâncias do poder: do território e população à instauração do controle sobre as vidas

Ao olhar para os acontecimentos históricos por essa nova lente, torna-se importante, então, sempre redimensionar socialmente o pensamento, isto é, situá-lo na teia histórico-cultural e, conseqüentemente, em sua relação espaço-temporal, delimitados tanto político quanto socialmente para demarcar territórios, delinear populações e instaurar nações onde instanciar o poder. Na obra que resume os cursos ministrados no Collège de France, entre 1977 e 1978, intitulada *Segurança, território e população*, Foucault explica seu conceito de território vinculado aos dispositivos⁷, historicamente constituídos, de saber e poder. Desse modo, o autor parte da proposta de emergência de mecanismos de segurança que indicam um aperfeiçoamento técnico em que se coloca a dominação relativa em uma correção ou edifício complexo de mecanismos.

As técnicas de segurança se instalam e fazem funcionar, no interior de sua tática, as técnicas jurídicas e os elementos disciplinares. Envolvem mecanismos de controle social e penalidades e mecanismos que têm por função modificar o destino biológico da espécie (FOUCAULT, 2008) em um determinado território.

Ao falar de território, torna-se necessário abrir uma digressão sobre o que esse conceito representa na perspectiva foucaultiana, isto é: a base física sobre a qual será exercida a soberania estatal. Isso porque, ele vincula o território profundamente ao “poder soberano”, ao poder centralizado na soberania do Estado. O filósofo propõe, até

⁷ Como “dispositivo”, entende-se um conjunto heterogêneo de enunciados e materialidades destinados a transmitir saberes constitutivos dos sujeitos. Esse conceito foucaultiano é posteriormente desenvolvido por Giorgio Agamben (2009). Conforme Agamben, são dispositivos discursivos as instituições, criações arquitetônicas, decisões regulamentárias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas que se destinem a transmitir saberes que formam os sujeitos; todas as coisas ditas e não ditas que têm o poder de trazer os discursos à luz, de modo que incidam sobre o corpo da população; qualquer coisa que “de algum modo tenha a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p. 13).

mesmo, uma espécie de tipologia dos Estados, dentre os quais aparece o Estado Administrativo (iniciado nos séculos XV e XVI), que estaria pautado na “territorialidade fronteiriça” e no poder disciplinar. Foucault (2008, p. 16) reconhece que:

Embora seja verdade que a soberania se inscreve e funciona essencialmente sobre um território e que, afinal de contas, a ideia de uma soberania sobre um território não povoado é uma idéia jurídica e politicamente não apenas aceitável, mas perfeitamente aceita e primeira, o fato é que o exercício da soberania em seu desenrolar efetivo, real, cotidiano, indica sempre, é claro, uma certa multiplicidade, mas que vai ser tratada justamente seja como a multiplicidade de sujeitos, seja como a multiplicidade de um povo.

Portanto, o território, enquanto vinculado ao poder soberano, ao exercício “real” da soberania, dá-se efetivamente em um espaço ocupado, em toda a sua multiplicidade humana. Mas não teria como desvencilhar o território da população, personagem que toma maior relevância a partir do surgimento das biopolíticas, pois anteriormente não havia um tão intenso investimento na vida.

Mas o que significa essa naturalidade de população? O que faz que a população, a partir desse momento, seja percebida não a partir da noção jurídico-política de sujeito, mas como uma espécie de objeto técnico-político de uma gestão de governo?” (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Assim, a população seria um corpo em movimento a ser conduzido.

Um fenômeno que não se pode mudar como que por decreto, o que não quer dizer, entretanto que a população seja uma natureza inacessível e que não seja penetrável, muito pelo contrário” (FOUCAULT, 2008, p. 93).

Resulta possível conduzir a população, composta por indivíduos que têm interesses e desejos próprios, mediante parâmetros de poder que permitam entender a lógica de seu movimento. Desse modo, se uma das poucas coisas que cada integrante de uma população comparte com o grupo seria o desejo, uma proposta de condução resultaria conduzir os desejos de cada um dos indivíduos, criando uma ilusão de movimento individual, mas, na realidade, que são coletivos. Assumindo isso, compreende-se que o poder não se exerceria mais na base da proibição, e sim na base do incentivo do desejo, diminuindo a necessidade de uma soberania cerceadora e instaurando o poder à incitação do desejo, uma sutil disciplina de manipulação.

Destarte, a soberania envolve a heterogeneidade de sujeitos em um mesmo território, e a disciplina é exercida sobre o corpo de cada um deles mediante dispositivos penais, militares, escolares etc., como modo de recortar a multiplicidade e estabelecer um ponto de implantação de certa docilidade que, como apontou Michel Foucault (2002, p. 165),

[...] implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de “disciplinas”.

Ao prosseguir, percebe-se que lugares específicos, os limites territoriais ou fronteiras nacionais, definem uma localização útil que desempenha a função (e a razão) do Estado, isto é, o ato de vigiar, punir, disciplinar e, ao mesmo tempo, impedir comunicações perigosas, resultando na que podemos definir como “docilidade automática” como parte do espaço nacional:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. [...] “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos... (FOUCAULT, 2002, p. 143).

Em um “Espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição” (FOUCAULT, 2002, p. 143). Interligando-se a essa concepção geral, é possível aludir à ação e à atuação do Estado-nação sobre o território nacional por meio da soberania, que “[...] se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (FOUCAULT, 2008, p. 93) – a disciplina e a segurança só podem lidar com multiplicidades, pois

[...] essas coisas de que o governo deve se encarregar [...] são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade (FOUCAULT, 2008, p. 93).

Logo, pode-se perceber um processo de homogeneização estatal, que aniquilou a heterogeneidade dos sujeitos, suprimiu as relações coletivas e fomentou a construção de um corpo social unitário, tornando-o um “certo número de individualidades separadas, que se encontram reunidas por certo número de elementos constitutivos do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 34). No momento em que cada indivíduo passa a se conceber como parte integrante de uma população disciplinada pela constituição estatal, passa a se igualar a ela, quase esquecendo de seu corpo individual, e o Estado, ao perceber tais forças e capacidade no meio social, passa a absorvê-las e manipulá-las, dificultando suas articulações, sujeitando-as a uma ficção de unicidade, para neutralizar qualquer insubordinação. Dessa maneira, o poder soberano estatal se respalda no domínio e na subordinação das massas, dotando o Estado de certa força de expansão, ao constituir um lugar-comum em que manipula a conduta humana, a fim de garantir a manutenção da sua governabilidade (FOUCAULT, 2008).

Para assegurar sua soberania, o Estado se estrutura de forma fixa, baseando-se em seu território. Tal solidez e união lhe permitem a continuidade e a inserção de novas camadas sob o seu domínio, sem nenhuma alteração em sua estrutura. Por isso, torna-se essencial a institucionalização do sistema unitário social, consolidando uma constituição soberana territorial, na qual o indivíduo é delimitado em desejável ou indesejável, mediante as fronteiras que, ao mesmo tempo, segregam o espaço público e restringem o reconhecimento do sujeito como ser político e social. O fim é a anulação de interferências externas ao território, moldando uma estrutura unificada e uniformizada. Ao entender, então, o papel desempenhado pelo território na formação das nações, onde populações se encontram disciplinadas por constituições estatais, pode-se refletir sobre o fato de o Estado ser “ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente” (FOUCAULT, 2008, p. 6), pois o seu caráter contínuo e fixo depende do consentimento de seus cidadãos, isto é, a agência política contida no corpo social detém a faculdade de modificar essa estrutura, no entanto é alienada e aniquilada por intermédio do processo de absorção e uniformização estatal.

Pode-se realçar que o indivíduo é diluído pelo político e apropriado pelo Estado, gerando um sujeito territorializado, em que a nacionalidade se torna uma inscrição primária na ordem estatal, e sua pessoalidade é absorvida pelos mecanismos disciplinadores, devido ao sistema de exercício governamental. Tal processo de apropriação se sustenta nas relações entre os sujeitos juntamente com a relação entre

sujeito e Estado; em outras palavras, esse domínio sobre a vida individual torna único o controle biopolítico exercido pela máquina estatal sobre os cidadãos.

Diante disso, pode-se perceber que a constituição estatal se funda nos antagonismos de classes, fomentando a perpetuação das relações entre dominador e dominado. Assim, o corpo social se entende como vida politizada e reconduzível ao corpo nacional, considerando que o controle biopolítico age como uma estratégia de manutenção da soberania estatal.

Esse mesmo antagonismo que perpetua relações de poder, como um controle biopolítico, que passa, no nosso entendimento, pela questão da gestão de vidas e pela língua, incide sobre os dizeres que um território-nação sedimenta acerca da homogeneidade e da unificação daquilo que se toma como língua nacional. Diante disso, no capítulo seguinte, trataremos do campo do saber da história social da língua no contexto brasileiro.

CAPÍTULO 2 – DAS RELAÇÕES DE PODER ENTRE LÍNGUA E NAÇÃO

2.1 Olhando para a língua(gem) pela lente foucaultiana

É possível afirmar, partindo do que já foi dito, que o trabalho de Foucault abriu muitas possibilidades de estudos tanto no campo da história quanto no campo do discurso e dos estudos da linguagem, pois, em cada momento de sua carreira, o filósofo trouxe questões novas e provocativas para cada uma dessas áreas.

Mesmo não sendo seu alvo último, a elaboração de uma teoria do discurso, Foucault vem sendo indicado como uma das maiores influências teóricas nessa área de conhecimento. Ao se dedicar à discussão de temas relativos à constituição dos saberes em relação com os poderes, ao longo da história da sociedade ocidental, Foucault escolheu debater tais temáticas utilizando como referência o discurso. A noção de discurso, assim como seu objeto de estudo, não coincide com a que usada pela linguística ou pela crítica literária, pois “tanto quanto não está nas coisas, este objeto não está nas palavras, na análise interna do discurso, em sua estrutura intralinguística”. Assim para o autor este objeto, o discurso não seria “constituído pelo discurso, mas pelas condições de possibilidades dos discursos” (ROBIN, 1977, p. 93).

Se, nos primeiros anos de seu trabalho, Foucault se aproximou da linha de Canguilhem e de Bachelard na busca por uma filosofia crítica, a partir de 1966, com a publicação de *As palavras e as coisas*, seu trabalho mudou, tomando um perfil muito mais político e focado sobre as questões de poder. Segundo Williams (1999, p. 77), poderíamos tentar dividir o método foucaultiano em dois movimentos: um primeiro movimento sincrônico, derivado de Canguilhem e de Bachelard, que envolve as inter-relações entre os elementos que estão centrados sobre identidades tipológicas, e um segundo diacrônico, que deriva de Nietzsche, e se refere ao que Foucault chamou de ‘história dos sistemas de pensamento’.

Ao olhar seu trabalho como um todo, Williams (1999) afirma que seria possível perceber que Foucault rejeitou a noção de sujeito centrado e focou sobre as questões que envolviam o conceito de homem como sujeito, contribuindo para uma teoria anti-humanista que, nas mesmas palavras de Foucault (2005a, p. 272), expressa-se como: “nada no homem, nem seu próprio corpo, é bastante fixo para compreender os outros homens e neles se reconhecer”.

Para uma compreensão da teoria foucaultiana, Williams (1999, p. 77) situa os leitores, em seu texto, inicialmente, diante das ligações/apropriações com as ideias de Nietzsche. Segundo Nietzsche (1989), não haveria fatos, apenas versões, fruto da interpretação das coisas do mundo. Na mesma linha, o filósofo alemão explica que não haveria como atingir as coisas por meio da linguagem, pois não teria como o homem atingir o mundo a não ser por meio de relações metafóricas; assim, mediante essas relações, ele poderia se conhecer. Essa operação metafórica seria uma ação tanto livre quanto inconsciente e, nessa ambivalência, constituir-se-ia enquanto ação consciente que resultará em uma ilusão de contato com o mundo mediado pela linguagem. Nietzsche, também, defendia a ideia de que a relação do homem com a verdade resulta, sempre, do desejo de verdade que, para ele, seria apenas uma denominação diferente para o desejo de poder.

Em *A Ordem do Discurso* (2001), Foucault define a vontade de verdade de duas maneiras. A primeira seria uma força geradora de ciência e de novos discursos, enquanto a segunda seria um mecanismo de exclusão. Na perspectiva do filósofo, as sociedades humanas tendem a construir mecanismos de controle e dominação das práticas discursivas por medo de seus efeitos, como o efeito de ‘verdade’. Ao longo da história, todas as sociedades aspiraram, a seu modo, o domínio do discurso, negando-o enquanto acontecimento e materialidade histórica. Assim, observando e analisando as relações de uma sociedade, é possível detectar vários procedimentos, quais sejam, os de exclusão, delimitação, controle e rejeição dos discursos. Em seu texto, Foucault ilustra como a vontade de verdade seria também um procedimento de exclusão, ao se pautar em suportes institucionais, mas, ao estar visceralmente entrelaçada ao desejo e ao poder, tem sido descrita como força universal.

Poderíamos tentar sintetizar dizendo que, para Foucault (2001), o ponto cerne seria atingir a compreensão do funcionamento dos sistemas de saber que, juntamente com as disciplinas, as doutrinas e a filosofia, moldam o ‘verdadeiro’, enquanto ‘efeito do discurso normativo’ em uma sociedade. Assim, não haveria como compreender as relações entre verdade, saber e poder sem interligá-las às relações entre o discurso, a história, os sujeitos e a produção de sentido.

Foucault tentou estudar as condições de existência dos saberes, em uma época histórica específica, e, assim, decidiu chamá-las de episteme, como já foi dito antes e que se desdobrou aqui, pois, nas palavras do autor, seria “o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras

epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (FOUCAULT, 2002a, p. 217). Portanto, para Foucault, a episteme pode ser encontrada ao detectar ligações entre as ciências analisadas no nível das regularidades discursivas. No mesmo texto, *A Arqueologia do saber*, ao fazer uma revisão crítica de suas obras anteriores, Foucault irá substituir a ideia de episteme pelo conceito de prática discursiva. Essa substituição resultaria em dois efeitos teóricos, segundo Gregolin (2004, p. 85):

Primeiramente Foucault está historicizando uma visão que era, em *As Palavras e as Coisas*, muito próxima da proposta estruturalista; em segundo lugar, a ideia de ‘prática’ acentua o caráter de luta política que Foucault imprimirá aos enunciados na produção da História. Entre Lévi-Strauss e Marx, seu pêndulo se inclinará para o segundo.

É possível encontrar em todo o trabalho de Foucault a noção de condições de existência dos saberes respaldadas por regras de funcionamento, ditas práticas discursivas.

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault se direciona para a busca do entendimento de como o homem se tornou, simultaneamente, sujeito e objeto de estudo das ciências humanas, ciências que, para ele, são mais saberes, entendidos como discursos, que ciências em si.

As ‘ciências do homem’ fazem parte da episteme moderna como a química ou a medicina ou alguma outra ciência; ou, ainda, como a gramática e a história natural faziam parte da episteme clássica. Mas dizer que elas fazem parte do campo epistemológico significa somente que elas nele enraízam sua positividade, que nele encontram sua condição de existência, que não são, portanto, apenas ilusões, quimeras pseudocientíficas, motivadas ao nível das opiniões, dos interesses, das crenças, que elas não são aquilo a que outros dão o estranho nome de ‘ideologia’. O que não quer dizer, porém, que por isso sejam ciências (FOUCAULT, 2002b, p. 505).

Na perspectiva do filósofo, a história ocidental seria dominada por três epistemes (a Clássica, a da Renascença e a Moderna), e que apenas a episteme moderna forneceu as condições para o surgimento das ciências humanas enquanto novo campo do saber que tomaria como sujeito e objeto de estudo o ser humano imerso em sua historicidade, em sua ‘finitude’.

Ao partir, então, de sua noção das ciências humanas enquanto discursos, Foucault apresenta o termo ‘arqueologia’, visando a se referir ao estudo dos enunciados efetivamente produzidos, tratando-os como acontecimentos discursivos para que

pudesse compreender as condições que possibilitaram seu aparecimento em um determinado momento histórico. Tais acontecimentos, porém, obedeceriam a um conjunto de regras, chamado de arquivo, que determinaria as condições de possibilidades de sua aparição.

Assim, para Foucault, o arquivo seria tanto a lei do que pode ou o que não pode ser dito, quanto aquilo que permite que as coisas ditas sejam agrupadas em figuras distintas, que elas:

Se componham umas com as outras, segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. [...] Longe de ser o que unifica tudo num grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria (FOUCAULT, 2002a, p. 149).

Por isso, considerando que as ciências humanas se constituem enquanto saberes que se dão como discursos, o que é preciso explicar consiste nas relações entre os discursos e nas suas condições de existência. Mas essas condições só poderão ser encontradas na análise da descontinuidade, da ruptura, do limiar, do limite, das séries, pois “a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido” (FOUCAULT, 2002a, p. 14).

Entretanto, para poder compreender com mais inteligibilidade de que maneira se dão as relações entre o discurso, o sujeito e a história na teoria foucaultiana, é preciso se demorar sobre a noção de acontecimento discursivo e compreender o conceito de enunciado e sentido em sua relação com as formações discursivas e os arquivos.

Como exposto anteriormente, Foucault (2002a) entende que a arqueologia se faz por meio da análise dos enunciados (dispersos em acontecimentos discursivos) em cada instante de sua aparição histórica. Sua emergência, portanto, está articulada com a existência de outros enunciados, o que requer uma análise dessas relações. O enunciado, para Foucault (2002a, p. 32):

É sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido [...] podem esgotar [...], pois está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou

na materialidade dos manuscritos, dos livros, e de qualquer forma de registro.

De tal modo, Foucault enxerga o enunciado como uma unidade única e repetível, ao mesmo tempo, mas, sobretudo, aberta à mudança e ao retorno. Todo enunciado estaria intimamente ligado aos demais enunciados, às razões que o provocaram e às situações que decorreram dele; assim, o enunciado estaria, ao mesmo tempo, relacionado com o passado e com o futuro, tornando seu sentido refém dessas relações. O enunciado, para Foucault (2002a, p. 99), seria uma “função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos”, e ao analisar um deles, é possível buscar “segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)”.

Em seu modo de ser singular [...], ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição ou ato de linguagem; e para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. (FOUCAULT, 2002a, p. 98).

A partir dessa definição, podemos ter certeza de que o enunciado, para ele, representava uma unidade do discurso e não da língua, tendo em vista que, para o filósofo, a língua é uma possibilidade de enunciados. Para Foucault, foi bem importante demarcar os limites de sua noção de enunciado, assim que o pudesse situar operando em outro nível. Para ele, a língua, por uma perspectiva estruturalista, seria “um conjunto de estruturas, mas os discursos são unidades de funcionamento, e a análise da linguagem em sua totalidade não pode deixar de fazer face a essa exigência essencial” (FOUCAULT, 2005c, p. 73).

Ao identificar na língua um sistema de formação de enunciados possíveis, Foucault (2002a, p. 98) destaca que “não se requer uma construção linguística para formar um enunciado”. Dessa maneira, é possível perceber o viés semiológico que Foucault confere à noção de enunciado, despidendo-o de uma necessidade de aparecer por meio de um signo verbal. Ao comparar seu conceito de enunciado com a noção de frase aceita pela linguística, Foucault destaca que as árvores genealógicas, por exemplo, são enunciados, mas sem frases. Destarte:

Não se trata dos mesmos critérios que permitem, em uma língua natural, definir uma frase aceitável ou interpretável. [...]. Não parece possível, assim, definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase (FOUCAULT, 2002a, p. 93).

O filósofo, portanto, faz questão de se afastar das concepções habituais da esfera linguística, afirmando que são as regras do arquivo, definidas historicamente, que estabelecerão se um enunciado pode ser constituído por uma frase, uma proposição ou ato de linguagem. Mas, para que exista um enunciado, é preciso que alguém o realize, suprimindo a função enunciativa desde um lugar sócio-historicamente determinado, tornando-se, assim, o sujeito da enunciação. Logo, analisar discursos significa descrever o exercício da função enunciativa, de suas condições de funcionamento, suas regras e seus limites, já que o exercício da função enunciativa, em uma época, provoca regularidades de sentido na dispersão dos enunciados efetivamente produzidos. Por isso, a análise do discurso seria a descrição do jogo enunciativo, a observação das regularidades de sentido produzidas pela materialização dos enunciados que não se dará em uma linearidade, mas em uma dispersão.

Assim, pressupondo que sua noção de história não é linear, em qualidade de acontecimento único (realizado na dispersão) e ao mesmo tempo repetível (que gera regularidades de sentido), o enunciado só poderá ser estudado aceitando sua singularidade e multiplicidade ao mesmo tempo. Para dar conta dessa duplicidade do enunciado, Foucault (2002a, p. 43) afirma que seu movimento analítico no lugar de “reconstituir cadeias de inferência (como se faz frequentemente na história das ciências ou da filosofia)”, ou no lugar de “estabelecer quadros de diferenças (como fazem os linguistas)”, dedicar-se-ia à descrição dos “sistemas de dispersão”.

Será no sistema de dispersão que ele buscará as regularidades de sentido. Um conjunto de enunciados, inserido em um sistema de dispersão, estará sempre envolvido por uma formação discursiva. As formações discursivas representam o conjunto finito dos enunciados efetivamente realizados, distribuídos em uma dispersão que carrega, em si, uma regularidade e, dessa regularidade, dá-se a unicidade discursiva. De tal modo, para Foucault (2002a, p. 144), “analisar uma formação discursiva é tratar um conjunto de performances verbais, ao nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza”. Para ele, será a positividade a caracterizar um discurso como “unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos” (FOUCAULT, 2002a, p. 145). A positividade permite colocar em luz a medida segundo

a qual as *performances* verbais que constituem o conjunto analisado se aproximam (ao falar ‘a mesma coisa’) ou se afastam, evidenciando as diferenças entre as discursividades. Assim, elas marcariam os limites desse tipo de comunicação inserida em uma mesma formação discursiva.

Foucault (2002a, p. 146) escreve que “a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori histórico* [...] que [...] seria uma [...] condição de realidade para enunciados”. Esse, a princípio, histórico, seria o conjunto de regras que delimitam as práticas discursivas e permitem o aparecimento dos enunciados, sendo que

[...] temos na densidade de nossas práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas do outro) que proponho chamar de arquivo (FOUCAULT, 2002a, p. 148).

Contudo, para Foucault (2002a, p. 151), analisar um arquivo é buscar se desprender das continuidades, quebrar os laços das teleologias e, em um movimento de desfoque para o protagonismo do homem, buscar desvelar o outro e o externo. Essa prática de diagnóstico do presente é o que torna possível estabelecer “que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos” (FOUCAULT, 2002, p. 151).

E, para pôr em prática essa história diagnose, pautada na análise do arquivo, no retrato das formações discursivas, na observação das positivities e na delimitação do campo enunciativo, Foucault se serve da ‘arqueologia’. Para ele, a noção de arqueologia residiria na prática de interrogar “o já-dito no nível de sua existência: da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte” (FOUCAULT, 2002, p. 151). É por essa razão que o filósofo entende o discurso como um elemento envolvido por uma opacidade incômoda, que é preciso ultrapassar para desvelar o que é mantido obscuro; ele se aproxima ao discurso em qualidade de monumento.

Ao falar em arqueologia, portanto, o autor se referia a uma disciplina quase investigativa, que busca o oculto do discurso, sem perder de vista a sua imanência e, portanto, sempre o situando na série da qual faz parte, afastando-o do arquivo ao qual passou a pertencer após a ação do historiador. Em razão de seu pertencimento a um

arquivo, o enunciado está vinculado a outros enunciados, que o precederam e que o seguiram. Logo, é possível afirmar que os enunciados não existiriam fora dessa inter-relação, pois, somente assim, eles entram a fazer parte do jogo enunciativo dos discursos. Tais jogos, causados pela emergência dos acontecimentos discursivos, formam o liame entre passado e futuro. Assim, a história se constitui como materialidade discursiva que se manifesta por meio do surgimento material dos enunciados enquanto acontecimentos discursivos, que seriam constituídos, segundo Foucault (2002a, p. 116), por “uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade”.

Pode-se afirmar, então, que o enunciado foucaultiano diverge do enunciado propriamente linguístico, pois ele tem, contemporaneamente, singularidade e iteratividade, coisa que o torna súcubo aos regimes de materialidade e extremamente ligado à ordem das instituições. Segundo o filósofo, a função de tais regimes seria a de estabelecer suas possibilidades “[...] de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites)” (FOUCAULT, 2002a, p. 118). Em virtude disso, o enunciado é, sim, uma materialidade, mas ele pertencerá também a um campo de estabilização que permite infinitas e imprevisíveis repetições.

Assim, para o autor, a materialidade dos enunciados os torna objetos de cultura que os homens “produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem, recompõem, eventualmente destroem”. É por isso que o enunciado “circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 2002a, p. 121).

Dessa forma, ele (o enunciado) torna o discurso um objeto de desejo em nossa sociedade, gerando as relações discursivas e as condições de possibilidades de um discurso. Ambas determinarão o que pode e o que não pode ser dito, sem esquecer que o que será dito continuará súcubo à ordem do discurso, que controla, exclui e destrói, segundo as pulsões do desejo de poder e do desejo de verdade. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault explica que, na nossa sociedade, existe certa logofobia, isto é,

[...] uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso (FOUCAULT, 2001, p. 50).

Destarte, qualquer sociedade nutriria o profundo desejo de domínio sobre o discurso, tendendo à sua negação enquanto acontecimento e materialidade. A fim de compreender essa relação de temor e desejo de domínio, torna-se necessário individuar as condições de existência, os jogos enunciativos e seus efeitos. Para isso, é preciso “questionar nossa vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, 2001, p. 51). Para o filósofo, um acontecimento discursivo só ocorrerá ao se ocupar de uma posição de sujeito do enunciado por algum indivíduo, na ordem do discurso. Desse modo, o sentido será sempre provisório, pois ele não reside nem no signo, nem na palavra, nem no sujeito. Ao contrário: ele se encontra, sobretudo, nas relações entre os enunciados que compõem uma formação discursiva. Assim, não é possível aproximar o sentido ao significante e, nessa linha, o trabalho da análise do discurso é mostrar “o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante” (FOUCAULT, 2001, p. 70).

Concernente ao exposto, partindo da análise dos trabalhos de historiadores da história das ideias e das ciências, apresenta um novo método analítico bipartido. Nele, haveria, de um lado, o movimento crítico, que visa a fazer um levantamento das formas de exclusão, de limitação e de apropriação para mostrar como surgiram, mudaram e se movimentaram, bem como que tipo de forças exercitam e de que modo foram circunscritas; enquanto, do outro lado, um movimento genealógico, que procura identificar como se formaram as séries de discursos, ao redor de qual norma específica e em função de quais condições de aparição, de crescimento e variação.

Dessa maneira, Foucault delineou uma teoria do discurso trabalhando com a ideia de sentido vinculada aos acontecimentos discursivos. Similarmente, Foucault sublinha que “os acontecimentos funcionaram em relação à sua situação original; eles deixaram traços atrás deles, eles subsistem e exercem, nessa própria subsistência no interior da história, um certo número de funções manifestas ou secretas”. Por isso, para o autor, a linguagem “persiste desviando de nós seus olhares, o rosto inclinado na direção de uma escuridão da qual nada sabemos” (FOUCAULT, 2005c, p. 72-73).

Nesse âmbito, é possível acentuar que parte do legado de Foucault foi trazer à luz a necessidade de refletir sobre como se dá a visibilidade àquilo que está na evidência do dizer, prezando por um olhar que busque nos documentos um sentido em si e encontre, nas séries discursivas, um sentido que se efetiva na dispersão e na inter-relação entre os enunciados.

2.2 Da origem e desdobramento da relação entre língua e nação

O conceito de língua como instrumento unificador de comunidades é rastreável desde as comunidades religiosas mais antigas, as quais se entrelaçavam pela partilha de uma língua sagrada, qual seja, o latim, o grego, o hebraico, o árabe ou o sânscrito. A entrada de novos membros na comunidade se dá mediante a aquisição do domínio da linguagem. Assim, na antiga Grécia, surgia o termo βάρβαρος⁸, isto é, aqueles que falavam uma linguagem incompreensível e, por isso, desagradável; em seguida, passou a designar o estrangeiro em geral. De modo similar, na antiga Índia, surgia o termo barbarāḥ⁹, isto é, «os não ários», ou, mais propriamente «os balbuciantes». O passo seguinte foi a associação do não falante e, portanto, do estrangeiro, a um sujeito que não partilha da cultura, a um não civilizado. Nas palavras de Anderson (2008, p. 40), “meio-civilizado é melhor do que bárbaro”.

Essa concepção de bárbaro, seguida por essa política, serviu de base para a formulação do trato destinado às comunidades autóctones das colônias da nação. A “mescla” da língua se tornou proposta de miscigenação e, com pequenos passos, a direção era o fim de milhões de etnias e culturas à modica soma de isenções dos impostos e concessões de propriedade privada.

Mas se o meio de se imaginar as grandes comunidades globais do passado eram as línguas mudas sagradas, essas aparições adquiriram realidade a partir de uma ideia bastante estranha à mentalidade ocidental contemporânea (ANDERSON, 2008, p. 41).

Isso posto, às línguas (como ao hebraico bíblico, ao grego evangélico ou ao árabe corânico), são dados valores nacionalistas e divinos, podendo, assim, o domínio sobre a língua salvar da barbárie e das penas do inferno. De tal forma, o domínio da linguagem estaria relacionado ao ato civilizatório e, conseqüentemente, à inclusão do sujeito, antes não civilizado, nas comunidades política e religiosa.

Com o passar do tempo, a ligação com o espectro religioso foi se atenuando cada vez mais, e esse declínio estaria ligado a duas razões: a primeira estaria no resultado das explorações do mundo além das águas mediterrâneas, coisa que trouxe uma reavaliação da imagem bíblica do mundo, gerando uma necessária relativização dos escritos; a

⁸ Palavra onomatopeica com a qual os gregos indicavam os estrangeiros (literalmente, os balbucientes), isto é, aqueles que não falavam grego e, portanto, não pertenciam à cultura grega.

⁹ Em uma antiga língua indiana, surge o termo para indicar «os não ários» ou, mais propriamente, «os balbuciantes». Também se refere a uma não pertença à cultura aria, portanto, a uma não civilização.

segunda, estritamente interligada à primeira, seria que a língua sagrada foi cada vez mais perdendo seu valor, pois aquelas comunidades agora iam se “fragmentando, pluralizando, territorializando” (ANDERSON, 2008, p. 47).

No que diz respeito ao reino dinástico, o afrouxamento da força religiosa trouxe mudanças também, pois a legitimidade do reino dinástico só se pautava em sua origem divina. O que trazia prestígio para o reino, agora, era algo imanente, o expansionismo territorial e a “política sexual” (ANDERSON, 2008, p. 48), a união dos reinos mediante casamentos dinásticos. Assim, conforme Anderson, a miscigenações entre as linhagens reais dava mais prestígio que a mesma aura divina.

Em 1914, os Estados dinásticos ainda eram maioria no sistema político mundial, mas [...] muitas dinastias vinham se esforçando para conseguir uma chancela ‘nacional’, enquanto o velho princípio da legitimidade minguava silenciosamente (ANDERSON, 2008, p. 51).

Mas a origem das comunidades imaginadas, isto é, das nações, não se deve apenas às comunidades religiosas e aos reinos dinásticos. Com o declínio dessas duas comunidades, o modo de apreender o mundo, não mais interligado a uma língua sagrada, tornou possível o uso de novas linguagens, como a representação visual do sagrado, coisa que possibilitou a inclusão dos iletrados.

Se o clero transeuropeu letrado em latim era um elemento essencial na estruturação do imaginário cristão, igualmente vital era a transmissão dessas concepções para as massas iletradas, por meio de criações visuais e auditivas, sempre pessoais e particulares (ANDERSON, 2008, p. 52).

Para Anderson (2008, p. 56), existiam ações que atingiam as sociedades ao mesmo tempo, tornando seus membros unidos por essa partilha; mesmo sem conhecer, essa seria a noção de simultaneidade. Residiria nessa partilha “a novidade desse mundo imaginado”. Tal noção ajuda na compreensão do que seria uma comunidade imaginada como nação que floresce na Europa do século XVIII, com a crescente divulgação dos materiais impressos.

Diante dessas considerações, a nação “é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente” (ANDERSON, 2008, p. 56). Isso conviria a partir de três concepções culturais que perderam o domínio sobre mentalidade dos homens: *in primis*, o fato da língua escrita ser considerada “parte indissociável da verdade” (ANDERSON, 2008, p.

69); em seguida, a crença de que os monarcas possuiriam uma “espécie de graça cosmológica (divina)” (ANDERSON, 2008, p. 69); e, por último, a “concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas” (ANDERSON, 2008, p. 69).

Assim, o conceito de nação se desenvolveu no fim do século XVIII, filho da Revolução Francesa e de seus ideais de liberdade e de soberania, o poder, que antes era do monarca, agora, passa ser do Estado e de seus cidadãos. A passagem de súdito para cidadão acompanha a tomada de posse do poder político que, até então, era domínio da família real e pertence ao Estado, logo, ao povo. É nesse cenário que se torna indispensável “criar” a nação e “forjar” uma consciência nacional, que desperte um sentimento de pertencimento a uma comunidade que se une de espontânea vontade. Segundo Hobsbawm (*apud* CHAUÍ, 2000), a ideia de nação nasce como resposta à demanda por uma comunidade que avance unida, tornando a “divisão econômica, social e política” uma “unidade indivisa” (CHAUÍ, 2000, p. 17). Chauí também ressalta que Hobsbawm reconhece o papel das línguas nacionais no processo de constituição e solidificação da identidade dos sujeitos que constituíam o Estado-nação em meados do século XIX.

Com a divulgação da língua escrita, nasceram e se consolidaram as línguas nacionais e, em muitos países, as línguas oficiais. A elaboração de uma língua nacional, entendida como homogênea e identitária, então, deve-se ao surgimento das nações, conceito que, conforme Chauí (2000), é reconduzível a um construto produzido historicamente. Olhando para o surgimento dos primeiros sistemas de escrita das variedades prestigiadas social, cultural e politicamente, no final da Idade Média, na Europa, Gnerre (1985) mostra como tais esforços visavam a favorecer a constituição de nações a partir do reconhecimento das línguas nacionais.

O autor, especificamente, retoma ao exemplo de Portugal e da Espanha, que, ao associar as línguas à escrita, tentaram aproximá-las ao latim, por meio de um lento processo de elaboração lexical e sintática das diversas variedades. A partir disso, serviram-se dessa suposta solidez linguística como instrumento de afirmação interna e colonial. Portanto, a gramatização da língua se torna uma ferramenta de extrema importância para essa legitimação nacional. Paralelamente à escrita e aos dicionários, as gramáticas também desempenharam um papel de importância política, sobretudo ao serem utilizadas como instrumento da colonização ultramarina, mostrando que a relação saber-poder se efetiva como a pretensa unidade linguística como uma forma de

homogeneização da população. Gnerre (1985, p. 14), ao citar João de Barros, um gramático português durante a expansão colonial, destacou que a língua, na época, era entendida como

[...] um instrumento para a difusão da “doutrina” e dos “costumes”, mas não é somente instrumento de difusão, pois “as armas e padrões portugueses [...] materiais são e pode-os o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e a linguagem que os Portugueses nestas terras deixaram.

Interessante, também, resultam os dados apresentados por Auroux (1992), que aponta para uma propensão quanto à gramatização massiva dos vernáculos na Europa renascentista. Conforme o autor, não haveria possibilidade de comparação com o processo de gramatização, que se deu

[...] no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês), mas também do húngaro (1539), do polonês (1568) e do velho-eslavônio (1596) (AUROUX, 1992, p. 37).

Uma das causas dessa corrida à gramatização das línguas vernáculas seria o incentivo à política de expansão linguística que viria a se desenvolver juntamente com a constituição das nações europeias no século XVI. Conforme o autor, a publicação da gramática de Nebrija, a primeira da língua castelhana, aconteceu em uma época bem específica, juntamente com o casamento dos reis católicos, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, a Queda de Granada, e a viagem de Colombo, em outras palavras, a unificação, o fim da reconquista e o início da construção do império colonial. Retomando as palavras do autor:

O próprio Nebrija, dava três finalidades à sua gramática: fixar a língua (senão encontrar-se-ão, ao fim de cinquenta anos, tantas diferenças quanto entre duas línguas) a fim de que durem os relatos de exploração da monarquia, facilitar a aprendizagem do latim para as crianças, permitir aos estrangeiros aprender o castelhano (trata-se igualmente de dar leis aos povos conquistados) (AUROUX, 1992, p. 49).

Assim, o autor nos mostra que o papel político das gramáticas, a partir do Renascimento, era entendido como parte do processo de dominação dos povos coloniais, ao passo que permitiria fornecer um perfil descritivo de suas línguas, de inspiração greco-romana. A partir desse momento, conforme o autor, houve uma

mudança radical na comunicação humana e isso “deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as novas outras culturas do planeta” (AUROUX, 1992, p. 9), ao mesmo tempo que desempenhou um papel relevante na constituição unitária das línguas, na criação da imagem de uma unidade homogênea, intocável e inalterável tanto pelo espaço quanto pelo tempo ou pelos falantes. Em seguida, o autor explica que as gramáticas se parecem muito entre elas tanto na forma quanto no conteúdo, mostrando a existência de paradigmas descritivos.

Para refletirmos sobre a produção histórica das nações, podemos observar o caso do Brasil, país no qual a política linguística, ao longo da história de sua constituição nacional, inscreveu-se em um processo de desapropriação e silenciamento de identidades sociais e linguísticas. Basta pensar a política de Pombal, do século XVIII, a qual tornou obrigatório o uso da língua portuguesa, até então quase desconhecida pelos falantes do país. Os jesuítas se serviam das línguas locais, especialmente da chamada “língua geral”, do tronco Tupi, para fins evangelizadores; os índios e os negros também utilizavam a mesma língua, tal qual os colonizadores portugueses que, ao precisar instaurar uma comunicação com os nativos, preferiam se servir dela como “língua familiar”. Existem inúmeros documentos que mostram a força dessa língua em uso, inclusive em São Paulo, onde, conforme Silva Neto (1963, p. 55), o Padre Viera¹⁰ reconhecia que:

[...] as famílias dos portugueses, e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola.

Silva Neto (1963) nos mostra como a língua portuguesa se tornou uma preocupação constante para a coroa portuguesa que, em breves espaços de tempo, começou a emanar inúmeras ordens régias, como as de 1717, 1722 e 1727, que determinavam que os missionários ensinassem português aos índios; a de 1751, que ordenava a construção de escolas que todas as crianças até onze anos deveriam frequentar; a de 1753, que prescrevia uma comunicação unificada em português entre os índios da aldeia de Santana de Macapá; e a de 1757, que, após a expulsão dos jesuítas, outorgou a proibição definitiva do uso da língua geral, tornando obrigatória a língua portuguesa, em uma relação de poder sustentada por uma “biopolítica linguística” de

¹⁰ Em seu texto *Língua portuguesa em São Paulo: 450 anos*, Oliveira (2006) contesta a ideia.

exclusão do outro por meio da imposição da língua do colonizador, em termos foucaultianos.

Até então, o português era a língua da sociedade letrada, da administração, a língua dos encarregados públicos, dos documentos jurídicos, das cartas para a metrópole. Mas com a chegada da família real, no século XIX, houve uma forte tendência lusitana no Rio de Janeiro, cidade que foi repentinamente habitada por mais de quinze mil portugueses, que trouxeram consigo seus hábitos e reforçaram o uso do português no país (SILVA NETO, 1963).

A literatura também desempenhou um papel relevante na construção do elo entre a língua e a nação brasileira, especificamente, na busca por uma língua nacional. Mas tal busca encontra espaço também em outras áreas da sociedade letrada. De fato, conforme Dias, reportado no texto de Berenblum (2002), em 1826, por exemplo, um Deputado havia apresentado uma emenda que solicitava diplomas de medicina redigidos em português brasileiro; ou também, em 1827, ano no qual foi aprovada a Lei 15/10/1827, que prescrevia uma alfabetização feita em língua nacional, permitindo, assim, que o termo língua nacional pudesse aparecer em documentos oficiais e textos constitucionais até o século XX.

Ao longo do regime de Vargas, também podemos encontrar outro acontecimento relevante quanto ao uso da língua, a fim de criar unidade nacional, mediante uma política linguística que colaborava com a união da nação brasileira, sendo útil, para tanto, um idioma nacional. Na época, ocorreram muitos casos de perseguição política aos falantes de línguas estrangeiras (OLIVEIRA, 2000). Além disso, o Estado Novo se utilizou da escola pública e das disciplinas de geografia, história e língua portuguesa como instrumentos de divulgação de uma “ideologia nacional”, considerada necessária no processo constitutivo da nação brasileira (VLACH, 2000), empregando-se o campo do saber como uma forma de exercício do poder.

Segundo Chauí (2000), algo que também colaborou com a solidificação da nação brasileira seria o conjunto de mitos e crenças que, por exemplo, difundiram o conceito da nação una e indivisível, pacífica, sem idiosincrasias ou polarizações etno-sociais. Tal mito, por exemplo, permitiu mascarar a existência de muitos fatores ínsitos na natureza sócio-histórica do país, amenizando a percepção da exploração e da violência. Portanto, o plano para a criação da unidade nacional se expande em muitas mais ramificações das que poderíamos imaginar.

2.3 Do nacionalismo linguístico e do mito do monolinguismo

A ideia de trançar língua, território e comunidade de fala, em uma relação de unicidade, que tem sua origem na criação dos Estados Nacionais, dirigiu, por muitos anos, os estudos linguísticos por um único caminho, ao pensar e interpretar a interação entre as pessoas e o processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, os “discursos fundadores”, como os chama Orlandi (1993), desempenharam o papel de estabilizar e categorizar um idioma como “importante”, ao difundir políticas de ‘unidade linguística’ e ocasionar a marginalização de línguas locais. Tal conjuntura permitiu o surgimento de concepções, como as de “língua oficial”, “materna”, “pátria” e do *status* dado aos seus cidadãos como donos legítimos dessas “línguas”, instaurando, no campo do saber, a relação de poder do conhecimento científico (espaço do saber) em duelos daqueles que detêm a pretensa verdade sobre o próprio conhecimento e sobre a língua.

Assim, ao legitimar e oficializar uma única forma de falar e de escrever em uma “língua”, os Estados passaram a silenciar outras culturas, falares e fazeres de suas formações, empenhando-se no progressivo extermínio, sistemático, dessas “línguas” como ferramenta de dominação. Nessa luta por firmar uma conexão entre sujeito, nação e território, as línguas precisavam ser inventadas. O processo de invenção das línguas foi, também, um processo de invenção, hierarquização e exaltação de identidades sociolinguísticas específicas. O conceito pelo qual falantes de “língua portuguesa”, por exemplo, são os que se aproximam do “sistema linguístico” europeu, que, desse modo, continua na manutenção da primazia da tradição escrita e gramatical, relega, a níveis de “iletrados”, os falantes de uma “variedade” que não segue as regras gramaticais dessa “língua”, instaurando entre a população modos de segregação que interditam o dizer do outro ditado por um saber institucionalizado.

Falar do processo de invenção das “línguas” seria também falar sobre o processo de invenção de um grupo e sobre o apagamento das múltiplas identidades que o compunham. O presente trabalho, por exemplo, visa a mostrar como o processo de discursivação das línguas (os discursos produzidos sobre as línguas) foi um válido instrumento para que a ação colonial se tornasse possível. A progressiva “gramatização” das práticas de linguagem indígenas, pela perspectiva eurocêntrica e colonial, fomentou a invenção das “línguas” no Brasil e implantou uma maneira única e “correta” de se expressar em “português”, evidenciando essa maneira única como uma estratégia que

não deixa de ser política e que passa pela questão da língua como uma forma de fazer da disciplina não só aquilo que torna os corpos dóceis, bem como obedientes a um dizer verdadeiro sobre si e sobre o outro.

Nessa linha, torna-se lícito pensar que um indivíduo somente é a partir do momento no qual ele pertence a um território; está subjugado a uma constituição; é governado por um Estado e fala uma língua. Entretanto, pertencer, nesse jogo colonial, torna-se um progressivo apagamento do individual, uma instauração de certa subalternidade do singular ao coletivo. Torna-se normal pensar no domínio e na impropriedade daquilo ou daquele que precisa ser assimilado pelo conjunto. Alienar o indivíduo se faz indispensável nesse processo, pois o efeito dessa alienação originária é muito mais uma “alienação sem alienação” (DERRIDA, 2001).

A faculdade do pertencimento é, inicialmente, o deslocamento. O reconhecimento de um solo em que possa residir uma cidadania, uma identificação, tudo isso é parte dessa faculdade e, ao mesmo tempo, marca da alienação desse sujeito que chega à sua individualidade marcada por suas historicizações; mais especificamente, é despido de tudo isso para vestir a marca da sua recepção ao coletivo homogêneo. Esse indivíduo, retomando as palavras de Derrida (2001, p. 13), poderia facilmente pensar: “não tenho senão uma língua, ela não é a minha”. Essa língua se torna um meio para agir e, ao mesmo tempo, um impedimento que proíbe qualquer transgressão. Essa língua será “um meio incontestável” e ele não pode fazer nada senão “atestar sua onipresença” (DERRIDA, 2001, p. 14). “Sou eu. Esse monolinguismo, para mim, sou eu” (DERRIDA, 2001, p. 15). Mas, então, que ele é? O que resta é a impossível resposta a esse questionamento, pois o limiar fica lábil e não se sabe mais se é a língua que pertence ao sujeito ou se é o sujeito que pertence a ela. Quem é o mestre e quem é o escravizado? Quem domina e quem é dominado? Quem coloniza e quem é colonizado?

De certo modo, estar diante da língua é como estar diante da lei, diante de uma hegemonia: do todo que não mostra seus limites. Nessa lógica, só se tem uma única língua, mas ela não pertenceria a ninguém como uma posse, tampouco se pode pertencer a ela ou à cultura à qual ela se encontra ligada. A língua é uma alteridade. Uma alteridade que nunca se dará ao falante em uma relação epistêmica. Não existe o saber falar essa ou aquela língua, como se reportasse a um conjunto de saberes práticos disponíveis ao falante.

Bem longe de dissolver a especificidade, sempre relativa, tão cruel que ela seja, das situações de opressão linguística ou de expropriação colonial, essa universalização prudente e diferenciada deve dar conta, eu direi mesmo que ela é a única a poder fazê-lo, da possibilidade determinável de uma subjugação e de uma hegemonia. E mesmo de um terror nas línguas. [...] pois contrariamente ao que se é amiúde levado a crer, o mestre não é nada. Ele nada tem de próprio (DERRIDA, 2001, p. 37).

Conforme Derrida, a colonização é a ênfase de uma colonialidade ínsita em toda cultura. A aculturação se torna possível apenas pelo endereçamento ‘original’ ao outro, pela marca da falta originária do indivíduo, falta que permite ao ‘mestre’ impor a própria cultura como se fosse universal. Mas esse mestre, apesar de seu papel, não possuirá nem mais nem menos do que o colonizado. O imperialismo cultural pode existir apenas porque, de base, a cultura é esse deslocamento entre o incluído individual e o conjunto geral. A dominação colonial pode ser entendida como a superposição de violência sobre violência, os “senhores” da dialética da dominação aqui em jogo não possuem nada: eles nunca poderiam ser os proprietários da forma original e pura de dada cultura, ainda mais em um contexto imperialista que leva essa cultura a se espalhar e disseminar, sendo desapropriada e reapropriada, essencialmente deslocada por um território de centenas ou milhares de vezes maior do que o território do Estado-nação.

De base, Derrida explica que a mesma ideia do monolinguismo, da homogeneidade cultural da população de uma nação, já é um trauma para o mesmo cidadão que presume estar inserido nesse cenário e, por isso, existe a dominação, mas os dominadores, na realidade, exportam o seu traumatismo aos colonizados, produzindo o que Derrida chama de superposição de traumas, “traumatismo sobre traumatismo” (DERRIDA, 2001, p. 34). Existe a dominação, existem os dominadores e os dominados, mas não existem proprietários da língua. A língua, em si, é a dominação.

Assim, surge o paradoxo: existe a dominação em geral, a violência em geral. Mas a dominação é experiência da de diversas maneiras, que não podem ser reduzidas a um único esquema de exclusão. Justamente, por isso, cada experiência de exclusão ou expropriação singular deve ser urgentemente pensada.

[...] longe de dissolver a especificidade, sempre relativa, por mais cruel que seja, de situações de opressão linguística ou de expropriação colonial, esta universalização prudente e diferenciada deve dar conta, direi mesmo que ela é a única a poder fazê-lo, da possibilidade de determinar uma sujeição e uma hegemonia [...] e continua Derrida [...]. Toda cultura é originalmente colonial [...]. Toda cultura se institui

pela imposição unilateral de alguma política da língua (DERRIDA, 2001, p. 37).

Não existem donos naturais, bem como não existe qualquer direito ao pertencimento a uma cultura “própria” ou adequada. Não há pertencimento como propriedade. Não há cultura fora de um processo político, de apropriação e aculturação.

Fala-se, então, de monolinguismo do não-idêntico, do que é o outro de si mesmo. E, como não existe uma relação de posse real, qualquer tentativa de dar conta dessa alienação será uma reapropriação do que jamais se teve. A passagem do singular ao universal, para Derrida, será não pertencer à estrutura, mas marcá-la, transformá-la. Assim, o individual se funde com o universal em uma economia que vai além do pertencimento. O singular marca o universal, ao lhe trazer um acontecimento que será sempre falho, mas que virá para mudar e alterar. Em conclusão, para Derrida, não há, efetivamente, uma língua original e única a ser reapropriada. A experiência da singularidade do falante, portanto, é da ordem do sonho e da promessa.

A experiência do monolinguismo do outro, na prática, é a colonização, sendo a reafirmação de um sujeito que nunca existiu. A experiência da colonização demonstra como a propriedade, o idioma como sinal de pertencimento, só pode existir no outro. Só poderia existir pertencimento enquanto expropriação e crise de identidade. Assim, a experiência da singularidade pertence a uma língua do outro, ao outro lugar, ao lugar do outro, que desconstrói a hegemonia em sua unidade, dismantando toda homogeneidade. Por esse motivo, a experiência colonial mostra um pertencimento, impossível, do singular à outra língua, uma língua que foi prometida e que se situa em um lugar outro, que não está nem fora, nem dentro do falante: está na hegemonia do outro. A monolíngua é uma hetero-língua. Em outras palavras, a singularidade desse indivíduo, do falante, restará sempre insituável, pois a língua não pode ser possuída, nem é possível pertencer-lhe. Essa relação verticalizada aponta para outro lugar ou, talvez, para lugar nenhum.

À luz de tais reflexões, quando se refere à comunidade linguística, grosso modo, pensa-se em um conjunto de grupos, com características peculiares, que interage entre si dentro de um maior processo imagético que visa à criação de normas regidas pela norma da classe dominante.

É nesse processo imagético, que abraça a criação da identidade una da língua e sua forte ligação com a identidade cultural e com o espírito nacional, que se inscreve a

ideia de utopia linguística. Mary Louise Pratt (2013), em seu artigo intitulado “Utopias linguísticas”, aborda magistralmente essa temática, reconduzindo o conceito de comunidade a Anderson (2008), o qual observa que as comunidades humanas existem como instituições imaginadas nas quais existe uma projeção imagética de comunhão e proximidade com cada um dos cidadãos. Em outras palavras, trata-se de uma ligação, de uma conexão inerente ao cumprimento de supostos pré-requisitos, anteriormente estabelecidos e concordados, que permitiriam a dois desconhecidos sentir o objeto de um vínculo de similitude ou comunhão.

Anderson mobiliza e cunha esse específico sentido para o termo comunidade, pensando no Estado-nação. A propósito, parafraseando as palavras da Pratt (2013, p. 440), é nesse padrão de Estado-nação, constituído nos ombros de uma comunidade imaginada, que se pode dirigir a atenção para um elemento curioso, que resulta ser a comunidade de fala: “Em outras palavras, a fraternidade limitada, soberana e horizontal de Anderson é a imagem através da qual a comunidade de fala frequentemente é concebida na linguística moderna”.

Como é perceptível, existem diversas abordagens que mostram o fator heterogêneo das comunidades linguísticas; apesar do alcance dessas concepções, ainda existem movimentos em direção à linguística da comunidade.

Estilos, registros e variedades são tipicamente tratados não como linhas que dividem a comunidade, mas como propriedade compartilhada, um repertório comunal que pertence a todas/os e que todas/os buscam usar de formas apropriadas e ordenadamente. Aqui, novamente, reconhece-se o impulso para unificar e harmonizar o mundo social (PRATT, 2013, p. 447).

Tais impulsos advém também de um desejo, provocado, de se sentir um sujeito pertencente à comunidade. Ao falar em pertencimento, refere-se a um tipo de vínculo, de relação com o outro. Nesse contexto, ademais, trata-se da recorrente questão, filosófica por excelência, da identidade, como uma necessidade de não segregação social e como o direito de uma política que geste vidas, as quais têm o direito de serem quem são pelos usos que da língua fazem, ou seja, como uma população em que a territorialidade linguística esteja alinhada com seus modos de existência, visto que os paradigmas do campo científico que constituem o campo do saber não são fixos, nem imutáveis; podem povoar um verdadeiro da época, mas não são a verdade sobre os sujeitos, foucaultianamente falando. É nessa toada, então, que vem o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – O CAMPO DE SABER DA HISTÓRIA SOCIAL DA LÍNGUA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Para refletir adequadamente sobre a história social do Português Brasileiro, é preciso, de antemão, libertar-se do modelo português. A história linguística do Brasil é profundamente diferente da história da língua em Portugal. A hegemonia da língua portuguesa no Brasil se deu por um processo muito extenso e demorado, e os estudos de sua história linguística partem de bases diferentes das de Portugal, pois eles dispõem de muita documentação escrita, que antecede a ascensão da língua portuguesa sobre o latim nas trocas linguísticas escritas.

A realidade no Brasil é diametralmente oposta, considerando que o nível de letramento da sociedade colonial brasileira era praticamente nulo, em consequência ao desinteresse do Estado português em relação à educação dos cidadãos da colônia, que só puderam ter acesso à tipografia a partir de 1808. Apesar disso, as duas línguas compartilham de uma história em comum, ao ter em vista o espaço de tempo que vai até meados de 1500, a partir do qual, chegando ao Brasil, a língua portuguesa tomou novos caminhos.

3.1 Origens do português

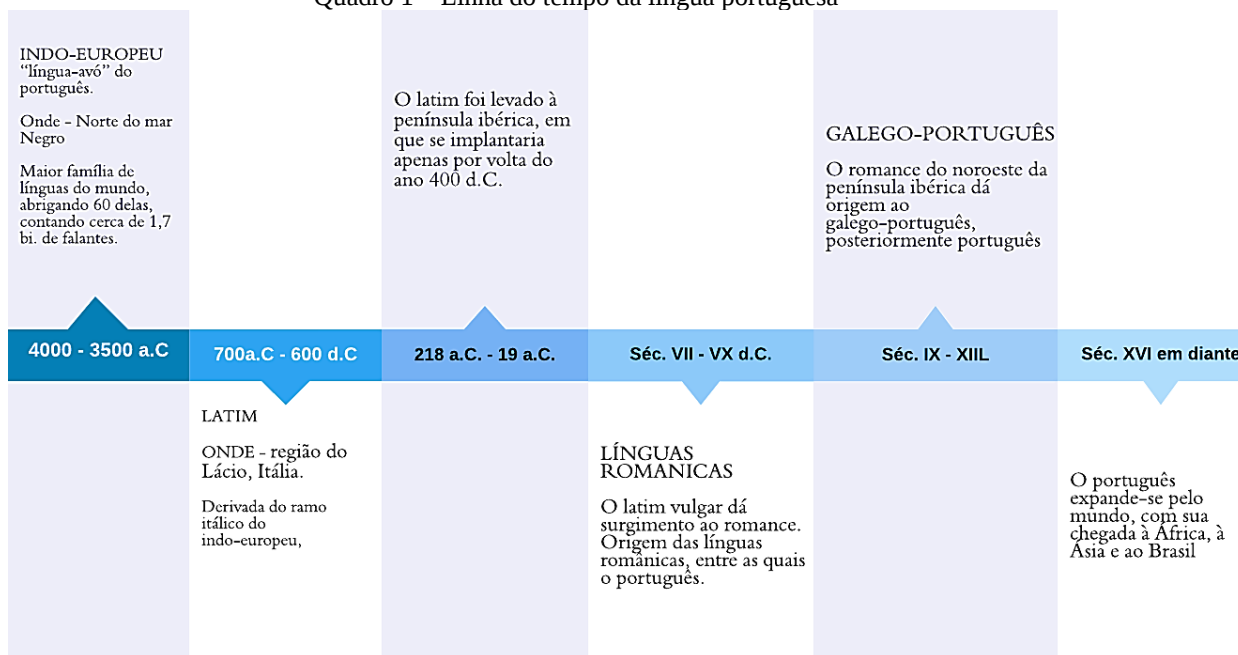
Quando se fala em história social de uma língua, entende-se o estudo “das condições que levaram determinada comunidade a desenvolver uma língua própria, a receber uma língua transplantada, ou mesmo a desaparecer, levando consigo sua língua” (CASTILHO, 2010, p. 169). Em meio a esse processo, a língua, em sua essência heteróclita, passará por inúmeras mudanças, a título de exemplo, mudanças gramaticais. Essas modificações podem levar a uma espécie de meiose linguística, uma reprodução que conserva a variabilidade “genética” da língua, criando um vínculo entre uma língua-mãe e suas línguas-filhas, mas fornecendo a elas o legado de certa “espécie”, um legado de princípios, conservados, que, porém, não afetarão a língua-filha em sua adaptabilidade, em sua capacidade de se misturar com outros da mesma espécie, ao manter os princípios ancestrais, mas seguindo permeável e disposta a adquirir novas adaptabilidades de outras, de forma a dar espaço à eclosão de novas versões de si mesma.

Por essa perspectiva, surge espontâneo se perguntar como e de onde nasceram as línguas. Por um tempo, buscou-se uma suposta origem partilhada entre todas as línguas, a tal “hipótese monogenética” (CASTILHO, 2010, p. 170), que reconduzia todas as línguas ao Hebraico, entrelaçando o saber linguístico ao domínio do campo religioso. Tal hipótese, porém, foi refutada devido aos estudos de Linguística Comparada que, visando a descobrir o passado comum das línguas, delinearam inúmeras protolínguas, cerca de 21 filogenéticas linguísticas (CASTILHO, 2010), das quais não se têm documentos escritos, mas que, por meio do método histórico-comparativo, foi possível delinear mediante comparações entre as gramáticas das línguas-filhas, todas derivadas de uma suposta filogenética linguística comum, para, assim, resultar no perfil de uma suposta protolíngua, a partir das regularidades encontradas.

Dentre essas 21 filogenéticas linguísticas, é de interesse do presente estudo o Indo-europeu, a maior e a mais falada das protolínguas, pois, dele, derivaram mais de 60 línguas-filhas que, atualmente, contam com cerca de 1.7 bilhões de falantes. Será o Indo-europeu, portanto, a protolíngua a partir da qual começa a longa caminhada que levará ao desabrochar da língua portuguesa e, sucessivamente, de sua variação brasileira.

Diante disso, a partir das informações coletadas, considerou-se conveniente sintetizar o percurso histórico da língua portuguesa no Quadro 1, para facilitar o desenvolvimento dessa reflexão.

Quadro 1 – Linha do tempo da língua portuguesa



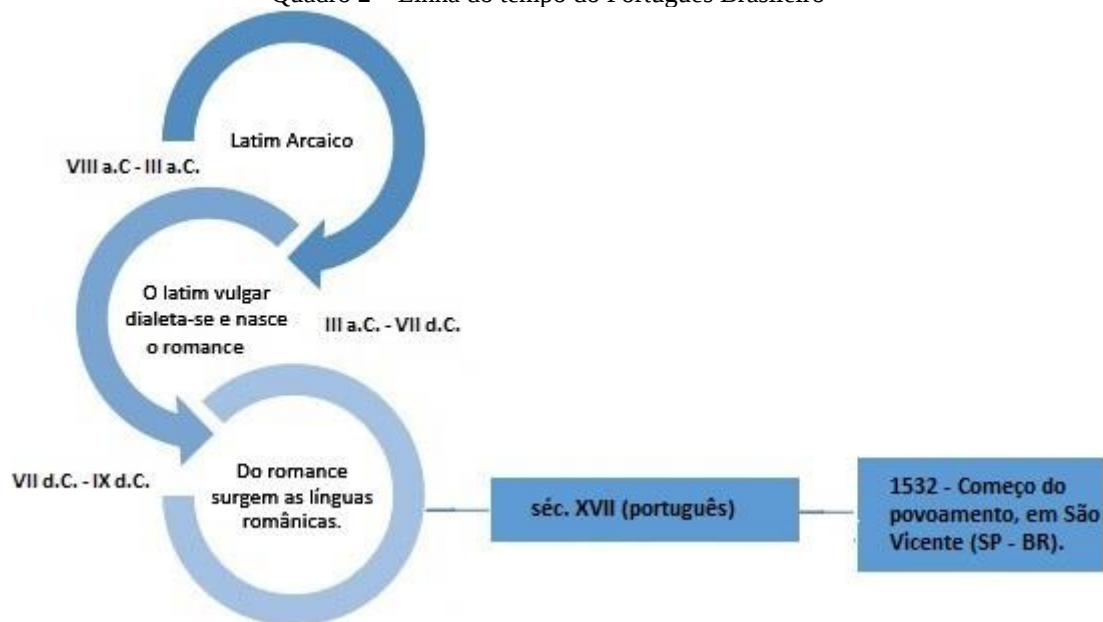
Fonte: Castilho (2010).

Esse quadro mostra como o Indo-europeu, originário da costa setentrional do mar Negro, foi progressivamente se espalhando e “reproduzindo”, por cerca de 3.300 anos, dando origem a mais de 60 línguas, dentre as quais, a partir do ramo itálico da protolíngua, por volta do ano de 700 a.C., como refém do Latim. Essa língua, com o imperialismo romano, em 218 a.C., foi levada à península ibérica, onde, após cerca de 600 anos, criou raízes. A partir disso, 200 anos mais tarde, haveria o surgimento do romance, estágio linguístico que anuncia o desaparecimento do latim e o surgimento das línguas românicas; 200 anos depois, no noroeste da península ibérica, apareceria o galego-português. Dele, origina-se a língua portuguesa que, a partir de 1500, por meio das expansões territoriais portuguesas, chegará à África, à Ásia e ao Brasil.

A passagem do Latim ao romance e, posteriormente, às línguas românicas, não foi rápida, nem simplória. A língua latina, que era a língua da república romana, permaneceu, de certo modo, homogênea, até o século III a.C. De fato, a partir de 241 a.C., com a tomada da ilha de Sicília, a república começa a anexar a si os territórios conquistados, tornando eles suas províncias e estendendo sobre eles o próprio *imperium*, isto é, a autoridade político-militar de seus magistrados e, progressivamente, a égide de sua língua. A partir desse momento, a república, que se tornará formalmente império só em 27 a.C. com Ottaviano Augusto, foi anexando mais territórios mediterrâneos, dentre os quais, destacam-se o Egito e a Grécia. A interação entre essas sociedades e suas múltiplas línguas e realidades socioculturais levou a uma polarização entre os romanos cultos e romanos incultos.

Foi assim que a língua também começou a se modificar e a delinear uma variedade oral, utilizada pelas classes incultas do Império, dita “latim vulgar”, em contraposição ao latim culto, que tinha seus usos tanto escritos quanto orais veiculados pelas elites romanas. A história da língua portuguesa, que é o foco da presente seção, começa aqui, no latim vulgar, que, como mostrado no Quadro 2, a seguir, ao se dialetar, isto é, variar mais e mais vezes por inúmeros fatores sócio-históricos, dará origem ao romance e, depois, às línguas românicas, dentre as quais se enfatiza a língua portuguesa, que apareceu por volta do século XVII.

Quadro 2 – Linha do tempo do Português Brasileiro



Fonte: Castilho (2010).

O processo de reconhecimento do português como “nova entidade linguística” (CASTILHO, 2010) se deu em um contexto geopolítico delicado. As polarizações internas à península ibérica se refletiam, também, em uma espécie de disputa linguística. Ao castelhano, entre os séculos XVI e XVII, era atribuída uma superioridade cultural, bem como um maior alcance, enquanto o português, de certo modo, era tratado como um “subdialeto” (CASTILHO, 2010, p. 172) do castelhano, sendo incluído um degrau abaixo na hierarquia linguística. Nessa concepção, o latim se encontrava em um nível hierárquico superior, seguido pelas que eram entendidas como línguas românicas (castelhano, francês e italiano) e, abaixo delas, figuravam seus dialetos e subdialetos.

O Português, que desde os tempos medievais vinha construindo sua posição como língua independente, gestou a consciência de sua nova entidade linguística em dois polos propagadores da cultura daquela época, isto é: os mosteiros e a corte (CASTILHO, 2010). Os primeiros, por seu papel fundamental nos processos de tradução das obras tanto latinas quanto francesas e espanholas, e a segunda, pois, nela, floresce a poesia trovadoresca, que foi, em grande parte, escrita em galego-português e/ou no português arcaico, o que ilustra e evidencia esse movimento.

Em 1640, a independência portuguesa, ao sair da União Ibérica, impulsionou um movimento de fortalecimento e enriquecimento da língua lusitana por meio dos neologismos, propondo inovações não apenas linguísticas, mas também literárias e

culturais, ao cessar a influência do castelhano no Português, afastando a ideia de que aquele era mais importante que este último. Mas, por volta de 1700, houve outro giro na espiral hierárquica das línguas, e Portugal passou a se espelhar e se colocar em uma posição de sujeição em relação ao francês. Esse movimento se concluirá com uma reproposta da questão da língua que, no Romantismo, verá inúmeros gramáticos debruçados sobre a elaboração da língua da comunidade, ao ter em conta, cada vez mais, a língua falada.

Destarte, ao olhar para esses movimentos linguísticos relativos ao PE, Ilari e Basso (2011) reforçam que, a partir da metade de 1500, Portugal conheceu um período de decadência que, como comentado anteriormente, viu o domínio espanhol na península até 1640. Nessa circunstância de “bilinguismo letrado”, teve-se uma classe aristocrata e burguesa vivendo em trocas linguísticas que transitavam entre o espanhol e o português. Nessas transações, houve muita assimilação de “empréstimos” que carregavam em sua fonética traços característicos do castelhano. Nas palavras dos autores: “Foi nesse período que o português começou a usar a preposição *a* antes do objeto direto (amar a Deus por amar Deus)” (2011, p. 44).

Mas tais influências espanholas, de forma alguma, bloquearam o processo de modificação interno e anterior à união das coroas da língua portuguesa. Entre 1500 e 1600, por exemplo, “a forma *você* [...] passou de expressão de tratamento a pronome”, permitindo reconstruir seu processo de evolução que, desde o *Vossa Mercê*, mediante reduções, passou a ser *você*, despindo-se de seu uso exclusivo para trocas com o rei e passando a usos populares, de modo a se tornar um pronome.

Já a partir do século XVII, o português apresentou mudanças estruturais importantes, que partiram da região centro-sul e acabaram prevalecendo praticamente em todo o território, sem, porém, alcançar a Galiza, ao explicar a distância entre o Português e o Galego. Ilari e Basso (2011) sistematizaram 8 inovações ocorridas no PE:

- processo de redução das sibilantes, que de quatro, /ts/ e /dz/ (africadas) e /s/ e /z/. (fricativas), no século XVII, passaram a ser duas /s/ e /z/. Os rastros da diferenciação antiga persistem apenas nos dialetos regionais;
- processo de monotongação do ditongo /ow/ (ex. *louco* ou *achou*) passa a ser /o/. Isso deu abertura para que algumas palavras desenvolvessem outro ditongo, /oj/, do qual surgem alternâncias, como *louro/loiro*;
- processo de simplificação da africana, de [tʃ] para [ʃ] (ex.: macho, chave);

- realização do /s/ e do /z/ em finais de sílaba e de palavras passa a “chiente”, justificando pronúncias, como [maiʃ] e [aʒnu];
- processo de “redução” das vogais átonas, tanto em posição pretônica (/e/ torna-se /ə/ e /o/ torna-se /u/) como em posição final (/u/ e /o/ átonos se tornam /ʊ/, /e/ e /i/ se tornam /ə/);
- /ej/ e /ej̃/ evoluem para /aj/ e /aj̃/ (mãe);
- /e/ tônico a /a/ antes de palatal, o segundo <e> é pronunciado como [a] (ex.: espelho);
- difusão da realização uvular do “r forte”.

Por meio desses dados, percebe-se que, bem como o Português Brasileiro (PB), o Português Europeu (PE) também teve mudanças e inovações desde 1500, quando, com o progressivo fortalecimento da coroa portuguesa, os navios portugueses foram à descoberta de novos caminhos marítimos, alcançando, assim, as Índias, a Ásia e a América do Sul, onde Cabral descobriu o Brasil em 1500, dando origem para a história escrita daquela que, até a contemporaneidade, segue sendo a maior nação de língua portuguesa do mundo. Conforme pontua Castilho (2010), a implantação da língua portuguesa, em decorrência dos povoamentos, deu-se a partir de oito focos irradiadores.

Quadro 3 – Focos irradiadores do português no Brasil

☐ séc XVI	☐ séc XVII	☐ séc XVIII
☐ São Vicente/São Paulo (1532, 1554)	☐ São Luís do Maranhão(1612)	☐ Florianópolis (1738)
☐ Olinda/Recife (1535)	☐ Belém (1616)	☐ Porto Alegre (1752)
☐ Salvador (1549)		
☐ Rio de Janeiro (1557)		

Fonte: Castilho (2010).

A partir desses oito focos, os centros de irradiação só foram se multiplicando e, lentamente, o português foi se sobrepondo a todas as outras línguas faladas no solo brasileiro. Essa sobreposição foi o que impulsionou para o surgimento do Português Brasileiro, língua que, desde então, seguiu sendo objeto de hipóteses e estudos sobre as influências que direcionaram suas variações.

3.2 O Português Brasileiro e as hipóteses sobre sua origem

A primeira hipótese sobre a variação brasileira foi a hipótese da meridionalização. Ela, conforme salienta Castilho (1998b), partia do pressuposto de que os portos de onde zarparam os barcos portugueses se encontravam no sul do país, e isso corroboraria com a hipótese de um número maior de sulistas, de Portugal, no Brasil. Mas essa perspectiva foi contestada argumentando que a variação meridional já vinha se espalhando em Portugal, muito antes dos povoamentos no Brasil. Assim, seria necessário olhar para outros fatores que poderiam ter influenciado no processo de variação.

As próximas hipóteses a serem formuladas, então, partiram da perspectiva de que a população brasileira, no período imperial, era composta por uma porcentagem muito maior de sujeitos não europeus e, com eles, suas línguas e culturas, direcionando, portanto, os olhares para as modificações geradas a partir da interação com essas etnias e suas respectivas línguas.

Surge, assim, a hipótese evolucionista, que conquistou espaço em meados de 1800. Guiados pelas descobertas da Biologia Evolutiva, intelectuais, como Adolpho Coelho (1881), começaram a colocar em diálogo seus respectivos campos de saber com o campo de saber da biologia. Tais hibridismos, somados ao espírito nacionalista crescente, deram espaço a perspectivas evolucionistas e hierárquicas internas aos sistemas linguísticos. Os linguistas que apoiavam essa hipótese viam uma relação evolutiva natural entre o Latim e o PE – e, posteriormente, entre o PE e o PB. Este último, no caso, a partir do contato com as línguas indígenas e africanas, teria se diferenciado a ponto de se tornar outra língua.

É importante salientar que, chegando ao Brasil, os portugueses encontraram um terreno fértil, em termos linguísticos, com suas mais de 300 línguas autóctones, como acentua Castilho (2010), distintas entre elas em dois troncos: o macrotupi e o macrojê, além das mais de 20 línguas isoladas e desconectadas desses dois troncos. A compreensão que os colonizadores tiveram dessa extrema heterogeneidade no substrato linguístico do país foi muito rasa e, conforme as populações vinham sendo dizimadas, com elas, morriam, também, línguas e memórias, restando, atualmente, apenas 160 línguas originárias. Passou-se, assim, a usar o termo “língua geral” para se referir a essas línguas, como se todas fossem, de certo modo, similares. Essa nomenclatura foi operada de diversas maneiras, pois, além de indicar, genericamente, as línguas

autóctones, referia-se à língua moldada pelos jesuítas, o dito “tupi missionário”, ao conjunto de línguas africanas de base banto, e à “língua brasileira” resultante do contato entre todas essas línguas, uma espécie de continuação do português, mas “simplificado” (MATTOS; SILVA, 2004 *apud* CASTILHO, 2010).

Ao prosseguir na linha do tempo que acompanha as hipóteses formuladas sobre a origem do Português Brasileiro, o passo seguinte dos linguistas foi dirigir sua atenção não mais para um suposto processo evolutivo, mas para um processo de contato e mescla. Surge, assim, a hipótese crioulista, que se pautava em uma percepção social da língua que, por ser entendida como o reflexo de seus falantes, a mestiçagem do povo brasileiro acabaria se materializando nas diferenças em relação ao Português Europeu. Para esses linguistas, o que teria impulsionado a variação do Português Brasileiro concerne aos progressivos contatos com as línguas autóctones e africanas.

Historicamente, em paralelo à presença dos mais de 6 milhões de indígenas, entre 1538 e 1855, mais de 18 milhões de africanos, em condições de escravidão, foram trazidos até o Brasil. Esses sujeitos não partilhavam da mesma cultura, mas pertenciam a dois grandes grupos: o da cultura banto e o da cultura sudanesa.

A cultura banto cinde-se no grupo ocidental, originário do Congo e de Angola, e no grupo oriental, originário de Moçambique, Tanganica e região dos Lagos. [...] A cultura sudanesa compreende os fulás, os mandingas, os hausás, os fanti-ashantis, os ewês e os iorubas ou nagôs, originários da costa oeste africana: Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria (CASTILHO, 2010, p. 181).

Assim, esses sujeitos carregavam uma complexidade linguística e cultural não indiferente e, chegando ao Brasil, misturando suas etnias não apenas entre eles, mas também com os indígenas, nasceu uma língua franca que Castilho (2010) define como “dialeto das senzalas”. Ao descrever esse processo de “metamorfose” linguística, Naro e Scherre (2007) delinearão duas fases decorrentes desses contatos linguísticos e dois tipos de transmissão linguística diferentes. Em um primeiro momento, motivados por interesses comerciais ou por necessidades, como por uma circunstância de trabalho forçado, haveria uma transmissão linguística irregular, em que os sujeitos se depararam com a impossibilidade de encontrar um meio verbal comum de comunicação. Essa língua de “compromisso”, espontânea, caótica e não muito sofisticada se denomina pidgin; seu léxico se pauta na língua do grupo socialmente dominante, enquanto:

O grupo dominado é muitas vezes étnica e culturalmente heterogêneo, ou porque a atividade econômica desenvolvida pelo grupo dominante

atrai pessoas de origens diversas ou porque este grupo obriga (ou obrigava) pessoas de diferentes procedências ao trabalho forçado. (NARO; SCHERRE, 2007, p. 138).

Todavia, ao fortalecer esses vínculos econômicos, aquela língua emergencial passaria por uma sofisticação estrutural. Aquele léxico precário e variável, decorrente dos conhecimentos linguísticos anteriores dos sujeitos dominados, e de suas experiências de contato com outros falantes, com o tempo, criará estruturas mais estáveis, organizadas e, aumentando seu léxico e se adequando às necessidades decorrentes de uma comunicação mais complexa, tornar-se-ia uma língua “natural”, ao permitir uma transmissão regular, ao se tornar, para os novos sujeitos nascidos naquela comunidade de prática, sua língua materna.

Considerando que a crioulação realmente ocorre através da nativização de um pidgin, e não através da expansão funcional do próprio pidgin, as circunstâncias linguísticas enfrentadas pela geração anterior, quaisquer que tenham sido, se tornam irrelevantes para a evolução posterior, no sentido de que a gramática crioula que se estabelece é à gramática de uma língua natural, diferente da gramática de uma outra língua natural só, e unicamente só, por sua história (NARO; SCHERRE, 2007, p. 138).

A partir dessa perspectiva, Castilho (2010), citando Ribeiro, mostra a existência de polarização entre a língua oral e escrita no Brasil decorrente dessa origem diferente, pela qual a língua oral seria reconduzida ao crioulo, enquanto a língua escrita ao Português Europeu, havendo, porém, entre as duas, contatos que provocam mudanças gramaticais também na escrita do Português Brasileiro.

João Ribeiro, num texto de 1889, reforçou a hipótese crioulista. Segundo esse autor, há uma sorte de “bilinguismo interno” na comunidade brasileira, que pratica a língua portuguesa quando escreve, e uma variedade dialetal, a que chamou “crioulo”, quando fala (CASTILHO, 2010, p. 187).

Esse processo foi descrito por Guy (1981 *apud* CASTILHO, 2010, p. 188) como um processo de inicial apagamento de algumas marcas morfossintáticas características da língua europeia, para, “em um segundo momento, de descrioulização” recuperar “a regra, sob certas circunstâncias”. Isso porque, ao recuperar a regra, esta não retornará exatamente conforme a fixação da gramática padrão, mas será como um aflorar parcial, circunstancial.

Segundo Braxler e Lucchesi (2009, p. 42), de fato, desde a colonização, em 1532, a realidade linguística brasileira se constituiu como um sistema polarizado, “constituído por dois grandes subsistemas — uma norma dita culta e uma norma popular —, cada um deles com sua lógica própria, com suas respectivas tendências de mudança linguística e seu sistema particular de avaliação subjetiva”. Assim, os autores conceituam a norma culta como um fenômeno constituído a partir dos padrões de comportamento linguístico dos cidadãos brasileiros que tiveram acesso aos serviços de atendimento básicos, sendo eles: a formação escolar, o atendimento médico e o acesso a todos os espaços da cidadania. Desse modo, ela seria resultante dos modelos transmitidos pela elite colonial e imperial, portanto, reflexos da língua de Portugal, enquanto a norma popular seria o fenômeno constituído a partir dos padrões de comportamento linguístico do resto da população que não teve acesso aos direitos básicos, sendo silenciada e excluída em uma espécie de estado de “bastardia social”. Esses usos linguísticos, então, teriam se originado na escravidão, a partir dos falares de sujeitos de etnias autóctones e africanas, marcando a língua com seus processos historicizados por intermédio de uma aquisição precária da língua e de sua conseguinte nativização mestiça.

Para os que concordam com essa hipótese, haveria uma origem crioula do português popular brasileiro, podendo, assim, explicar a heterogeneidade dos dialetos rurais por suas crioulações, dialetos que carregariam os vestígios da fase crioula. Na atualidade, ainda existem estudos pautados na hipótese crioulista e, dentre seus destaques, encontram-se os trabalhos de Dante Lucchesi, que, partindo da análise comparativa de diversas línguas crioulas, depreendeu certas regularidades estruturais, ao considerar o crioulo, por meio da perspectiva da História Social, “uma língua que nasce em circunstâncias sociolinguísticas especiais que conduzem à aquisição de uma primeira língua, com base em um modelo defectivo de segunda língua” (BAXTER; LUCCHESI, 1997 *apud* CASTILHO, 2010, p. 187).

Mas outros linguistas, partindo de demais pressupostos teóricos, próximos de uma percepção estruturalista sobre a história das línguas, consideravam que as línguas naturais passam por processos de mudança frequente; tais mudanças seriam regulamentadas por linhas de força próprias de suas estruturas. Foi assim que surgiu a quarta hipótese, a da deriva ou mudança natural, pois, ao descrever a estrutura dessas línguas naturais, os linguistas se depararam com pontos de tensão, responsáveis por suas mudanças, e os catalogaram como derivas.

A partir dessa vertente, o Português Brasileiro decorreria de uma transformação natural do português arcaico, uma transformação própria de suas propensões evolutivas. Assim, a língua teria uma deriva inscrita em sua natureza. Pode-se depreender do texto de Castilho (2010, p. 190) que o português arcaico teria passado por duas fases históricas: “A primeira fase, também conhecida como a do galego-português, vai de 1100 a 1350; a segunda fase vai dessa data até 1540” posteriormente separada, para dar espaço a um “ português médio, que vai aproximadamente de 1450 a 1510”. Logo, a língua que os colonizadores trouxeram para o Brasil teria sido esse português médio, a partir do qual haveria início o processo de derivas que levou ao Português Brasileiro atual.

A todo o cenário de influências linguísticas, anteriormente descrito, deve-se acrescentar o fenômeno das grandes migrações europeias que, na segunda metade do século XIX, entre 1890 e 1929, viram mais de três milhões de imigrantes, italianos, espanhóis, alemães, franceses, ingleses, dentre outros, estabelecerem-se no Brasil, mesclando não apenas suas histórias, mas também suas línguas à história e à língua do Brasil.

Assim, o Português Brasileiro resulta de mais de uma gramática e, sem dúvida, seria muito redutivo descrevê-lo apenas a partir de sua comparação com o Português Europeu. De certo modo, pode-se afirmar que a compreensão da realidade sociolinguística brasileira e de seu percurso de formação histórica constitui um campo de pesquisa ainda aberto às explorações dos sociolinguistas, mas, a partir das leituras feitas, a meu ver, essas 3 hipóteses não se excluem entre si, necessariamente, permitindo pensar em uma transformação multifatorial, decorrente tanto do contato com as línguas crioulas, de uma mudança natural, quanto de inúmeras derivas inscritas em seus pontos de tensão.

Ao olhar para os estudos descritivos sobre o Português Brasileiro, pautando-se em Castilho (2010, p. 180-188), pode-se afirmar que, além das derivas próprias de sua natureza linguística, ocorreram, sim, contribuições tanto das línguas indígenas quanto do crioulo. Especificamente, entre as línguas indígenas, “o grosso das contribuições léxicas para o Português brasileiro provém do tupi-guarani, que cedeu cerca de dez mil vocábulos, constantes em sua maioria de topônimos e antropônimos, a que se somam substantivos comuns designativos de vegetais e de animais”, enquanto a contribuição das línguas de matriz africana seria de, aproximadamente, “trezentos [...] palavras [...] incorporadas ao léxico”, bem como, segundo alguns estudos, registrar-se-iam, também,

simplificações da morfologia nominal e verbal, permitindo explicar, em parte, alguns fenômenos, como “o desuso em que caíram largas partes do paradigma verbal, a perda do traço de pessoa do pronome reflexivo se”.

3.3 Mas, afinal, o Português Brasileiro é inovador ou conservador?

Conforme postula Volker Noll (2008), o Português Brasileiro apresenta características tanto conservadoras quanto inovadoras, pois a categorização de “arcaicidade” ou “inovação” depende de qual é a variedade e sua respectiva norma linguística, utilizada como referência. Assim, mudando o ponto de referência, a avaliação mudaria também, se considerássemos que “a diferenciação linguística partisse do Português Europeu, então o português brasileiro se mostraria como conservador. Já se a novidade iniciasse no Brasil, o português brasileiro seria considerado como inovador” (NOLL, 2008, p. 277).

Por esse motivo, é possível identificar, nesse círculo comparativo, características fonéticas e morfológicas que o PE não manteve em seu desenvolvimento, mas que persistiram no PB, bem como alguns desenvolvimentos inovadores no Português Brasileiro. O Quadro 4, apresentado a seguir, com respaldo no trabalho de Noll (2008), tentou trazer o perfil de algumas dessas características linguísticas.

Quadro 4 – Características conservadoras e inovadoras do PB

Características conservadoras	Características inovadoras
A manutenção das plosivas sonoras ([b d g]) que, no <i>standant</i> europeu, no século XVI, tornaram-se fricativas ([β ð γ]).	A perda da variação antiga da pretônica [e-ε] (pregar. “fixar com pregos” vs. pregar, “pronunciar sermões”) e [o-3] (oficina – procurar) que, no Português Brasileiro, no meridiano, convergiram nas variantes fechadas, enquanto, no setentrão, nas abertas. Já o Português Europeu reduziu, no século XVIII, as vogais fechadas ([prə'gar], [ufi'sine] vs. [pre'gar] [prɔku'rar]).
A manutenção da nasalização heterossilábica (cama[kə.ma]) que foi abandonada no Português Europeu do século XVI ([ke.ma]) e que, atualmente, só existe regionalmente.	A africativização comum de /t/ e /d/ diante de [i] (tio [tʃiu]. dia [dʒia]).
A não formação da oposição fonológica /e/ vs. /a/ (Português Europeu: cantamos vs. cantámos) que se desenvolveu no centro de Portugal entre os séculos XVI e	A epêntese comum de [i] antes /s/ em sílaba tônica final (atrás [a'trais]).

XVII.	
A conservação parcial da variação pretônica de [e - i]. [ê - j]. [o - u] que, no Português Europeu, ainda ocorria nos séculos XVI e XVII.	A velarização comum do /r/ implosivo: [x], com aspiração na posição inicial ([h-]).
A conservação tendencial do nexo <ou> [oʊ o] (< lat. <au>) em lugar da alternância com <oi> no Português Europeu, que remonta aos séculos XVI e XVII.	A vocalização do /l/ implosivo (bolso[ou]. Brasil [iu]).
A negação repetitiva da fala coloquial brasileira (não quero não).	O apoio paragógico de consoantes finais por meio de [i] (VARIG ['varigi]).
A manutenção regional de [tʃ] <chave> (nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e, sobretudo, no Mato Grosso) que no Português Europeu (exceto no Norte) perdeu, no século XVII, o seu componente plosivo [ʃ].	A generalização da próclise na língua falada (me chamo).
A manutenção de uma relação relativamente livre do pronome possessivo com o artigo definido que, no Português Europeu, tornou-se quase obrigatório até o século XX.	O uso de ele, ela como pronome objeto para a terceira pessoa na língua falada.
A manutenção tendencial das vogais pretônicas e pos-tônicas [e] [a] [o] que, no Português Europeu do século XVIII, foram preponderantemente reduzidas [ɔ] [u] [ɛ].	A denasalização da posição final (eles falam – eles fala).
A manutenção das vogais finais [a] [i] que, no Português Europeu do século XVIII, foram reduzidas para [e] [ə].	A queda parcial da marcação do plural (p. ex. do -s), morfológicamente condicionada.
A manutenção do gerúndio (está fazendo) que, no Português Europeu do século XIX, foi substituído por uma perífrase (a + infinitivo).	A queda do /r/ final.
A conservação da próclise nas frases afirmativas com sujeito substantival anteposto que, no Português Europeu, desde o século XIX, são constituídas encliticamente.	A queda do /l/ final.

Fonte: Noll (2008).

Por meio desse quadro, é possível perceber que não haveria como catalogar o Português Brasileiro como apenas conservador ou inovador, pois os processos de mudança e de conservação são paralelos; ambos se deram ao longo do processo de desenvolvimento da língua portuguesa no solo brasileiro.

Com base na sistematização feita por Noll (2008), afirma-se que o Português Brasileiro guardou características arcaicas em seu desenvolvimento, as quais remontam, em parte, até o século XVI e englobam influências de todas as macrorregiões de Portugal. Tal constatação demonstra uma continuidade equilibrada de sua formação que, desde a colonização do Brasil, viu moldar o contato linguístico entre Brasil e Portugal. Assim, a formação antiga do Português Brasileiro remonta ao português dos séculos XVI-XVIII, o qual, a partir das influências linguísticas presentes no solo brasileiro, evoluiu para diferentes formações regionais.

Conforme postula o linguista, as teses de influências externas do Português Brasileiro não são ainda verificáveis, considerando as hipóteses anteriormente citadas, a da crioulezização, a das influências indígenas, bem como a suposta predominância das variedades meridionais do Português Europeu na formação do Português Brasileiro como desenvolvimentos convergentes, dentre os quais é ainda considerado impossível estabelecer a relação unívoca de cada fenômeno de variação com um único ancestral linguístico.

CAPÍTULO 4 – POSSÍVEIS CONFLUÊNCIAS TEÓRICAS

4.1 Poder e biopolítica

Segundo Foucault (2002a), o poder seria um funcionamento que assume diversas formas ao longo da história. Como colocado anteriormente, por meio das pesquisas genealógicas, ele tentou entender os processos de constituição do indivíduo moderno, visto como um sujeito disciplinado em seus gestos, comportamentos e discursos (DUARTE, 2010).

O ponto cerne da genealogia, segundo Duarte (2008; 2010), seria exatamente localizar e explicar o funcionamento dos poderes, a fim de compreender como eles normalizam, disciplinam e produzem sujeitos. É por essa razão que a concepção de sujeito, no pensamento foucaultiano, é de um produto resultante da multiplicidade de relações horizontais de saber-poder que se realizam nos discursos para sujeitá-los e discipliná-los.

Para Foucault (2010), como será melhor explorado em seguida, na seção sobre nação e Estado, o poder governamental, desvincilhado de sua centralidade, desdobra-se em múltiplas relações de poder presentes em todo o corpo social. Assim, o sujeito moderno, que não existe fora da história, encontra-se submetido a múltiplos jogos sociais e de poder. Entendidos como produto dessas relações de força, os sujeitos são, para Foucault (2010), não apenas um *locus* de concretização do poder, mas também instrumentos para que o poder transite socialmente.

Como visto na seção anterior, as ciências humanas colocaram o indivíduo como objeto privilegiado de diversos campos de conhecimento, os quais, cada um em suas verdades, materializam, sobre ele, dizeres que, a partir de uma série de regulações próprias de cada campo de saber, passam a ser tomados como verdadeiros. Esses saberes, de um ponto de vista arqueológico, constituem-se por uma série de regras e procedimentos que os validam, bem como constituem e reforçam essas regras para os demais discursos desse ou outros campos de saber. Expostos a dadas condições sócio-históricas de produção dos dizeres na modernidade, os indivíduos se encontram amarrados à legitimidade de saberes que pretendem subjetivá-los.

Desse modo, em uma proporção coletiva, o que passa a reger uma coletividade será aquilo que o filósofo francês chamou de biopolítica e biopoder (FOUCAULT, 2010). O conceito de biopolítica será melhor explorado em seguida, mas, nesse instante,

pode-se afirmar que se trata de variadas técnicas disciplinares, que visam a extrair dos indivíduos a máxima potência de trabalho (FOUCAULT, 2010). A partir disso, entendidos como objetos de discursos de saberes, considerados verdadeiros e difundidos institucionalmente, esses indivíduos passam a ser moldados para que possam se tornar politicamente dóceis e economicamente úteis. Seguindo na mesma direção, tais poderes passam a se realizar nos gestos discursivos dos próprios indivíduos, gestos que materializarão o discurso em dizeres, em condutas e em relações.

Ademais, pautados pelo poder governamental, diversos saberes passam a intervir, estrategicamente, por meio de dispositivos discursivos, nos usos e nos entendimentos que temos dos nossos corpos físicos e políticos. Exemplos dessas intervenções podem ser alterações no modo com o qual devemos ou cremos dever nos cuidar, a maneira de nos relacionar conosco e com os demais, o direito de ocupar determinado espaço ou pronunciar determinado discurso.

Assim, pela perspectiva foucaultiana, é pelo discurso que o indivíduo se torna ou é tornado discursivamente em sujeito e objeto de relações de poder, sujeitando-se (consciente ou inconscientemente) às ideias e às práticas instituídas discursivamente pelos saberes; ele se encontra imergido, como espontaneamente, em uma espécie de rede de cuidados e vigilâncias individuais, do indivíduo sobre si mesmo e da sociedade sobre o indivíduo.

Destarte, o indivíduo é tido como objeto do saber e do poder que, reproduzindo essas práticas discursivas e não-discursivas, torna-se, também, um sujeito de discursos que moldam sua subjetividade, tornando-o um sujeito assujeitado. E, sob o governo da biopolítica, o modo como conduzimos ou entendemos a vida passa pelas relações que temos com os saberes. Relações travadas com campos de conhecimento, como a medicina, a biologia, a linguística, a história, dentre outros. Ou, ainda, relações mais manifestas, com o Estado, quando tais saberes se exercem em forma de políticas públicas, como é o caso das políticas linguísticas.

Percebe-se, então, que as condutas, os sentimentos e os pensamentos submetem os indivíduos ao poder de determinados saberes, legitimados e regulamentados pela biopolítica, cujos efeitos de verdade, constituídos sócio-historicamente, atuam diretamente para que se constituam sujeitos normalizados e disciplinados em relação aos usos que devem, ao menos, fazer de seus corpos, de seus saberes e de suas vidas. É dessa forma que o biopoder funciona, disciplinando os corpos, silenciando ou

outorgando saberes, ao constituir subjetividades e produzir realidades por meio das disciplinas e de seus efeitos de normalização (DUARTE, 2008).

Ao considerar sua atuação e eficácia em larga escala, o seu funcionamento garante não apenas um controle individual, mas também cuidado de si¹¹ e dos demais, fortalecendo uma rede de relações de poder que se estende ao controle populacional, ao agir sobre o corpo individual e sobre o corpo social. Assim, o poder permeia os sujeitos e as relações humanas como um produto de diversos saberes autorizados.

4.2 A produção discursiva da subjetividade

A partir disso, é possível pensar, mais de perto, nas modalidades de subjetivação do indivíduo. Para Foucault (1984), na nossa cultura, existiriam três modos de objetivação que transformam os indivíduos em sujeitos. Vejamos na sequência.

1. Os modos de investigação, que procuram aceder ao estatuto de ciência objetivando o sujeito falante, na linguística, ou o sujeito produtivo, na economia, por exemplo.
2. As ‘práticas divergentes’, que buscam criar uma divisão tanto interna ao sujeito (entre o louco e o são), tanto externa (o bandido e o “cidadão de bem”).
3. As maneiras que permitem, individualmente, a um indivíduo de se transformar e se reconhecer como sujeito.

Há, portanto, dois sentidos para a palavra “sujeito”. Nas primeiras duas modalidades, trata-se de um sujeito submetido a outro pelo controle e pela dependência, enquanto, na terceira, trata-se de um sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo autoconhecimento. Mas, focando nas primeiras duas modalidades, mais interessantes para os fins desta pesquisa, nas relações instauradas a partir desses jogos de poder, não há, efetivamente, instrumentos analíticos específicos, e, por isso, as emergências do poder residirão nos modelos jurídicos (o que legitima o poder) e nos modelos institucionais (o Estado).

Dessa forma, o poder não se constitui apenas como uma questão teórica, mas, sim, como “qualquer coisa que faz parte da nossa experiência” (FOUCAULT, 1984, p. 86). E, por conseguinte, é indispensável analisar os saberes específicos para analisar as relações de poder por intermédio do afrontamento das estratégias. Essas relações se

¹¹ Entendido, aqui, como aquele que deveria ter o governo sobre si mesmo.

instauram na vida quotidiana imediata, classificando os indivíduos em categorias (civilizados ou selvagem), designando-os a partir de sua individualidade, ao ligá-los à sua identidade, impondo-lhes leis, inclusive linguísticas, nesse caso, que devem reconhecer e que os outros devem reconhecer neles, ao privilegiar saberes específicos, de modo a deformar as autopercepções e autorrepresentações.

Sem dúvida que o objetivo principal de hoje não é o de descobrir, mas de recusar aquilo que somos. Precisamos imaginar e construir aquilo que poderíamos ser para nos desembaraçar desta espécie de “duplo” constrangimento político que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno (FOUCAULT, 1984, p. 102).

Essa afirmação, que nos coloca diante de processos de subjetivação por submissão e controle, na atualidade, remete ao fato de que, a partir do século XVI, surgiu uma nova estrutura política: o Estado. Segundo Foucault (1984, p. 105), o poder do Estado residiria em uma “forma de poder simultaneamente globalizante e totalitária”, isso porque “o Estado ocidental moderno” teria “integrado, sob uma forma política nova, uma velha técnica de poder que tinha nascido nas instituições cristãs [...] o ‘poder pastoral’”. A forma de poder do pastor, que dirige e orienta para a salvação, é

[...] oblativa (por oposição ao princípio da soberania) e individualizante (por oposição ao poder jurídico). Ela é coextensiva à vida e no seu prolongamento; ela está ligada a uma produção de verdade – a verdade do indivíduo sobre ele mesmo (FOUCAULT, 1984, p. 105).

Tal forma de poder individualizante se tornou o ‘Estado Moderno’, plasmado sobre uma estrutura muito elaborada, na qual os indivíduos podem se integrar a uma condição que forneça, a essa individualidade, uma forma nova e que a submeta a um conjunto de mecanismos específicos (FOUCAULT, 1984). É assim que o poder pastoral chegou até o corpo social, apoiando-se em instituições, ao mudar seus objetivos (conduzindo as pessoas para uma salvação na terra, por meio de condutas que garantam o conseguimento de objetivos ‘terrestres’) e reforçar a administração (exercendo o poder por meio de estruturas complexas tanto da iniciativa privada quanto de certas instituições públicas), além de desenvolver o saber sobre o homem em torno de dois polos: um globalizante (relativo à coletividade) e o outro analítico (relativo ao indivíduo).

Nesse contexto, entende-se que o poder pode ser compreendido de duas maneiras: o que se exerce sobre as coisas e que confere a capacidade de modificá-las (a resistência) e aquele que remete àquilo que está inscrito nos corpos, isto é, seu pertencimento, colocando em jogo relações entre indivíduos e entre sociedades. Mas, de base, o exercício do poder só pode existir quando há um poder sendo exercido sobre alguém e, entre as relações de poder que se instauram individual e coletivamente, é possível identificar dois tipos:

- as relações de comunicação, relativas ao domínio de signos, que são instaurados histórico e culturalmente, bem como na produção de sujeitos;
- táticas relativas ao poder exercido sobre as coisas, que é o que permite modificá-las.

Para determinar a especificidade das reações de poder, Foucault as distingue das “capacidades objetivas” e das “relações de comunicação”. Por capacidade objetiva, devemos entender: “O [poder] que exerce sobre as coisas, é que dá capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las”. Por “relações de informação”, relações “que transmitem uma informação através de uma língua, um sistema de signos ou qualquer outro meio simbólico” (CASTRO, 2016, p. 326).

Todavia, essas tipologias de relações de poderes não são independentes entre elas; ao contrário: funcionam entrelaçadas, pois, para colocar em ação as capacidades objetivas, são necessárias relações de comunicação (educação) e as relações de poder (tarefas obrigatórias e gestos impostos). Assim, nessa interação, formam-se os ‘blocos de capacidade-comunicação-poder’ (FOUCAULT, 1984), nos quais essas três variáveis se entrecruzam tão profundamente a ponto de constituir sistemas regulados. Ao longo da vida, os indivíduos são atravessados por inúmeros blocos, que podemos definir como ‘disciplinas’, conjuntos de condutas que desempenham o papel de assegurar a docilização e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento.

Analisar essas disciplinas, olhando para elas em seu processo constitutivo, mostra como “se podem articular uns sobre os outros os sistemas de finalidade objetiva, de comunicação e de poder”, e, ao mesmo tempo, diversifica as possibilidades de articulações, que

[...] podem apresentar predominância das relações de poder e obediência, como nas disciplinas de tipo monástico ou de tipo

penitenciário, outra com predominância das atividades finalizadas como nas disciplinas de oficinas ou hospitais, outra com predominância das relações de comunicação como nas disciplinas de aprendizagem (FOUCAULT, 1984, p. 107).

Assim, o exercício do poder consiste em prescrever e conduzir as condutas, entendidas, pelo filósofo, como “o modo de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades”. Olhando para as relações que se estabelecem no exercício do poder, percebe-se que, no movimento de polarização interna e externa do indivíduo, o poder opera diferenciações que permitem agir sobre o agir alheio. Tais diferenças poderiam ser “diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto ou privilégio; diferenças econômicas na apropriação de riquezas ou bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças no saber-fazer ou nas competências etc.”. No caso da presente pesquisa, será feita a análise, principalmente, de relações de poder que polarizam diferenças linguísticas, culturais, relativas ao saber-fazer ou às competências. E, cada relação de poder, ao polarizar diferenças, busca condições e efeitos para o seu existir. Desse modo, é possível identificar quatro finalidades ou efeitos:

- o agir sobre a ação dos outros, visando a fazer a manutenção de privilégios ou garantir a acumulação de lucros;
- o agir sobre as modalidades instrumentais, exercendo o poder pela ameaça das armas, pelos efeitos da palavra, pela disparidade econômica, por mecanismos de controle, vigilância etc.;
- o agir sobre os graus de racionalização, colocando em jogo as relações de poder como ação sobre um campo de possibilidade;
- o agir sobre as formas de institucionalização, misturando disposições tradicionais, estruturas jurídicas, ao adotar a forma de um dispositivo ou formar sistemas complexos dotados de aparelhos múltiplos.

4.3 O processo de subjetivação do sujeito brasileiro e do Português Brasileiro no século XIX

Há alguns casos interessantes que podem ser citados para exemplificar o embate teórico entre as duas línguas em processo de estranhamento mútuo e desenvolvimento individual. Na presente seção, trazemos dois deles: as análises feitas por Borges (2010),

a partir da polêmica entre José de Alencar e Pinheiros Chagas acerca do uso da língua pelo autor brasileiro, bem como o estudo de Silva (2012) sobre o uso de clíticos pelos intelectuais paulistas.

No caso da pesquisa de Borges (2010), o autor se propôs a analisar a recepção crítica à atuação de Alencar, em particular, relativo à leitura de *Iracema*, expressa em “Literatura Brasileira – José D’Alencar”, de 1867, do crítico português Manuel Pinheiro Chagas. Além dessa análise, Borges (2010) também traz a resposta que o romancista brasileiro deu ao português, no texto “Pósescrito”, à segunda edição de *Iracema*, de 1870.

As posições dos polemistas se encontram em diametral antítese, pois, de um lado, as palavras de Alencar expõem os laços estabelecidos entre história, linguagem, língua, literatura, sociedade e cultura; do outro, as de Chagas, que, enquanto porta-voz dos tradicionalistas, protegem os modos consagrados do estilo, da linguagem e da velha língua portuguesa clássica. Conforme postula Borges (2010, p. 4):

Para Chagas [...] não se podia dizer que o Brasil possuísse uma literatura nacional; uma literatura que refletisse “o caráter” de seu povo, que concedesse vida às suas tradições e crenças e que fosse “a alma” da nação, com todas as “dores e júbilos que, através dos séculos, a foram retemperando”.

Segundo Chagas, portanto, o Brasil, enquanto nação filha da Europa, não possuía “ainda uma existência bastante caracterizada, para que os seus incidentes, refletindo no espelho da literatura” (CHAGAS *apud* BORGES, 2010, p. 4). O crítico considerava que, a partir do *Caramuru*, de Santa Rita Durão, os poetas brasileiros tinham descoberto uma fonte de inspiração selvática a partir da qual poderiam plasmar alta literatura, mas que, até então, nenhum escritor havia realmente se entregue a essa nova maneira de fazer poesia ao avesso dos modos e hábitos europeus. Ao discorrer sobre *Iracema* de Alencar, Chagas deixa explícito, porém, qual é o ponto dolente da situação.

[...] o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais (CHAGAS *apud* BORGES, 2010, p. 6).

Para o crítico português, portanto, o problema era inadequação à norma linguística do PE nas obras literárias brasileiras. Em outros trechos, é possível ler como ele relacionava tal circunstância com o processo ocorrido na Europa e recorrendo aos pressupostos da filologia, entendida como uma ciência natural.

Se os escritores brasileiros desejam realmente fazer uma língua nova, corrompendo a antiga, como as línguas modernas da Europa se formaram da corrupção do latim, devemos adverti-los de que isso não prova senão o desprezo das regras mais elementares da filologia. A transformação das línguas é um fenômeno, que se opera sem que a vontade humana possa nela intervir por forma alguma; como qualquer outro fenômeno físico, está sujeito a leis fixas e imutáveis, como a gravitação, ou a expansão dos gases. Max Muller demonstrou amplamente na sua *Scienza da linguagen*, e com ele demonstram-no todos os eruditos filólogos da moderna escola, que a filologia é uma ciência da natureza e não uma ciência histórica. O fluxo e refluxo das línguas têm um caminhar tão certo como o fluxo e refluxo dos mares, que obedecem à ação longínqua da lua (CHAGAS *apud* BORGES, 2010, p. 7).

Ao considerar suas palavras, então, a variação linguística ocorrida no Português Brasileiro seria efeito de uma espécie de “birra” imatura do povo brasileiro que, ignorante do real funcionamento dos processos de desenvolvimento linguístico, teria a ingenuidade de considerar possível atuar uma intervenção voluntária e não espontânea sobre o idioma. Na mesma linha, o crítico prossegue asseverando:

Essa transformação pô-la Deus nas mãos dos ignorantes. O nível da linguagem eleva-se, não se abaixa. É ao povo, esse ignorante sublime, que está confiado o sagrado depósito. Os sábios *enriquecem* um idioma, só o povo o *transforma*. As formas gramaticais não se alteram a bel-prazer dos escritores; a índole de uma língua não são eles que a modificam por decreto. Parece-me necessário que os escritores brasileiros se compenetrem bem desta verdade hoje elementar (CHAGAS *apud* BORGES, 2010, p. 7).

Assim, o crítico reforça que as mudanças linguísticas do Português Brasileiro seriam escolhas arbitrárias dos escritores que, a seu ver, seriam desinformados sobre essa verdade elementar que rege toda transformação linguística. Por não se tratar, então, de uma transformação, pois seria o resultado de um desejo individual da comunidade literária, Chagas afere que a postura dos escritores é desviante, já que eles estariam corrompendo o idioma, enquanto os portugueses estariam se cingindo “às velhas regras, nós sem nos desviarmos da linha reta, enquanto os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões”

(CHAGAS *apud* BORGES, 2010, p. 8). Seguindo nessa direção, o crítico conclui seu julgamento ao deixar explícito que, em sua perspectiva:

É glorioso ser um desses escritores, que fazem brotar um idioma novo do cadáver corrupto duma velha língua, mas não nos parece igualmente glorioso entrar na classe daqueles que receberam dos seus antepassados uma linguagem formosa, harmoniosa e opulenta, e que a estragam, e que a desfiguram, e a maculam, e concorrem dessa forma para a transformarem de corpo cheio de vida em cadáver purulento, de manto de púrpura em farrapo ignóbil (CHAGAS *apud* BORGES, 2010, p. 7).

Portanto, partindo de uma hierarquização linguística, que vê o PE como legado deixado para a jovem nação ultramarina, Chagas julga como estrago e quase assassinato da língua portuguesa o uso que dela tem sido feito pelos escritores brasileiros.

Já Alencar, ao discorrer sobre as mudanças em andamento na ortografia da língua portuguesa do Brasil, defendia que a língua se encontraria em sua transição para a idade adulta e, devido a esse desenvolvimento, estaria se dirigindo para um processo histórico de diferenciação da língua a partir da prática do povo; por isso, haveria a necessidade de que a linguagem literária absorvesse essas mudanças, pois não haveria um sistema uniformizado para a regulamentação da ortografia portuguesa.

O escritor também previa uma sobreposição do estilo brasileiro no contexto linguístico lusófono, em consequência às crescentes trocas culturais e comerciais, não apenas de bens, mas também de literatura. O posicionamento do autor é uma verdadeira militância, a fim de edificar uma literatura que pudesse constituir uma identidade cultural para a jovem nação, ao consolidar a independência política de 1822 e produzir uma almejada autonomia cultural.

A atribuição de um valor sócio-histórico para os usos linguísticos aparece, também, fora do campo da literatura. O trabalho de Silva (2012) nos mostra que existem variações linguísticas no interior dos grupos (ou parcelas de grupos) sociais existentes no Brasil no fim do século XIX. Tais variações não são arbitrárias e estão estritamente interligadas às relações sociais. Os usos linguísticos assumem valores distintivos, de modo que os intelectuais paulistas fazem uso dos clíticos, que não é nem uma adesão à norma lusitana, nem uma forma de se igualar aos escritores brasileiros do seu tempo.

Por uma perspectiva interdisciplinar, percebe-se que os sujeitos, a partir das posições específicas que ocupam no entorno social, integram-se a diferentes grupos e, por meio disso, suas experiências linguísticas se constituíram exatamente nesse

entrelaçamento de relações sociais. Assim, olhando para os dados analisados no estudo, a linguista afirma que o sujeito tem a capacidade de utilizar as diversas possibilidades oferecidas pela língua e transitar entre elas, escolhendo com base nas ocasiões sociais de uso. Desse modo, a análise dos dados demonstrou que os usos linguísticos, do grupo social dos intelectuais paulistas, evidenciam alguns princípios de organização da sociedade brasileira naquele contexto sócio-histórico, ao revelar tanto as ambiguidades como as contradições em relação ao sistema escravagista e ao processo de estranhamento da herança cultural portuguesa e constituição da identidade cultural brasileira.

A língua, de tal forma, torna-se rastro de análise para entender o contexto sócio-histórico do falante e perceber de que modos se constituía a identidade individual e do grupo por meio da língua, que se torna um instrumento de engajamento social de grupos específicos da elite.

CAPÍTULO 5 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1 Proposta metodológica

O arcabouço teórico, concebido no capítulo 4, guiará a definição da metodologia do presente trabalho. Para estudar o processo de subjetivação do sujeito brasileiro e do Português Brasileiro no século XIX, seguindo a proposta teórica, devem-se realizar procedimentos que permitam executar uma análise em dois níveis relevantes: i) no âmbito da constituição do sujeito: para analisar esse nível, é preciso se ater aos processos de objetivação e subjetivação que emergem das materialidades analisadas, discutindo os jogos de poder, discursivos e não, que convergem para a constituição do perfil desse sujeito; ii) nas questões pertinentes à origem da língua portuguesa: aqui, serão tratados os elementos relevantes da história social da língua portuguesa, lançando mão dos dados linguísticos e sócio-históricos.

A partir dessa metodologia, objetiva-se estudar a questão do processo de subjetivação do sujeito brasileiro e do Português Brasileiro no século XIX. Assim, inicia-se formando um *corpora*, constituído por excertos (enunciados), pontualmente selecionados a partir de textos publicados em Portugal nas últimas décadas de 1800. Após tal seleção, os enunciados serão agrupados em três séries temáticas, a partir das quais serão suturadas as regularidades, discursivas e não, que convergem para a subjetivação do sujeito brasileiro e do Português Brasileiro a partir do olhar da elite intelectual de Portugal.

A escolha das series temáticas lança mão dos conceitos considerados relevantes pelos estudos que resenhamos nos capítulos 1, 2 e 3, resultando, assim, na escolha de direcionar o foco de convergência para os enunciados que se referem, em primeira instância, à nação ao território e à população; em segunda, à alteridade do sujeito e às relações sujeito/poder subsequentes dessa alteridade; e, por fim, em terceira, às relações entre saber e poder, olhando, com mais afinco, para seus desdobramentos relativos à língua e à ciência. Nas próximas seções, será detalhado como isso se dará.

5.2 Constituição e descrição dos *corpora*

Como explicado na seção anterior, foram escolhidos dois textos, duas materialidades, para constituir o *corpora* da análise aqui proposta. O primeiro deles tem

o objetivo de nos fornecer dados, isto é, enunciados, para analisar de que modo a elite cultural portuguesa percebia o Brasil, como ela subjetivava o seu povo, de que modo percebia o seu espaço territorial e sua autonomia governamental. Já o segundo tem a objetivo de trazer uma perspectiva que, mesmo nascida de um lugar de fala ainda pertencente à elite intelectual e ártica portuguesa, em sua materialidade, apresenta-se mais acessível às diversas camadas sociais, permitindo, assim, uma maior divulgação dos elementos que compõem esse dizer sobre o brasileiro e sua língua, ao colaborar com a naturalização dessa subjetividade possível. Em seguida, será exposto, com mais detalhes, como esses elementos foram constituídos.

5.2.1 *Corpora* filosófico, a subjetivação pela elite intelectual portuguesa

A preocupação que norteou a constituição desses *corpora* era que estes fossem materialidades advindas de discursividades da elite intelectual portuguesa, mostrando, assim, de que modo esta enxergava e subjetivava o sujeito brasileiro e sua língua, ao instituir um saber acadêmico que agencia poder e articula jogos hierárquicos.

A escolha de mobilizar a voz de Sampaio Bruno advém, exatamente, das relações de poder que ele instaura ao proferir tais discursos, sendo ele considerado o fundador da filosofia portuguesa e, portanto, uma dobradiça fundamental para a estruturação do saber, do qual, no caso, ele seria indiscutivelmente um detentor.

Sampaio Bruno, em cartório José Pereira de Sampaio, nasceu no Porto, em 30 de novembro de 1857. Foi militante do partido republicano português, sendo ele quem redigiu o *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana de 31 de janeiro de 1891*, em Paris, onde vivia exilado. Além de seu agenciamento político, ele também produziu discursividades filosóficas que colocaram as bases para a filosofia portuguesa. Uma das obras mais representativas é *A Ideia de Deus*, publicada em 1902.

Em 1898, Sampaio Bruno publica *O Brasil mental*, em que trata do positivismo de Auguste Comte, do evolucionismo de Herbert Spencer, do republicanismo de Pierre-Joseph Proudhon, bem como do economismo de Karl Marx. Considerava a revolução de 1889, iniciada pela Proclamação da República em 15 de novembro, um modelo político a ser utilizado em Portugal.

Para os fins da presente pesquisa, não foram analisadas as argumentações político-filosóficas, mas, sim, locais pontuais onde o pensar se referia ao Brasil, aos seus saberes, à sua língua e ao seu povo. Mas, nesta seção, como movimento

introdutório para entrar na obra, serão resumidos, breve e sucintamente, os argumentos e as discussões mobilizadas pelo autor.

Desde o começo da obra, ele deixa inteligível que, “se o Brasil mal aprecia Portugal, Portugal, em certa maneira, completamente ignora o Brasil” (SAMPAIO, 1898, p. 20). E, partindo desse pressuposto, o filósofo decide assumir a tarefa de apresentar o Brasil, assim como seus saberes e correntes intelectuais dominantes, a Portugal. Desse modo, o filósofo produzindo um dizer que, desde seu lugar detentor do discurso da verdade, torna-se altamente subjetivante, pois descreve e avalia o suposto nível de civilização e o grau de prosperidade social dessa “grande república transatlântica que fala a nossa língua e onde pulula a gente de nossa estirpe” (SAMPAIO, 1898, p. 33).

Seu discurso se abre enaltecendo os portugueses pelo advento do sistema colonial e do movimento mercantil e industrial, mas, ao mesmo tempo, acusando-os de “depredações, violências e injustiças seculares” às custas dos povos originários, dentre os quais, o do Brasil. Nessa linha, ele tece críticas ao monopólio português do sistema mercantilista enquanto diz que, em plena industrialização, percebe que Portugal não conseguiu despontar com a mesma velocidade que fez no contexto mercantil. Assim, situa as razões da crise nacional em escolhas errôneas de estratégias econômicas que, no lugar de incentivar a industrialização interna, acomodou-se nos privilégios mercantis.

Por que havíamos de ser industriais, se a indústria estrangeira nos fornecia melhor e mais barato? Para que havíamos de ser navegadores, se os paquetes estrangeiros eram maravilhas de conforto que nunca atingiríamos? Para que havíamos de sacrificar o consumidor aos tentâmens imperfeitos da produção? (SAMPAIO, 1898, p. 24).

No encerramento do ensaio, o filósofo voltará novamente ao tema de Portugal subjetivado como nação descobridora e colonizadora, cuja crise se deveria a um falimentar sistema econômico que, a partir das conquistas imperialistas, que paralisaram o fomento industrial e favoreceram o “nosso parasitismo de sôfregas sanguessugas” (SAMPAIO, 1898, p. 283), ao deixar de viver às custas da Índia e do Brasil, não se sabia viver às custas de Portugal.

Ao prosseguir, Sampaio Bruno mobiliza algumas materialidades caricatas para provar o desinteresse em Portugal pela cultura brasileira. Esse desdenho ou essa pouca seriedade com que os saberes brasileiros são tratados adviria de autores prestigiados, como Eça de Queiroz, que, em sua colaboração com *As Farpas*, subjetiva o brasileiro

como ridículo aos olhos europeus, criando, assim, o “tipo brasileiro”. Dentre as materialidades mobilizadas pelo autor, encontram-se algumas que mostram mais explicitamente filiação com preconceitos racistas; dentre elas, há a obra de Rafael Bordalo Pinheiro que, após sua permanência no Brasil, compõe a obra *Apontamentos de Rafael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb à Europa (1872)*, também parte do *corpora* do presente trabalho e melhor explorada na próxima seção.

Em suas argumentações, Sampaio Bruno (1898) toca a questão da alteridade linguística, de modo mais pontual, ao tecer críticas severas aos linguistas e escritores brasileiros que, em seu processo de subjetivação do corpo social, cultural e político, teriam “permitido” que a língua portuguesa se misturasse às línguas e a outros presentes no território brasileiro, “contaminado e deformado a fonética, a morfologia e a sintaxe da língua original” (SAMPAIO, 1898, p. 15).

O filósofo portuense condena duramente a miscigenação e a promiscuidade sexual dos colonizadores portugueses, deixando explícita sua visão sobre as hierarquias raciais, pois, em sua perspectiva, as justificativas das inconformidades presentes na redação da literatura brasileira residiriam nisso, que, segundo ele, não se sucederia entre livros norte-americanos e ingleses. O autor se apegava, principalmente, ao uso do diminutivo¹², dando o exemplo da expressão “O minino está dormindinho”, e ao uso “das partículas pronominais em [...] transtorno”, identificando-as, dentre outros, como os traços mais marcantes, em sua percepção, da variação linguística brasileira. Nesse sentido, o idioma falado no Brasil é percebido como uma degenerescência da sua língua materna e um dos efeitos mais lamentáveis da escravatura (SAMPAIO, 1898).

Já no segundo capítulo, o autor português discorre sobre o sucesso da doutrina positivista no Brasil, articulando-o com a lei comtiana dos três estados: teológico, metafísico e positivo. Inscreve-se essa lógica de hierarquização evolutiva na história política, na qual o regime monárquico, por sua natureza ligada ao direito divino, deveria abrir espaço ao republicano, permitindo, assim, a completa evolução da sociedade e a plena emancipação dos povos.

¹² Por razões de curiosidade pessoal, buscou-se um estudo que comparasse os usos do diminutivo entre o PE e o PB na atualidade; conforme Dębowiak (*apud* SAMARTIM *et al.*, 2015), que analisou a emergência dos diminutivos no PE e no PB a partir de traduções, “[...] o número absoluto de ocorrências de diminutivos ([PE] versus [PB]) é maior para o PE em dois textos: de 17,5% em *Ferdynand* e 25,0% em *Le Petit Prince*”, mas já “se olhar do ponto de vista da criatividade da língua na formação diminutiva ([PE-r] versus [PB-r]), os resultados invertem-se” (2015, p. 182).

Nesse sentido, Sampaio Bruno elogia fortemente a recepção das ideias positivistas no Brasil, pois, segundo ele, isso teria contribuído para a implantação da república e à sua consolidação (SAMPAIO, 1898), mas, mesmo no elogio, não se afasta de sua base evolucionista; ao comprar a recepção dessas teorias no Brasil e em Portugal, escreve que a escolha entre monarquia e república está mais relacionada a razões estéticas do que éticas, argumentando que a qualidade do vinho não se altera por estar guardado em garrafas de formatos diferentes e que:

Tal absurda analogia serviu no Brasil, em mãos menos puras do que as de Tobias Barreto, como cá, analogamente, tem servido, de base a uma sistemática perversão do critério público. Convém reentrar na razão. O Brasil reentrou. Portugal parece que não se decide (SAMPAIO, 1898, p. 224-225).

Com essas palavras, o autor exorta os portugueses a fazer uso da razão, olhando para o Brasil que, mesmo sendo governado por mãos “menos puras”, decidiu abrir caminhos para a república. Já se dirigindo à conclusão do ensaio, Sampaio Bruno traça um quadro geral do contexto político em Portugal, cujos governos censuram jornais e reprimem coletividades, quase não percebendo os sinais da ruína nacional: “Chegou-se a um ponto desesperado e desesperador. Queixa-se a agricultura; lamenta-se o comércio; e geme a indústria” (SAMPAIO, 1997, p. 310). Ainda, denuncia as injustiças na repartição da riqueza em Portugal que, em sua opinião, seriam a causa da lacuna abissal entre as classes sociais, escrevendo que, enquanto os trabalhadores vivem só “de bolota [...] uma infeta canalha, escória das escórias, vai cobrando, às escondidas, pingues honorários, para cujo pagamento nunca o tesouro se confessa em carência de recursos” (SAMPAIO, 1898, p. 311).

Em seguida, volta novamente o olhar para a “Nova Lusitânia” que, com a Proclamação da República, teria esperanças para acreditar que seria possível fazer algo similar. E, mesmo percebendo uma incapacidade de mobilização popular, em Portugal, para um enfrentamento, o filósofo vê como uma única solução possível para seu país a implantação da república. Nesse contexto desalentador, considera seu livro uma mensagem de esperança para que a ex-colônia portuguesa, a “Nova Lusitânia”, siga progredindo e se constitua enquanto um exemplo real para os portugueses.

Assim, busca-se mostrar como a elite intelectual portuguesa, aqui estudada com base nas séries temáticas compostas por excertos do texto de Sampaio Bruno, subjetiva o corpo social brasileiro, bem como a nação, a língua e a cultura.

5.2.2 *Corpora caricatural, a subjetivação pela elite artística*

A preocupação que direcionou a construção desses *corpora* foi a de encontrar materialidades advindas de discursividades da elite artística portuguesa, mostrando, assim, de que modo subjetivava o sujeito brasileiro e sua língua, por meio de materialidades que atingiam um público muito maior, exatamente por sua natureza imagética. Dessa maneira, o discurso de verdade por elas instaurado agencia um poder até mais estendido, articulando-se, juntamente a textos consonantes, como é o caso de Sampaio Bruno, em jogos hierárquicos.

Mobilizar a composição de Rafael Bordalo foi uma escolha feita a partir das leituras e recortes da materialidade anteriormente analisada, pois Sampaio Bruno cita Bordalo e, ao dirigir o olhar para suas caricaturas, perceberam-se diversas regularidades, discursivas e não. Assim, tornou-se de muito interesse articular essas regularidades, para ir reconstruindo de que modo os enunciados se entrelaçavam ao compor a teia do dizer, a fim de instaurar verdades e naturalizar discursos por meio de relações de poder.

Rafael Augusto Protes Bordalo Pinheiro é tido como o maior caricaturista português do século XIX. Seu trabalho, portanto, é associado ao surgimento dessa forma de expressão crítica e artística em Portugal. Ao longo de seus trinta e cinco anos de atuação profissional, o intelectual produziu muitas representações da sociedade portuguesa oitocentista, mas também da brasileira.

O caricaturista atuou profissionalmente no Brasil, entre 1875 e 1879. Ele viveu no Rio de Janeiro, onde produziu *O Mosquito* e os periódicos *Psit!!* e *O Besouro*. Surgiram, nesse contexto, centenas de composições caricaturais sobre o país, nas quais abordavam diversas temáticas, desde os tipos populares das ruas cariocas até as estruturas políticas do Estado Imperial. Dentre os intelectuais, seus coevos, Bordalo foi o que por mais tempo permaneceu e trabalhou no Brasil.

A obra escolhida para compor o *corpora* desta pesquisa foi um álbum de caricaturas de 14 páginas e dezenas de pequenas composições em sequência narrativa, intitulado *Apontamentos de Rafael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb à Europa*. Conforme o título, a obra é dedicada a retratar a primeira viagem do monarca brasileiro, D. Pedro II, à Europa, entre 1871 e 1872. Ele, no caso, foi a primeira personalidade brasileira ilustrada pelo caricaturista.

A viagem representada ocorreu em 1871, quando D. Pedro II partiu do Rio de Janeiro com um pequeno grupo, dando, assim, início a uma viagem de quase um ano ao

longo da qual o imperador atravessou diversos países da Europa, como: França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália e mesmo o Egito e alguns países da Ásia Menor. De todos os locais visitados pelo Imperador, o primeiro país foi Portugal.

Ali, a passagem de D. Pedro II foi espetacularizada, sobretudo por ser a primeira vez que um governante brasileiro visitava o país após a independência política do Brasil. Por isso, ao recebê-lo, a família real portuguesa organizou várias cerimônias públicas, dedicando poemas e artigos à passagem do Imperador por Portugal. A obra de Bordalo se constituía de 14 páginas e mais de 100 composições caricaturais, em que o autor trazia uma narrativa em terceira pessoa sobre a viagem do monarca em toda a Europa. Nela, Bordalo comentava sobre os pontos mais impactantes da viagem do Imperador.

Em seu contexto, a obra sobressai por se utilizar das caricaturas para desenvolver uma narrativa satírica sobre a estadia de D. Pedro II, produzindo uma reflexão sobre os elementos que envolveram sua estadia, de modo humorístico. Nesse sentido, a narrativa caricatural criou uma regularidade discursiva com todos os textos satíricos produzidos por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão que, naquele mesmo período, dedicaram *As Farpas* inteiramente à viagem imperial. O aspecto específico da obra é a visualidade conferida à viagem do monarca brasileiro.

Como comentado anteriormente, a produção dessa obra coincidiu com um momento de grande contestação das estruturas políticas e culturais em Portugal. Fortes expoentes desse contexto são os intelectuais da “geração de 70”. Situar a produção da narrativa de Bordalo Pinheiro, nesse momento específico de contestação, conduz a um questionamento. Por que, em um momento de ponderação sobre as estruturas sociopolíticas de Portugal e de reflexão acerca de sua identidade, conduzido, especialmente, a partir do grupo conhecido como “geração de 70” no início de sua atuação conjunta, Rafael Bordalo Pinheiro dedicou, em 1872, uma extensa obra inteiramente à sátira sobre a viagem de D. Pedro II à Europa? Outro ponto que se destaca na observação do evento que se tornou o eixo temático das narrativas é o fato de o objeto ilustrado não envolver um indivíduo qualquer, mas o Imperador do Brasil, governante de uma nação que, outrora, fora parte do Império Português e que possuía grandes laços com esse país.

Ao dedicar sua obra à figura do Imperador, isso se tratou de um jeito de observar a imagem mais representativa do corpo político brasileiro, um sujeito herdeiro da realeza portuguesa que dirigia uma monarquia constitucional, à semelhança de Portugal.

Já a partir disso, percebe-se que, como analisado anteriormente, olhando para a obra de Sampaio Bruno (1898), há uma projeção por parte de Portugal que se espelha no Brasil, por um espelho destorcido que reflete partes e distorce outras.

As relações políticas e culturais entre os dois países se encontram fortemente marcadas pelo conceito democrático que, como anteriormente explicado, era um tema delicado para a elite Portuguesa que via as estruturas monárquicas como realidades efetivamente caricaturais, como sistemas deslocados temporalmente. Conforme será melhor explorado nas análises, o público-alvo das duas obras é a sociedade portuguesa e o objeto satirizado, no fundo, seria o português “abrasileirado”, essa descendência herdeira de Portugal pela genética, mas profundamente brasileira pela cultura.

5.3 Considerações sobre as regularidades entre os *corpora*

Nos enunciados recolhidos e separados em séries enunciativas, será feito o levantamento das emergências dos jogos de poderes, macros e micros, que são agenciadas nas materialidades, buscando, a partir desse levantamento, mostrar onde se movimentam processos de subjetivação que, por meio da localização das regularidades discursivas, tornam-se não apenas uma ocorrência pontual, e sim um discurso de verdade instaurado sobre o outro, no caso, sobre o brasileiro e sua língua.

Na sutura dos *corpora* em séries enunciativas, encontrou-se a regularidade de tres movimentos de subjetivação que agenciam as relação de poder instauradas formalmente nos conceitos de nação e território, bem como as relações de poder relativas ao corpo social e aos saberes e ciências.

5.4 Gesto interpretativo e analítico dos enunciados em uma perspectiva que converge os campos de saber da Análise do Discurso e da História Social

O capítulo 6 buscará analisar os enunciados, a partir do intercruzamento dos campos de saber que mobilizaram o indivíduo brasileiro como objeto de análise e, assim, trataram de descrevê-lo, subjetivando-o. Nele, haverá um levantamento dos saberes que, constituídos em uma série de regras e procedimentos que os validam, passaram a constituir regras e regularidades para os demais discursos. É nesse contexto que os indivíduos brasileiros, expostos àquelas condições de produção dos dizeres, passam a se sentir presos à legitimidade de saberes que pretendiam descrevê-los e que,

progressivamente, foram constituindo verdades, a partir das quais esses indivíduos, entendidos como objetos de discursos de saberes, considerados verdadeiros e difundidos institucionalmente, passam a ser moldados para que possam se tornar úteis e condescendentes.

Especificamente, ao articular os dois campos de saber na análise dos *corpora*, buscará identificar quais saberes relativos à História Social do Português Brasileiro permitiram a emergência de alguns dizerem, respaldando esses enunciados e permitindo que eles fossem possíveis. Paralelamente, haverá uma busca por identificar os processos de subjetivação, seus contextos e as modalidades nas quais o indivíduo brasileiro se converte ou é convertido em sujeito e objeto de relações de poder por meio do discurso. Esses processos podem ser voluntários ou involuntários, conduzindo, assim, os indivíduos a absorver ideias e reproduzir práticas instituídas discursivamente pelos saberes, encontrando-se imergidos, de tal modo que sejam naturalizados em uma espécie de rede de cuidados, hierarquias e vigilâncias individuais e coletivas.

CAPÍTULO 6 – DA CONSTITUIÇÃO DAS FORMAS DE SUBJETIVIDADE DO SUJEITO BRASILEIRO

6.1 Condições de existência do dizer

Entre 1820 e 1822, o movimento político de ideologia liberal, vigente em Portugal, futuramente chamado ‘vintismo português’ (NEVES, 1992), começou a veicular, em língua portuguesa, as ideias liberais originárias do movimento iluminista francês, permitindo que elas, mediante os jornais, os panfletos e os mesmos brasileiros que regressavam dos estudos no Porto ou em Coimbra, fossem divulgadas amplamente também no Brasil.

Nos debates gerados a partir dessas discursividades, é possível identificar uma cultura política (BERSTEIN, 1998) da independência, que, de início, tinha por tema central o constitucionalismo, mas que, após iniciativas consideradas arbitrárias e despóticas, tomadas pelos liberais portugueses, inflamou as elites brasileiras em uma crítica que uniu os maiores centros do país contra as cortes, tornando tema central o separatismo.

A questão da independência do Brasil se tornou, sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes do primeiro liberalismo português. Pontos cernes desse processo foram: o regresso do rei e da Corte a Lisboa, em 1821; a chegada dos deputados brasileiros eleitos para as Cortes Extraordinárias e Constituintes; a discussão de projetos voltados à introdução de modificações na Constituição a partir das peculiaridades das relações entre Brasil e Portugal, até então, Reino Unido; os decretos para a regulamentação de situações consideradas abusivas; e, dentre outras, controvérsias sobre a figura e a atuação do Príncipe Real e alguns decretos e proclamações que, no Brasil, deflagraram a marcha para a condição de reino independente.

No antigo regime, a unidade do Estado encontrava sua expressão na pessoa do rei. A origem teológica deste último – mesmo quando aliada ao consentimento da comunidade – criava as condições de existência para o conceito de soberania externa e superior à sociedade, mas, ao mesmo tempo, indispensável à realidade política desta última.

Dessa maneira, a ideia de Reino Unido se pautava no laço inoxidável gerado pela independência de um mesmo príncipe e, por isso, da submissão a um mesmo poder soberano. A soberania, por definição una, e o seu titular davam unidade a esse reino.

Nesse cenário, bordado por um jogo de verdades estipulado no consenso comum da manutenção do poder único e soberano, o movimento vintista apresentou a teoria da soberania nacional, despersonalizando o poder e, ao mesmo tempo, valorizando os princípios sobre as peculiaridades nacionais, com base na reflexão e na prática política.

Para eles, a unidade nacional, decorrente da soberania nacional, constituiria a condição moral de uma sociedade de homens naturais, livres e iguais. Disso, os iguais direitos de exercer o poder. Conforme Neves (1989-90), por meio da atribuição da função aglutinadora à nação, antes do soberano, e aliando-lhe o princípio da vontade individual, próprio da teoria contratualista, os vintistas marcaram a distinção entre monarquia e reino, em termos de sujeito de direitos. E, ao mesmo tempo, lançaram mão da relativa igualdade de direitos de cada um perante a superioridade dos direitos do todo.

Se um habitante do Brasil, só porque aí nasceu, pode dizer com direito e justiça, esta terra é minha, e pelo mesmo direito e justiça pode declarar independente a terra em que nasceu, sem o consentimento unânime dos outros habitantes da mesma monarquia, na totalidade dos quais reside o direito de separar ou alienar; então, nesse caso, o mesmo direito pode ter, por exemplo, o habitante da Beira [...]. E há direito público que tal autorize? Ou com tais princípios pode haver associação alguma política? (“Portugal e o Brasil”, *O Campeão Portuguez* em Lisboa, t. 1, nº 5, 1822 *apud* CASTRO, 1993, p. 666).

A salvaguarda do direito à independência será depois feita fora do congresso, por certas correntes de opinião diversificadas que tinham em comum a ideia segundo a qual o Brasil seria um todo, uma sociedade com direitos próprios, dentre os quais se contava o direito à liberdade.

Havendo Portugal reivindicado os seus direitos de liberdade – afirmava a Trombeta Lusitana – e proclamado, com base neles, a residência da soberania no povo, iguais direitos implicam para com o Brasil, que em caso algum se poderia considerar anexo ou parte componente da sociedade portuguesa (“Brazil”, *Trombeta Luzitana*, nº 24, 9 de janeiro de 1823 *apud* CASTRO, 1993, p. 671).

Este direito à liberdade, que era, afinal, o direito à autodeterminação, teria nascido, segundo o jornal *Sega-Rega* (1823), no instante em que “o Brasil foi elevado à categoria de reino e deixou de ser colônia portuguesa” (“Reflexões óbvias”, nº 6,5). Assim, após um processo de construção discursiva e de novos saberes, resumido já anteriormente, nasceria o gérmen dos motos independentistas brasileiros, que, em 7 de

setembro de 1822, tornariam o Brasil reino e reinante de si próprio, diante dos olhos curiosos de Portugal.

Naquela época de caminhada em direção à constituição da república, efetivamente, o positivismo, que teve em Augusto Comte (1798-1857) seu principal formulador, consolidou-se no Brasil devido à imprensa, ao parlamento, às escolas, à literatura e à academia, produzindo um clima de grande entusiasmo pelo seu conteúdo de modernização das ideias.

O positivismo estava sendo instaurado de modo pontual e sistemático em todo o solo brasileiro, a fim de governar os indivíduos não apenas por meio de procedimentos disciplinares, mas também se servindo de biopoderes locais (FOUCAULT, 2008), como foi o caso da escola, para gerenciar a saúde, a higiene, a ética e a moral.

Para que sua filosofia permeasse todos os níveis da sociedade, permitindo a criação de um projeto republicano utópico, todos os indivíduos, indistintamente, deveriam passar pelos bancos escolares, não tanto para se formar enquanto sujeitos e cidadãos, mas para adquirirem a formação moral burguesa tão necessária aos objetivos da indústria emergente.

O espírito intelectual positivista produzia uma ilusão de nova realidade almejada nos relatos do desenvolvimento europeu, criando, então, a fictícia necessidade de modelos sociais externos e distantes da realidade socioeconômica brasileira.

O campo do saber, instituído na época e pautado nas teses positivistas, deveria substituir o uso da força, limitando as liberdades individuais e permitindo o controle dos indivíduos sem envolver a violência, mas apenas o conhecimento, previamente selecionado, para que este último pudesse livrar os indivíduos dos equívocos, das ilusões e fantasias, cuja ilusão de verdade consistiria em valorizar a formação para alcançar uma vida justa, virtuosa, feliz, organizada, disciplinada e produtiva.

Foi olhando para esse cenário que o filósofo português decidiu escrever o *Brasil Mental* (1898), para alarmar seus conterrâneos dos perigos ínsitos na política positivista, política que, por razões de índole político-partidária e filosófica, em Portugal, acompanhava junto com o republicanismo. Mas exatamente essa proximidade, para Sampaio Bruno, militante do Partido Republicano Português, representava uma ameaça, e ele sentia necessidade de mostrar que a sua luta pelos ideais republicanos não implicava, necessariamente, uma comunhão com o positivismo.

6.2 Condições de possibilidade e emergência do dizer

A partir dessa data, muitos foram os pontos a serem repensados e recriados para esse tão novo reinado que, aos poucos, iria percorrendo processos de subjetivação por meio das que Foucault (1995) chamaria de “práticas divisórias” necessárias para a construção de um novo sujeito, de nova subjetividade nocional, com uma própria identidade nacional.

E, nesse caldeirão, o Brasil vinha se constituindo historicamente como sujeito sobre a base de determinações que lhe eram exteriores, por exemplo, as práticas de dominação ou as estratégias de governo às quais esteve submetido até então; com a lentidão que só a história pode nos ensinar, vinha florescendo uma nova necessidade, a de uma constituição estética enquanto comunidade nacional por meio de artefatos político/culturais, como: a necessidade de uma constituição que definisse política e administrativamente a nação, com arraigada defesa da soberania; a invenção de bandeiras, hinos, moedas, selos e representações forjadas de um cidadão típico em que as categorias trabalho, raça, patriotismo e língua nacional passam a ser critérios fundamentais; o arrolamento de características próprias para cada nação, definição de fronteiras territoriais e culturais imaginárias, estudo e aprimoramento de questões referentes à língua matricial; o investimento na produção de saberes construtores e/ou afirmadores de características pertinentes à nacionalidade ideal e ao cidadão desejado.

Portugal, como comentado anteriormente, enfrentava problemas internos e externos desde o século XIX. Aos olhos das nações europeias, que discutiam quem e o que poderia ser considerado nação, tinha dificuldade em se autodeterminar como tal, pois, segundo Hobsbawm (1998), “o *Dictionnaire Politique*”, de Garnier-Pagés de 1843, considerava ridículo que a Bélgica e Portugal fossem nações independentes, porque eram manifestadamente demasiado pequenas e, ao longo da primeira república, Portugal se debatia a fim de se afirmar enquanto nação forte e imperialista, vivenciando embates entre monarquistas e republicanos; tinha, pois, seus interesses colonialistas ameaçados.

Já no Brasil, desde o século XIX, em função da necessidade de criar e reforçar uma nova comunidade nacional, alguns intelectuais se sentiam responsáveis pela criação da nação e debatiam sobre a constituição da nacionalidade. Nesse sentido, a escrita literária assumia uma dimensão importantíssima nessa diferenciação, nessa busca da originalidade e do desejo de autonomia que se contrapunha aos interesses da chamada “mãe-pátria”.

Portanto, parte da intelectualidade nacional se debatia em torno da afirmação e da expansão de sua tradição intelectual no contexto da política cultural do nacionalismo e colonialismo; ao representar o Brasil, as revistas, que antes divulgavam as ideias dos vintistas de liberdade e autodeterminação, agora, em busca de criar um vínculo imaginário com a ex-colônia, apelidavam o Brasil como a “gloriosa nação brasileira”, “grande pátria do além-atlântico”, “nação irmã”, “herdeiro”, “aliado”, “moça e mais bela das nações,” “adolescente heroico”, “filho do nosso orgulho”, “espelho” e “flor da nossa alma”, “povo novo”, “país jovem”.

Tais representações, mesmo conferindo ao Brasil um *status* de nação, criavam imagens direcionadas a validar uma matriz de cunho biológico, pautando-se na perspectiva do evolucionismo e do darwinismo social, que, ao estabelecer a seleção das espécies, prescreve o predomínio natural das nações fortes e ditas civilizadas sobre as caracterizadas como primitivas, pelo saber etnocêntrico.

Ao representar o Brasil como “adolescente”, “povo novo”, “jovem”, “filho”, Portugal instituiu uma relação baseada na superioridade daquele que tem mais tempo de existência, hierarquizando a relação e relativizando seus impulsos de afirmação de soberania e identidade, porque próprias da juventude são a falta de maturidade e de experiência para tomar decisões acertadas e, por isso, torna-se necessária uma relação de tutela: o irmão de maior idade, na hierarquização e até no direito de primogenitura goza de privilégios, e o filho deve obediência aos que lhe deram origem (nesse caso, os intelectuais portugueses, nas revistas, falam em “Pátria Mãe”).

Assim se cria um imaginário comunitário de Brasil idealizado ou, em outras palavras, de “Brasil Mental”. A materialização discursiva do desejo de Portugal por estar no Brasil, não diretamente na administração política, mas nas coisas do espírito, nos feitos, tendo como referencial o peso da tradição que lembrava, em muito, o pacto colonial. Era isso que alguns intelectuais brasileiros rejeitavam, artesãos da nacionalidade. Essa ideia de pátria-mãe estava, visivelmente, pautada no pressuposto daquela que dá origem, que descobre, que coloca no mundo e fornece o instrumento básico para suas relações: a língua.

Portanto, as relações entre Brasil e Portugal, mesmo após a cisão, continuam institucionalizadas ao interno de um discurso de poder no qual a língua comum e a escrita são, para Portugal, um instrumento de superioridade e de conquista.

Já para o Brasil, a língua passa a ser objeto de luta e de poder, quando os intelectuais se debruçam na busca de brasileirismos, propondo reformas gramaticais e

ortográficas, contrapondo-se à herança e sufocando falares indígenas e africanos; com isto, legitima-se a distinção social pela língua falada e pela língua escrita. Existe, então, no Brasil, um desejo de marcar sua diferença não só pela literatura, mas também por aquilo que lhe foi imposto: a língua.

Os discursos que serão analisados em seguida provêm de um contexto relativamente delicado da história brasileira. A partir de sua separação política de Portugal, em 1822, o Brasil experimentou um longo processo de instabilidade devido à falta da centralização administrativa da Corte Portuguesa, que, agora, havia sido substituído por uma coroa, de um lado ainda vinculada à metrópole, mas, do outro, inexperiente e fragilizada pelo desafio que era governar um país de extensão imensa, constituído por inúmeras realidades geopolíticas e sociais que não se reconheciam em um destino comum.

Conforme Barbato (2014), a figura de Dom Pedro I, mesmo em meio à independência, carregava um simbolismo, quase uma ligação com a antiga estrutura monárquica, por ele ser um português que administra o governo brasileiro. Seu governo, aparentemente, foi muito próspero nos primeiros anos imperiais, e seu engajamento em busca do reconhecimento diplomático da nova nação, diante da comunidade internacional, permitiu ao Brasil, via mediação da Inglaterra, o *status* de país independente.

A proximidade com a Inglaterra, porém, trazia um desafio não indiferente para o imperador, pois ela era uma das maiores incentivadoras da campanha pelo fim da escravidão, que, até então, constituía-se como conjuntura indispensável para a produtividade interna do país. No entanto, se o governo de Dom Pedro I protegeu o sistema escravocrata brasileira, por outro lado, desvelou a instabilidade interna às interações governamentais entre o Estado Imperial e as elites regionais brasileiras, descobrindo-se incapaz de levar em consideração seus diferentes interesses e desejos.

Foi em função dessa falta de representatividade que essas oligarquias, insatisfeitas, levantaram-se contra a origem lusitana do Imperador, alegando que isso constituía uma silenciosa submissão aos interesses de Portugal (MAGNOLI, 2003). Tanto descontentamento resultou na abdicação do imperador, que decide regressar a Portugal, deixando o Estado brasileiro nas mãos de regentes desde 1831 até 1840.

Conforme Feldman (2006), até a morte de Dom Pedro I, pairava sobre o Brasil o temor de uma restauração do ex-imperador, mas, após isso, na década de regência, começaram a insurgir inúmeras revoltas: “A Cabanagem no Pará (1835 – 1840), a

Balaiada no Maranhão (1838 – 1841), a Sabinada na Bahia (1837 – 1838), e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835 – 1845)” (FIELDMAN, 2006, p. 37), que, entre expressões de lusofobia e medos por uma restauração do domínio colonial, rasgaram o véu e tornaram, cada vez mais notório, o cenário fragmentado do Brasil.

Nesse cenário, buscou-se uma forma de assegurar a unidade do país, isto é: constituir uma identidade nacional brasileira. E, para isso, como explicado por Hobsbawm (1984), ocorria inventar tradições, pois, em momentos de fragilidade e grandes mudanças, estas podem se tornar o elo da comunidade à beira do separatismo. Tais tradições proveriam uma identidade nacional apta a reatar o sentimento de união entre brasileiros de ponta a ponta do país.

Portanto, o processo de consolidação da identidade nacional brasileira se deu no período das regências, enquanto o Brasil se configurava, de modo lento e desigual, como Estado nacional, em meio a sérios riscos de fragmentação. Para Hobsbawm (1990), os nacionalismos geraram os Estados nacionais, isto é, o sentimento nacional seria anterior à nação como corpo político. Mas, no Brasil, como já elucidado, não havia uma comunidade imaginada¹³, nem socialmente, nem politicamente, no momento da independência, dentre as várias razões, porque, ao se falar em identidade comunitária, o imaginário nos remete diretamente à ideia de pátria, e a pátria dos políticos e da elite brasileira não era o Brasil, e sim Portugal; a comunidade à qual se sentiam ligados, no solo brasileiro, não era o Brasil, e sim a província à qual pertenciam. Feldman (2006), em seu texto, traz as palavras de Berbel (1999):

O vocábulo pátria, para os deputados brasileiros [...] não era o Brasil, e sim a comunidade que os elegeu - a Província. A nação da qual [...] se sentiam parte seria a portuguesa. O Brasil se enquadraria [...] apenas no conceito de país. Assim, São Paulo e Bahia seriam suas pátrias. O Brasil seu país. Portugal sua nação (BERBEL, 1999 *apud* FIELDMAN, 2006, p. 36).

Será nesse contexto de regências, instabilidades e levantamentos sociais que surge um novo desafio: como aproximar novamente a soberania nacional do sistema monárquico? Nessa época, Pedro II contava menos de 10 anos de idade e, mesmo assim, tornou-se príncipe regente; logo, aos 15 anos, foi declarado maior e coroado Imperador do Brasil.

¹³ Conceito mobilizado por Anderson (2008) e mais explorado no capítulo 2.

Dom Pedro II, um dos protagonistas das discursividades que compõem o *corpus* analisado, nasceu no Palácio da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, e foi o primeiro imperador brasileiro nascido no Brasil. O jovem Pedro II recebeu uma educação consona com a verdade da época, tendo aulas com diversos mestres ilustres, escolhidos por seu tutor, José Bonifácio. Estudou caligrafia, literatura, francês, inglês, alemão, geografia, ciências naturais, pintura, música, dança, esgrima, equitação, dentre outros. Isso explica suas paixões por viagens, tecnologias e todo tipo de arte e ciência.

Enquanto o jovem príncipe não assumisse o trono, o Brasil seguia em um estado de insegurança tanto interna quanto externa e, a esse propósito, Fieldman (2006, p. 44) explica que, nessa época, defendeu-se a soberania da nação nos seguintes termos:

O Império é uno e indivisível. Já a defesa da soberania monárquica e da lealdade dinástica foi empreendida na medida em que o único sistema considerado capaz de promover a manutenção da unidade da nação era a monarquia constitucional.

Para promover, então, essa ideia de indivisibilidade e de comunhão, o governo Imperial e grupos de intelectuais se debruçaram em um projeto de construção de uma identidade nacional para o Brasil, a fim de suavizar os efeitos da crise política. Assim, para criar uma identidade nacional, o Brasil precisava de uma história que fizesse seus cidadãos se sentirem parte de um povo. E, para traçar o perfil desse povo, considerando que a Europa era a referência de modelo de civilização, ele deveria se espelhar nela, mas também delinear características originais que permitissem identificá-lo como nação individual, digno do padrão europeu, contudo dono de características indenitárias distintas. Assim, era preciso adquirir uma consciência de unidade e uma da diferença em relação aos outros: a alteridade.

O grande outro do Brasil era Portugal. Nele, precisavam se espelhar e, ao mesmo tempo, distanciar-se. Foi assim que se encontraram duas características originais da brasilidade: a natureza e o povo brasileiro. A natureza, por ser algo originalmente brasileiro e totalmente ausente na Europa, tornou-se um ponto de união no Brasil, diferenciando-o dos demais. Paralelamente, o homem brasileiro, representado, especialmente, pelos elementos indígenas e mestiços, detém uma centralidade nesse pódio.

Barbato (2014) traz o exemplo de Martius, um intelectual alemão que, ao escrever sua monografia, deixa recair sobre o Brasil a responsabilidade de realizar a

mestiçagem das três raças, plantando a semente do mito da democracia racial. Assim, o Brasil se tornava uma janela sobre a miscigenação entre as três raças e, para colaborar com o desenvolvimento da nação, a ele, caberia aperfeiçoar essas raças, por meio do branqueamento de sua população e da civilização do indígena. Essa perspectiva serviu de estímulo às grandes imigrações europeias, de italianos, de alemães, de espanhóis, de poloneses, dentre outros. A miscigenação, porém, era preferível entre brancos e indígenas, enquanto “o melhoramento era o afastamento do negro, considerado rude, sem cultura, incivilizado, e a aproximação com o branco, modelo da sociedade brasileira; a piora era a aproximação com o negro” (FIORIN, 2009, p. 122).

Segundo o conceito de mistura como jeito de ser brasileiro, que tomou conta das consciências das massas, como a literatura, o teatro e a língua, isso se torna cada vez mais explícito, tornando a mestiçagem sinônimo tanto da genialidade quanto da perversão do brasileiro.

Aos quinze anos, Dom Pedro II assume o império, dedicando-se, com afinco, aos negócios de Estado. E, conforme os levantamentos se pacificavam, Dom Pedro II conseguia consolidar seu império, sem, porém, deixar de lado sua paixão: o estudo. Dom Pedro era julgado por se entregar mais aos livros do que às questões políticas. Na década de 1870, o imperador viajou duas vezes à Europa, deixando sua filha, a Princesa Isabel, como Regente. Em ambos os momentos, a princesa resolveu causas difíceis. Em 1871, assinou a lei do Ventre Livre e, em 1875, foi resolvida a Questão Religiosa.

No dia 13 de maio de 1888, com a Regência da Princesa Isabel, é assinado o decreto que acaba com a escravidão no Brasil. No dia 15 de novembro de 1889, pela conjugação de interesses políticos, o governo imperial foi derrubado, dando espaço ao surgimento da república no Brasil. No dia seguinte, organizou-se um governo provisório, que deu 24 horas para Dom Pedro deixar o país.

O imperador, enquanto representante da elite sociocultural brasileira, e seu povo constituem alguns dos sujeitos que, logo em seguida, serão analisados. Para isso, constituiu-se uma série enunciativa composta por excertos de dois textos contemporâneos, produzidos em Portugal nas últimas décadas do século XIX.

O primeiro texto, um álbum de caricaturas de 14 páginas e dezenas de pequenas composições em sequência narrativa, publicado em 1872, por Rafael Bordalo Pinheiro, intitula-se *Apontamentos de Rafael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb à Europa*. Já o segundo é um esboço crítico, publicado em 1898, por José Pereira de Sampaio, intitulado *O Brasil Mental*.

Buscou-se agrupar os enunciados em três séries temáticas, sendo elas: nação e território e população; o sujeito outro e as relações sujeito/poder; as relações entre saber e poder, a língua e a ciência.

6.3 A constituição do campo de saber sobre o brasileiro e sua língua a partir dos *corpora*

Ao tomar o indivíduo brasileiro como objeto de análise, é preciso pensar que ele foi objeto privilegiado de diversos campos de saber desde o século XVI. No caso dos *corpora* analisados, diversos são os campos de saber que se inter cruzam, encontrando-se, por exemplo, os campos da biologia, da história, da linguística, da literatura, dentre outros, todos debruçados e instrumentalizados para que seus saberes, constituídos por uma série de regras e procedimentos que os validam, pudessem constituir regras e regularidades para os demais discursos desse ou de outros campos do saber. Os indivíduos brasileiros, portanto, expostos àquelas condições de produção dos dizeres, viram-se presos à legitimidade de saberes que pretendiam descrevê-los e que, progressivamente, foram constituindo verdades, a partir das quais esses indivíduos, entendidos como objetos de discursos de saberes, considerados verdadeiros e difundidos institucionalmente, passam a ser moldados para que possam se tornar úteis e condescendentes.

Pautados pelo poder governamental, diversos foram os saberes que passam a intervir, estrategicamente, por meio de dispositivos discursivos, nos usos e nos entendimentos que se tinha sobre os corpos físico, político e epistemológico dos brasileiros. Um exemplo dessas intervenções pode ser a categorização linguística, feita a partir das bases teóricas do campo do saber da biologia, que, após constituir e “emprestar” seus padrões analíticos, advindos dos estudos evolucionistas, passaram a qualificar e hierarquizar as línguas por critérios raciais que operavam verdadeiros epistemicídios premeditados às inúmeras línguas e culturas autóctones das terras brasileiras e africanas.

Assim, pela perspectiva foucaultiana, o indivíduo brasileiro se converte ou é convertido em sujeito e objeto de relações de poder por meio do discurso. Essas conversões podem ser voluntárias ou involuntárias e levar os indivíduos a assimilar ideias e reproduzir práticas instituídas discursivamente pelos saberes, encontrando-se imergidos, quase como se fosse natural, em uma espécie de rede de cuidados, hierarquias e vigilâncias individuais e coletivas.

No cenário pós-independentista, todos os olhares portugueses estavam voltados para o Brasil, antiga colônia, que, agora, começava a dar seus primeiros passos para se constituir enquanto sujeito político e aparelho estatal. Mas como os processos de subjetivação não são individuais, enquanto, internamente, os brasileiros se debruçavam incansavelmente na constituição do sujeito nacional, ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo autoconhecimento, do outro lado da lagoa oceânica, outros dizeres eram produzidos, impulsionando demais aspectos do processo de subjetivação. A elite portuguesa, curiosa e assustada, produzia um corpo – uma subjetividade – que remonta a uma criação do brasileiro marcada inteiramente pela história – a história do sujeito brasileiro ou do filho de português nascido no Brasil – e, consequentemente, constituída discursivamente.

6.3.1 Nação e território e população

O surgimento da autonomia do corpo político brasileiro se deu em uma conjuntura marcada pela reorganização das estruturas sociopolíticas do Antigo Regime. As mudanças proporcionadas pela Revolução Industrial, pelos ideais iluministas e pelo desabrochar da Revolução Francesa foram cerne e norte desse processo de transformações que tomaram o ocidente desde o final de 1700 até a metade de 1800. Essas três profundas inovações, cada uma à sua maneira, alteraram significativamente os modos de pensar, de agir, de sentir e de se relacionar dos sujeitos históricos, agentes quanto pacientes desse movimento.

A associação, enraizada, entre os conceitos de progresso e civilização, e o seu considerável uso no vocabulário científico dos mais variados campos do saber constituem tanto um sinal quanto um sintoma desse novo critério de emergência e remodelação das relações dos homens entre si e com o mundo. Tais modificações, porém, não se contiveram nas fronteiras do território europeu, alcançando e influenciando, também, nos processos emancipatórios das colônias ibero-americanas e na organização das ex-colônias como corpos políticos autônomos.

Nesse contexto, um dos maiores desafios foi se constituir, agora, como novo Estado-nação, isto é, remodelar sua estrutura política a partir das novas relações entre governantes e governados. Nessa linha, é possível perceber o surgimento de novos significados para conceitos, quais sejam, os de nação, de soberania e de seus correlatos. Neste texto, não há pretensão de debater teoricamente o assunto, mas resulta

interessante destacar algumas das características que permearam o debate historiográfico em torno da constituição do Império do Brasil nos moldes de um Estado-nação, para, assim, poder melhor enfrentar temáticas relevantes para o objeto de análise deste estudo.

Anteriormente, foi explanado o processo de surgimento dos Estados-nação e sua relação com a formação de novas comunidades e identidades nacionais. Assim, lançando mão dessa reflexão prévia, é importante ter em mente que, a partir da formação de um novo Estado-nação, com ele, nasce, também, a necessidade de conceituar um novo modo de coletividade, pois o conceito de nação se pauta no trabalho de construir uma unidade sobre a qual opera um certo controle disciplinar, por meio de leis, costumes, idioma, vontades, um controle dos e sobre os corpos, que mediante instituições, como o Estado, “direciona” os indivíduos que fazem parte dessa comunidade política representada pelo termo nação, e, por meio de conjuntos de regras, ditas e não ditas, define se um discurso e seus enunciados são verdadeiros ou falsos.

Essa nova coletividade, portanto, seria resultante da síntese de diversas características, posteriormente, responsáveis pelo surgimento de uma suposta identidade coletiva que tornará possível a aglutinação de grupos humanos de naturezas distintas em uma única nação, “despertando” neles a capacidade de se figurar e, intimamente, perceber-se pertencentes a uma mesma comunidade.

Nesse sentindo, olhando para o Império do Brasil, recém-independente, e a partir desse momento para o percurso de historicização do país, percebe-se que este não apresenta uma identidade nacional unitária, mas um mosaico de identidades locais. De certo modo, é possível afirmar que os moradores das diversas partes que estariam compondo o todo do Brasil se reconheciam com identidades regionais, como mineiros ou paulistas, e não com identidades nacionais, isto é, como brasileiros. O Império do Brasil precisava de uma identidade política que pudesse lhe assegurar legitimação enquanto corpo político autônomo e lhe garantir uma soberania tanto interna quanto externa. Se o conceito de nação está trançado ao sentido de união popular e à constituição de uma nova coletividade, ao Brasil, não restava que garantir, ao menos, a unidade territorial, para, assim, assegurar a conservação da inteireza do corpo político. Então, caberia ao território, e não à sociedade, que seguia com uma percepção mais caleidoscópica do que unitária, instituir e legitimar a identidade política do Estado. O Brasil, então, possuía a base física sobre a qual exercer a soberania estatal.

Mas, tendo em vista que o território é tão profundamente ligado ao “poder soberano” e sabendo que “o exercício da soberania [...] indica sempre [...] uma certa multiplicidade [...] de sujeitos” ou “de um povo” (FOUCAULT, 2008, p. 16), pode-se perceber que não haveria como desvencilhar o território da população, pois é sobre ela que essa soberania estatal exercerá seu controle disciplinar.

A população seria um corpo em movimento a ser conduzido, a ser direcionado pelo Estado; nesse sentido, então, quem está conduzindo o Estado brasileiro? O que faz com que uma população “seja percebida como uma espécie de objeto técnico-político de uma gestão de governo?” (FOUCAULT, 2008, p. 92). Para tentar descobrir quem seria esse povo brasileiro a partir do olhar do outro, quem seria o morador dessa unidade territorial que estava sendo governada pelo novo Estado brasileiro a partir do olhar de Portugal, lança-se mão dessa primeira serie temática, que, conduzindo nosso olhar para a perspectiva do outro, do português, sobre esse tal “povo brasileiro”, tenta desenhar o perfil da percepção externa e, especificamente, da elite intelectual de Portugal, antigo soberano, que agora vê, progressivamente, o Brasil afirmando seu corpo político autônomo e independente.

Redimensionar-se e abrir espaço para conceituar o outro, que antes era um governado e, agora, tornou-se um governante, é um dos desafios que decorrem do imperialismo, assim, dirigindo o olhar, exatamente, para esse processo de compreensão do outro não apenas separado, mas também autônomo: a independência do outro e a constituição de sua soberania nacional. Quando se pensa em uma soberania, sobretudo em contextos monárquicos, o poder estatal se conjuga quase que indissociavelmente com a imagem do governante, isto é, do monarca. Desse modo, a representação do monarca se torna a representação da soberania de uma nação. Nesse sentido, indiscutivelmente protagonista de um dos primeiros álbuns de banda desenhada de Portugal que, para além de sua importância na história da caricatura e da imprensa ilustrada desse país, foi, também, a primeira narrativa caricatural dessa complexidade produzida sobre um monarca brasileiro por um intelectual estrangeiro.

Raphael Bordalo Pinheiro, em seu *Apontamentos sobre a Picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa* (1872), debruçou-se, de forma peculiar, sobre a viagem do Imperador D. Pedro II. Um senhor alto e magro, com uma longa barba, um chapéu chamativo e vestindo uma grande jaqueta e um par de chinelos, às vezes dançando cancan, pedalando em uma bicicleta ou jogando bolinhas de gude, mas, sobretudo, sempre mantendo sua mala na mão. Essa é a representação da soberania

brasileira em sua primeira aparição pública. Um soberano que descende de uma família portuguesa, mas que nasceu no território brasileiro. Um monarca nascido herdeiro da coroa brasileira e governante de um Estado, sem nenhum interesse de ascender socialmente e, em certa medida, com muitos interesses para além do real bem-estar de seu Estado e de seu povo. Bordalo tratou de humanizar o soberano, desvelando o indivíduo por trás da figura de poder, o indivíduo que é perpassado por costumes, erros e vícios próprios de um “homem comum”. Desse processo, resultou a construção de uma personagem singular, cujos comportamentos e aparência física ganharam ênfases distintas de acordo com a crítica tecida pelo autor nos breves comentários às caricaturas.

Bordalo costurou duas características principais nesta personagem, e a dotou de uma aversão à ritualística monárquica, de forma a incluir as vestes e os símbolos monárquicos, assim como o cerimonial e os privilégios que adviriam de sua posição, destacando-se dos demais. O imperador, de fato, nascido entre esses símbolos e rituais, e constantemente exposto às mais novas discussões sociopolíticas europeias, bem sabe que, por aqueles lados do oceano, o conceito de monarquia não é mais bem visto. Assim, ao se apresentar em Portugal, no intento de se mostrar permeado pelas ideias de um governo mais próximo ao povo, diz ser apenas “Pedro de Bragança”, mostrando-se como alguém que abriu mão de seus privilégios, como um homem, dentre outros, em que a figura imperial se eclipsa para fazer espaço a sua versão de um “monarca acessível”, que preza mais pelos assuntos concernentes às ciências, às artes e, de forma ampla, a aspectos culturais, que aos bens materiais (que, por seus privilégios familiares, já lhe pertencem de direito).

O imperador, portanto, encarna um grande oxímoro, que é o de um monarca cercado de privilégios que, porém, vende a imagem de privilegiar o povo. Assim, como conciliar a estrutura monárquica, datada, com as inovações políticas que as correntes democratas estavam assoprando sobre a Europa? De base, essa era a grande incógnita que envolvia todos os Estados-nação que estavam naquela época transitando dos antigos regimes para as modernas democracias. E, segundo Sampaio Bruno, em sua obra, a visão que Portugal tinha sobre o desempenho do Brasil nesse processo de redesenhar as linhas diretivas do sistema político estatal era um tanto quanto controversa:

O Brasil (Mas só literariamente) é como Portugal. Despreza-se. Política e socialmente, porém, está muito acima, no conceito que de si próprio forma, a velha Lusitânia. Enquanto, se perguntarem a um português qual é o último país da Europa, ele responderá, abjeta e prontamente, que é Portugal; **se inquirirem a um brasileiro sobre**

qual seja o primeiro país do mundo, ele retorquirá, fanfarrona e imediatamente, que é o Brasil (SAMPAIO, 1898, p. 85, grifos nossos).

Nesse excerto, é possível perceber que, pela noção de nação e de território que esse dizer mobiliza, subjetiva-se o brasileiro como arrogante, como ingênuo produzindo um sujeito coletivo, configurado a partir de uma gestão das vidas displicente, pois o imperador, visto como um fanfarrão, não saberia nem mesmo conduzir a si mesmo, quem dirá um povo, que, como na representação de Bordalo, aos olhos de Portugal, o governante, em uma relação de sinédoque com seu povo – e, mais especificamente, com a elite brasileira –, teria uma postura de superioridade sobre seu país, mesmo, intimamente, escondendo uma dupla face. A face do desprezo pela própria humanidade ou pelos privilégios correlatos a uma realidade socioeconômica, a depender do contexto. O imperador, de fato, como veremos nas próximas páginas, em terra brasileira, é sempre representado imergido nessa ritualística monárquica, materializada em suas vestes e símbolos que afastam muito ele de sua humanidade. Mas, ao se encontrar entre os outros expoentes governamentais europeus, metamorfoseia-se e se torna o homem do povo, despido de seus privilégios e, apenas ali, como um igual entre os iguais, como um irmão, um primo ou um filho que, a todo momento, deseja poder absorver o que pode do conhecimento de seus ancestrais.

Desse modo, mostra que o saber verdadeiro estava no domínio de Portugal, subjetivado como detentor do saber e da ciência do civilizado, enquanto no Brasil, selvagem, não. Nesse jogo de poder, o imperador é colocado como o mais forte, em território brasileiro, já que é subjetivado como o sábio herdeiro dos saberes de Portugal, enquanto, em território europeu e português, ele não passaria de um fanfarrão nascido no Brasil. Assim, sobre o indivíduo do imperador, operam-se duas subjetivações: uma produzida pelo imperador sobre os brasileiros, outra pelos portugueses sobre a civilidade e a ritualística do governante. Apesar de o imperador e a elite brasileira, como um todo, estarem constantemente antenados aos movimentos culturais que vinham acontecendo na Europa, nas palavras de Sampaio Bruno, percebe-se que Portugal, aparentemente, estaria bem desinteressado em entender o Brasil.

Confessemos, francamente, no lance, que, até 1889, isto é, até a data da proclamação da república no Rio de Janeiro, de banda da gente portuguesa **não despontara o maior interesse por inquirir do desenvolvimento mental brasileiro** (SAMPAIO, 1898, p. 40, grifos nossos).

E, pouco depois, segue argumentando e frisando novamente que

Ninguém se afligia por apurar, afinal, **quem era e o que pensava** esse brasileiro, a cujo agregado político a retórica dos sermões de gala adregara chamar, d'onde a onde: a nação **irmã** (SAMPAIO, 1898, p. 47, grifos nossos).

A partir desses dizeres, é possível perceber como a elite portuguesa considerava desinteressante e desprezível o corpo social brasileiro. A relação de poder que subjaz à escolha lexical de nação irmã mostra o conceito de nação que Portugal tinha naquele contexto histórico. Enquanto, para Foucault, a nação resulta algo a ser problematizado enquanto território onde se inscreve a história e se costuram os jogos de poder e controle, para Portugal, aparentemente, seria entendida como uma extensão do território geográfico a ser explorada, dominada e governada.

Assim, esse Brasil, agora delimitado territorialmente, estava lá, existindo diante dos olhos de Portugal com seu corpo político autônomo, seu território delimitado pelas fronteiras, seu incipiente conjunto jurídico e legislativo operando a uma soberania estatal, mas com um povo, em grande parte, incôscio dessa mudança, um povo em grande parte analfabeto, escravizado ou vivendo em estado de pobreza extrema, um povo que simplesmente mudou de “dono”, mas que seguiu a serviço de um poder e que, nessa transição, não sabe ao certo em que consiste essa união e, por isso, segue muito desunido e descentralizado. Esse corpo social, súcubo e escravizado para que seja dócil, torna-se refém da falta de conhecimento, da escravidão, da pobreza e da fome, tornando mais simples garantir o bom desempenho de uma biolítica que preserve ao poder soberano do imperador a liberdade de decidir quem deve ou não continuar vivendo.

Apesar de a elite brasileira ser em peso direcionada para se instruir nas universidades europeias e lusitanas, nas palavras de Sampaio Bruno, os portugueses percebiam os brasileiros como descontentes e progressivamente hostis em relação a Portugal.

Com efeito, os nossos **irmãos** de além-mar começaram de antipatizar conosco cordialmente. Mais **francos**, não ocultaram a sua hostilidade. Proclamaram-na rudemente, sem ambages. Não careceram de procuração; não o mandaram insinuar por outros. Disseram-no carrément, na bochecha. As novas gerações extremaram-se, então, no **desprezo**, que timbraram de exibir, por nossa especulação estética, filosófica, crítica. Pagaram-nos de **desdéns**, orgulharam-se de nos dizer coisas feias; como **crianças amuadas**, deram em nos chamar nomes. Despiciaram-se, não tem dúvida nenhuma (SAMPAIO, 1898, p. 55, grifos nossos).

A dúvida do filósofo reside na origem desse desprezo, desse desdém ou dessa necessidade de se afirmar como radicalmente separados de Portugal, e as condições de emergência desse dizer mostram que o Brasil, enquanto corpo político, vinculado a seu território e institucionalizado por sua nação, não estava mais se vendo como uma colônia. Haveria, na emergência do dizer histórico, a necessidade de falar que Portugal não era mais o dono do Brasil, pois o brasileiro, entendido como povo, já tinha, em seus processos de subjetivação, começado a mobilizar modos de transformação e reconhecimento de seu corpo político enquanto sujeito cindido do corpo político de Portugal. Tal circunstância aponta para um posicionamento do corpo social da elite brasileira, que não estava se mostrando mais tão dócil quanto esperado a partir do processo biopolítico perpetuado até o momento.

A dúvida de Sampaio Bruno (1898) seria motivada, a partir de um olhar foucaultiano, pela percepção desse corpo social como população, que, dentro da historiografia, foi subjetivada a partir de termos, quais sejam: “irmãos”, “fracos”, “crianças amuadas”. Assim, por mais que o portuense frise mais vezes que Portugal não se importava em conhecer o Brasil, deixa entender, também, que tinha um conceito bem preciso desse país e de seu povo, entendido como uma população, isto é, uma massa indistinta de sujeitos sobre os quais exercer poder, vigilância e controle sobre as vidas individuais. Exatamente por isso é que ele entendia essa população como um povo jovem, infantil e de certo modo inexperiente:

É que, **povo novo**, com toda a **frescura primaveril** (o ímpeto, a confiança, o orgulho) o brasileiro não suporta a ironia. Magoa-se, como d'uma grave injúria, pela mais somenos brincadeira. E ingênuo e altivo. E, pois que a **adolescência** seja o tempo do buço, para os indivíduos como para as nações, o Brasil é, um pouco, pelludo. Dá sorte; encavaca, zanga-se. E logo lhe acodem, em replica, as palavradas, punhos cerrados, ameaças. Isto que prova? Que é **jovem** e que tem brio (SAMPAIO, 1898, p. 55, grifos nossos).

Como discutido anteriormente, e aqui podendo observar no objeto de análise, as expressões nominais utilizadas para representar o Brasil, influenciadas pelas mudanças de perspectivas em virtude da reestruturação dos territórios e do redimensionamento dos poderes, buscavam criar um vínculo imaginário com esse território que, agora, era a ex-colônia de Portugal. Dentre os apelidos utilizados para se referir ao Brasil, encontram-se os seguintes: “gloriosa nação brasileira”, “grande pátria do além-atlântico”, “nação irmã” (como no primeiro trecho apresentado); encontram-se, porém, definições, como

as que visualizamos neste segundo excerto: “povo novo”, “adolescente”, “jovem” ou, também, “herdeiro”, “aliado”, “moça e mais bela das nações”, “filho do nosso orgulho”, “espelho” ou “flor da nossa alma”. Essa linguagem, entendida como um campo de batalha onde o sujeito afirma ou deixa de afirmar o próprio poder, reforça o que foi apontado no excerto anterior, isto é, a percepção que se tinha, em Portugal, do povo brasileiro como massa indistinta de sujeitos sobre os quais exercer poder, vigilância e controle das vidas, tornando aqui, ainda mais explícito, que o embate voltado à manutenção dos poderes, não mais legislativo ou constitucional, agora, perpetuava-se no campo da linguagem e dos discursos.

Ao analisar tais representações, percebe-se que, mesmo conferindo ao Brasil um status de nação, nelas, reside-se uma escolha terminológica que direcionava a atenção para a validação de uma suposta matriz de cunho biológico. Tal direcionamento se deve à associação feita entre os conceitos de progresso e civilização, e seu considerável uso no vocabulário científico nos campos do saber da biologia e, depois, das ciências sociais, como foi o caso de seu uso nas perspectivas do evolucionismo e do darwinismo social que, ao estabelecer a seleção das espécies, prescreviam o predomínio natural das nações fortes e ditas civilizadas sobre as caracterizadas como primitivas. Isso se devia à episteme neodarwinista, a qual predominava no campo do saber da época, materializando-se na linguagem e se subjetivando – bem como, inferiorizando-se. O brasileiro ser detentor de saberes que não eram contemplados pelo verdadeiro da época se torna um interlocutor nulo e, por isso, o imperador precisa ir para a Europa buscar interlocutores aptos para poder não apenas conversar, como também aprender.

Assim, ao representar o Brasil como “adolescente”, “povo novo” e “jovem”, Sampaio Bruno (1898) mostra que Portugal seguia tentando instituir uma relação pautada na superioridade do Estado mais velho e experiente, hierarquizando a relação e relativizando os movimentos sociopolíticos que aconteciam no Brasil, movimentos de constituição de um corpo social unido e de afirmação da soberania e da identidade de um Estado autônomo. Tal relativização se pautava na ideia que acompanha o conceito de juventude, vista como um momento de pouca maturidade e de falta de experiência para tomar decisões corretas. Por isso, essa representação carrega a ideia de uma necessária relação de tutela, em que o irmão maior, na hierarquização, goza de privilégios.

Essa relação só fica ainda mais intensa quando a dualidade fraterna se substitui pela paternidade

[...] para se constituir á parte e reger de casa própria, como **filha** que se emancipou, repudia a norma **paterna** e pretende viver á boa-vida, sem dar satisfações a uma **tutela** inoportuna e incomoda. Até aqui está perfeitamente (SAMPAIO, 1898, p. 108, grifos nossos).

Nesse excerto, essa paternidade fica explícita, bem como essa ideia de uma tutela necessária vista como inoportuna. Nessa relação, o filho deve obediência aos que lhe deram origem e, exatamente como os adolescentes rebeldes, tem ímpetos de emancipação que não necessariamente estão lá para comprovar seu valor e sua capacidade de autogoverno. O processo de subjetivação que se dá a partir desse trecho é de um brasileiro que precisa de uma tutela, de um vigiar atento de alguém que detém um poder superior, como um pai detentor do poder e do saber.

Nesse sentido, pensando na polarização entre o civilizado e o primitivo, torna-se interessante o seguinte trecho:

[...] o Snr. José Verissimo verifica que «a ironia, como o « humour », mais ainda talvez que ele, é estranha à índole brasileira» Generaliza e explica em como a ironia é insuportável ao brasileiro. «**A ironia, define, é o insulto do civilizado**» «Por isso, conclui, as naturezas primitivas, ao invés do que se supõe comumente, são extraordinariamente sensíveis á ironia. Incapazes de lhe compreenderem os matizes, a sua sensibilidade exagera-lhe os intuitos e o alcance» (SAMPAIO, 1898, p. 55, grifos nossos).

É aqui que se pode perceber como do aspecto da hierarquia entre Estados-nação historicizados de formas diferentes e com características emotivo-psicológicas diferentes, ligadas a supostas maturidades diferentes, passa-se a agregar um juízo de valor relativo à sua capacidade intelectual. O povo brasileiro, por ser um povo novo e primitivo, não teria, segundo José Verissimo, as ferramentas intelectuais para compreender a ironia, que, em sua visão, seria a linguagem civilizada para insultar alguém. Subjetivando o corpo social brasileiro por meio do combate discursivo, o filósofo reforça o tempo inteiro, quase como para visando a uma interiorização do conceito, a ideia de um brasileiro que não pode governar-se por si só, que é infantil, que é incivilizado e que não tem cultura¹⁴ para entender ironia.

¹⁴ A esse respeito, resulta interessante mobilizar Maria Elisa Cevalco, que, em seu texto *Dez lições sobre estudos culturais* (2003), ao explicar a relação entre cultura e sociedade, aponta para a dúlice natureza das palavras “cultura” e “civilização”, pois estas seriam ao mesmo tempo “descritivas (como em civilização asteca) e normativas: denotam o que é, mas também o que deve ser (basta pensar no adjetivo ‘civilizado’ e seu oposto, ‘bárbaro’)” (2003, p. 10). No decorrer do século XIX, a palavra “cultura”, que antes se referia ao treinamento de faculdades mentais, tornou-se referente à sociedade que se encontra em

É pensando nessa relação entre o que seria o saber do civilizado e do primitivo e qual seria o poder decorrente desses saberes, respectivamente, que se encerra a primeira série temática e se encaminha para a reflexão no que tange às relações entre o sujeito e o poder.

6.3.2 O sujeito outro e as relações sujeito/poder

Como exposto anteriormente, é a partir do final do século XVIII que há uma remodelação das relações dos homens entre si e com o mundo; nesse processo, houve uma nova categorização dos saberes que reorganizou as coisas, os nomes, os sentidos e os significantes. Um exemplo disso foi perceber como os conceitos de progresso e de civilização tomaram outras proporções ao se filiarem em diversos campos do saber.

Percebeu-se que a polarização entre civilizado e primitivo, entre desenvolvido e rudimentar, além de guiar as discursividades da época, estabeleceu uma íntima relação entre o conhecimento e o poder dentro da comunidade. Segundo Foucault (2004), o discurso que ordena a sociedade é sempre o discurso daquele que detém o saber, portanto, se quem detém o saber é quem, na categorização vigente, é supostamente considerado “civilizado”, o discurso dele será sempre carregado de poder e, a partir dele, a sociedade será organizada, seus saberes serão categorizados; desse modo, direcionará o exercício de seu controle disciplinar.

Afinal, quem detém esse poder, segundo o filósofo, terá em suas mãos o exercício de procedimentos de controle do discurso, procedimentos de exclusão, quais sejam: a interdição, a separação ou a rejeição; por meio deles, atua uma força na criação de relações opostas, como foi o caso do civilizado e do primitivo, a partir das quais tenta estabelecer um certo valor de verdade dentro do discurso.

O discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, ao qual era necessário submeter-se, porque reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e segundo o ritual requerido; era o discurso que dizia a justiça e atribuía a cada um a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não apenas anunciava o que haveria de passar-

um processo acelerado de transformação. Em um sentido mais genérico, cultura diz respeito à reunião de condutas, tradições e crenças de um certo grupo social; por isso, ao adquirir uma “conotação imperialista (“civilizar os bárbaros” era um mote que justificava a conquista e a exploração de outros povos) [...] “cultura”, a palavra que designava o treinamento de faculdades mentais, se transformou [...] no termo que enfeixa uma reação e uma crítica – em nome dos valores humanos – à sociedade em processo acelerado de transformação” (2003, p. 10).

se, mas contribuía para a sua realização, obtinha a adesão dos homens e desse modo se entretencia com o destino (FOUCAULT, 2004, p. 4).

A verdade será sempre usada como forma de controlar e regular a sociedade, porque é nela que se sedimenta o senso comum, é no que se normaliza, no que se aceita como natural, no que se categoriza como verdade que se abre espaço para a exclusão do que será a inverdade. Em *As palavras e as coisas*, Foucault discorre sobre isso, explicando que:

Aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro (FOUCAULT, 2002a, p. 219).

Ao afirmar a existência dessa relação de poder e saber, Foucault aponta para um poder, intrínseco ao discurso, que pode funcionar negativamente, distorcendo a verdade e garantindo a dominação do poder opressor. Esse domínio se dá por meio do saber, o mesmo saber que, em nosso excerto, aparece como requisito *sine qua non*, é possível ser categorizado como civilizado. Mas o que definiria um sujeito como primitivo? Quais características, nesse emaranhado de relações de poder, emergem como o conjunto verdadeiro para considerar um sujeito, uma inteira comunidade ou um povo como primitivo?

Relações perpassadas por discursos tornam os seres humanos sujeitos, e os enunciados, inscritos nessas relações e produzidos discursivamente, indicam as posições-sujeito; essas posições se articulam em exercícios de poder que se opõem. É no social que se definem as posições-sujeito. Elas são mutáveis e, por isso, mediante a análise de discursos, é possível fazer emergir esses elementos e explicitar suas formações e transformações históricas, bem como suas implicações na produção da subjetividade. Mas o funcionamento dos discursos se materializa por meio da linguagem, mostrando, em cada contexto, o sujeito em relação com uma verdade específica, “uma verdade do homem, bastante arcaica e bem próxima, silenciosa e ameaçadora: uma verdade abaixo de toda verdade, a mais próxima do nascimento da subjetividade e a mais difundida entre as coisas” (FOUCAULT, 2002, p. 510).

Essa verdade desvela seu posicionamento frente à exterioridade, ao revelar sua inscrição como um fora da ordem social, pois, ao praticar essa verdade, choca com os discursos que determinam o dizível em dada tempo e espaço. Pensando no objeto de

análise do presente estudo, o brasileiro, resultante da manifestação de subjetividade por meio de discursos, “é ele mesmo e outra coisa que não ele mesmo; é considerado na objetividade do verdadeiro, mas é verdadeira subjetividade” (FOUCAULT, 2002, p. 520).

A brasilidade, compreendida como manifestação de subjetividade, em sua incompatibilidade, resulta no afastamento do sujeito, pois há uma verdade em choque com uma vontade de verdade, aquela que, ao longo de tantos séculos, define a fronteira entre civilizado e primitivo, justificando, assim, seu julgamento e afastamento. Essa verdade exterior ao sujeito justifica, ainda, o uso de procedimentos de diferentes naturezas, como as políticas linguísticas, para interferir nas subjetividades linguísticas daqueles sujeitos, com o objetivo de alterá-las, moldá-las a partir de um determinado saber social. “Essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2001, p. 18).

Em seu texto *Em defesa da sociedade* (2010), Michel Foucault explica que todo saber social se torna um exercício de poder nas lutas sociais e, por isso, cada grupo social, possui um saber sobre si mesmo e sobre o mundo no qual vive; esse saber deriva de sua experiência e expressa seus interesses. É a partir disso que se torna possível refletir sobre o desafio da alteridade, pois, aos olhos de Portugal, o diferente é o outro, o brasileiro. O reconhecimento dessa diferença, materializada em características socioculturais, é a percepção de que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou. Se o diferente deve ser conduzido e regulado, primeiramente, é preciso traduzi-lo, explicá-lo, isto é, reduzi-lo, enquanto sujeito vivo, ao poder dos símbolos e dos valores de quem pode discernir quem são os civilizados e quanto valem. Nessa tradução, nesse espelhamento, o outro se torna um meio para traduzir a si mesmos, para perceber quanto há de si mesmos nele e quanto de si falta, quanto de si não se conhecia e quanto, às vezes, é ali, nele, onde pode realmente começar a perceber-se. Nas mesmas palavras de Sampaio Bruno, encontramos a clareza de que o sujeito “brasileiro” que aparece nas literaturas portuguesas é uma criação em sua totalidade, ou quase, dos portugueses:

O tipo do brasileiro, se nós não o criamos, **o deformamos** [...] **O nosso brasileiro** [...], **pela origem, pelas inclinações, pelos costumes**. É **o português repatriado**. [...] assim, **quem**, em boa verdade, **tinha razão de se irritar** com os sarcasmos da literatura, alfacinha ou minhota, **eram os portugueses** da colônia, porque para eles, quando de regresso, é que as chufas se remetiam [...] os

bacharéis brasileiros educados em Coimbra (SAMPAIO, 1898, p. 100, grifos nossos).

Assim, se o outro, que para ser traduzido foi objetificado/subjetivado e espetacularizado, até então não havia consolidado completamente os saberes que constituíram sua categorização de mundo e sua mesma identidade, acaba se constituindo, também, por essas discursividades que, paulatinamente, foram forjadas pelo outro dele, absorvendo alguns critérios de verdades que não lhe pertenciam inicialmente, mas que foram impostos pelos jogos de poder.

Essa imposição é gradativa, mas constante de características que são esperadas em um sujeito, de regras voltadas para a condução da própria conduta que se manifestam como discursos carregados de preceitos exteriores aos sujeitos, mas que devem constituí-los por meio da produção da subjetividade. Esse conjunto de regras implícitas ou explícitas constitui o cuidado de si, aquele procedimento de condução do sujeito que Foucault (2004, p. 145) considera que tome “forma no interior de redes ou de grupos determinados e distintos uns dos outros”. É por meio dele que se produz uma subjetividade pela exterioridade, cujas relações discursivas têm lugar. Nesse tipo de produção, o saber é imprescindível para definir o pertencimento a um grupo, pois é nele que se encontram os preceitos, em formato de discursos pelos quais o sujeito será capturado. É por meio do saber que os grupos se diferenciam e funcionam como exterioridade ao sujeito, constituindo subjetividades.

Esses discursos fundantes, no contexto da nação moderna, passam pela narrativa de suas experiências práticas e míticas, sendo ambas dimensões indissolúveis do saber-poder. Na primeira dimensão, é possível conceber a nação como corpo político e agente não homogêneo, composto por grupos humanos distintos e em constante conflito que, mediante a segunda dimensão, a narrativa, passam a perceber-se como unidos por certo conjunto de características ou separados por outro. Em alguns casos, esses grupos sociais em conflito se tornam Estados-nação distintos, como foi o caso do Brasil e de Portugal, que, ao separarem seu poder governamental, expuseram, de maneira cada vez mais explícita, o grupo dominante e o dominado; tornaram necessária a formulação de novas narrativas individuais e recíprocas para a manutenção ou a mudança do jogo de poder que rege suas interações. Dom Pedro II gostaria de se sentir igual entre os governantes, mas ele não é considerado igual, pois nasceu no Brasil. Essa conjunta torna manifesta a atuação de um micropoder, que, além de instaurar uma relação de poder entre dominante/dominado, resulta em uma entre os próprios dominantes. Ao

fazer escárnio do imperador, ao lhe apontar a incapacidade de autogovernar-se e governar, instaura-se um discurso de verdade relativo à impossibilidade de validar o Brasil como nação autônoma.

Nessa relação, no último excerto analisado, percebeu-se como, ao polarizar o Brasil como primitivo e rudimentar, desenhou-se uma certa verdade narrativa segundo a qual o povo brasileiro seria supostamente ignorante e susceptível. Ao observar essa dinâmica por uma perspectiva, inicialmente, mais ligada à representação governamental do Estado brasileiro, isto é, o imperador D. Pedro II, protagonista da obra de Bordalo, é possível perceber como esse sujeito, em sua representação, foi progressivamente objeto de tradução, de objetificação, de espetacularização para que esse sujeito se torne o que é, ao interno da dinâmica dos jogos de poder, enquanto expoente da nobreza e do povo brasileiro, escravizado e inculto, diante dos olhares curiosos dos expoentes da nobreza e aristocracia europeia.

O primeiro movimento a ser identificado, então, será essa espetacularização da elite intelectual brasileira e a progressiva criação do tipo brasileiro. No ensaio de Sampaio Bruno (1898), pode-se perceber como o Brasil, em sua relação de alteridade, despertou curiosidade em Portugal, mesmo ele, aparentemente, carecendo do menor interesse em conhecê-lo realmente.

Quando um país existe que, **naturalmente**, parece que deveria **captar**, desde o primeiro momento, **todas as atenções e promover entre nós as mais vivas e permanentes curiosidades**, por isso que a ele tudo nos prende e com indissolubilidade liga. Esse país, evidentemente, é o Brasil (SAMPAIO, 1898, p. 33, grifos nossos).

Nas palavras do filósofo, percebe-se como a simples natureza outra do Brasil suscitasse e promovesse curiosidade entre os europeus que, ao verem a “prodigalidade tropical luxuriante e absurda”, tentavam encaixar, em seus sistemas de categorização, um Brasil e um Brasileiro que, de fato, nunca tinham conhecido. Abre-se, assim, um paralelo entre o desinteresse pela produção intelectual brasileira ao lado de um interesse relativo ao espaço geográfico e ao corpo político brasileiro.

Do Brasil **nada se sabe** em Portugal, senão que venceu o Lopez, do Paraguai, que exporta café e que possui o condão especialissimamente animoso de uma **arvore das patacas**, a qual, sacudida a tempo e horas, **desata em frutos de dobrões e cruzados**, desprendidos sem fim e sem termo, n’uma prodigalidade tropical luxuriante e absurda (SAMPAIO, 1898, p. 33, grifos nossos).

Ao ler esse trecho, depreende-se que o brasileiro não é considerado um sujeito capaz de produzir ciência, pois seu corpo social foi subjetivado como dócil e incapaz. Assim, o que lhe interessa do Brasil é a natureza que, em sua biodiversidade, torna-se um terreno fértil para a exploração de matérias-primas, as quais, subtraídas e levadas para Portugal durante as primeiras décadas da colonização, até hoje, são corpo representativo da relação de poder entre os dois países.

De fato, o estereótipo e a fantasia, filha da incredulidade pela frutífera terra e natureza brasileira, tomaram espaço nas representações não apenas do país, mas também dos brasileiros, que, enquanto unidade, eram aparentemente difíceis de serem definidos, pois, para eles, havia uma diferenciação entre o brasileiro e o descendente de europeu, que gerou, sim, o tipo brasileiro, mas que se diferenciava do brasileiro em si, pois, nas palavras do filósofo portuense, este último seria “brasileiro **legítimo**, o brasileiro **nato**, aquele que, pela mãe (raramente pelo pai) **pertence** a terra brasileira” (SAMPAIO, 1898, p. 45, grifos nossos).

Outro ponto interessante dessa passagem é a agência de outro micropoder, instaurado na relação entre o homem europeu e a mulher indígena brasileira. Há uma dupla objetificação/subjetivação que lhe confere um grau de inferioridade maior enquanto brasileira e mulher, tornando-a, assim, inferior, inicialmente, à própria mulher europeia, que, nas palavras de Sampaio Bruno (1898), raramente se envolveria com um índio, sendo subjetivada, também, como superior à mulher indígena, mas, ainda assim, inferior ao homem europeu.

A partir do exposto, o brasileiro nato é um sujeito nulo, do qual não se fala, para, porém, dar espaço ao tipo brasileiro, caricatura do português torna-viagem, que sim seria, para os portugueses, “o **tipo de um grotesco infinito**. De longe **se lhe atribuíam todos os vícios**, todos os **dislates**, toda a **sordidez** possível e impossível, de alma e corpo” (SAMPAIO, 1898, p. 40, grifos nossos).

Como expresse anteriormente, sobre a dupla objetificação da mulher indígena, agora, olha-se para o filho dessa mulher, duplamente inferiorizada, o qual, nesses jogos de poder, sofre uma inferiorização ainda maior, mesmo quando seu pai, frequentemente europeu, é tido como um sujeito superior. Essa forma de subjetivar o outro se relaciona, também, à episteme que imperava naquele momento histórico, que era a do evolucionismo darwinista. A partir desse saber, via-se, nessa mestiçagem, a justificativa para considerar esse indivíduo, um brasileiro nascido de uma índia e de um europeu,

menos evoluído. É necessário lembrar que, para a teoria evolucionista naquela conjuntura, esse era o verdadeiro da época, mas, nos dias atuais, os estudos de genética produziram um dizer diferente sobre a mestiçagem¹⁵.

Ao seguir em busca desse tipo brasileiro, direciona-se o olhar, agora, para a obra de Bordalo (1872), que já se abre com uma composição bem explícita em relação a essa percepção do Brasil como centro das atenções e, especificamente, a primeira viagem oficial de D. Pedro II, recém-imperador do independente Brasil, que, como seu chefe de Estado, encontra-se baixo em todos os holofotes curiosos da Europa e, especialmente, de Portugal.

Encontra-se, na figura apresentada logo em seguida, outra recorrência do que se concebe como nação naquela época, pois, olhando para a nação como território útil e produtivo, eclipsam-se todos seus processos de historicização, interferindo na satirização do sujeito brasileiro. O Rasilb, além de uma sátira, deixa emergir o que é o país Brasil, isto é, um país confuso, contraditório e bagunçado. De fato, ao nomear, segundo Foucault, faz-se ver. Desse modo, então, o ilustrador está dando uma dupla visibilidade, de um lado imagética da outra lexical, por meio do nome do país escrito ao contrário. Reforça-se que, bem como o país, o corpo político brasileiro era confuso, contraditório e bagunçado.

¹⁵ Conforme Souza (2011), em seu texto *Genética evolutiva*, em 1942, Julian Huxley criou a expressão “síntese evolucionária” para designar a aceitação da evolução como consequência de mutações e recombinações genéticas, bem como apontar para os modos pelo qual a evolução ocorre por meio de sua teoria que engloba: seleção, endocruzamento, fluxo gênico e deriva genética. “A estes fatores evolutivos foram acrescidos o fluxo gênico nas populações (migração seguida de miscigenação) e o fenômeno da deriva genética ou acaso (proposto por Wright). Desde a publicação desses livros, a teoria sintética passou a ser reconhecida amplamente como a explicação mais plausível das causas da evolução” (SOUZA, 2011, p. 198).

Figura 1



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa. 1872, p. 2.

A Figura 1 mostra a primeira narração do álbum de caricaturas de Bordalo. Ela insere o leitor na obra, apresentando o título de sua obra sendo afixado, como um cartaz, por cidadãos, entre as propagandas de teatros e de outras atrações. O nome da obra aparece em destaque, como se as atenções estivessem mais direcionadas à viagem do Imperador do que às restantes atrações. A partir desse instante, o desenhista mostra como a passagem do Imperador do Brasil pela Europa foi como um espetáculo chamativo.

A primeira coisa que pode ser observada é a escolha feita pelo autor na hora de nomear o país. Rasilb resulta de um simples anagrama de Brasil, mas escolher retirar um nome não é apenas uma decisão ditada pela discrição. Como discutido anteriormente, no processo de espetacularização do sujeito brasileiro e do país como um todo, ninguém se importa realmente com sua identidade e, com essa ausência de identidade, encontra-se a consequente objetificação não apenas do país, mas também de seu povo, que será um povo sem nome nascido em um lugar sem nome.

Cada composição apresenta uma legenda, que, nesse caso, traz uma importante consideração sobre o Brasil e seu imperador. Ao introduzir o “Rasilb”, Bordalo (1872) enumera algumas de suas virtudes, deixando entender que, atualmente, já era uma nação independente e em ascensão. Por outro lado, cita, também, uma problemática postura da população que, a seu ver, assistiria, sem a menor reação, ao desvio de recursos e da mesma estrutura administrativa do país, que não estariam sendo direcionados às necessidades públicas, e sim estariam sendo utilizados para que o chefe de Estado pudesse se dedicar a atividades fúteis, desvinculadas do bem-estar da sociedade, por exemplo, o estudo de línguas antigas.

A partir disso, percebe-se que o corpo social é dócil, enquanto o corpo político é corrupto, mostrando a atuação da biopolítica interna e a futilidade de todo saber que deixou de se encaixar na episteme da época, tornando-se inútil e improdutivo. Tal conjuntura reforça tanto a ignorância da população quanto a de seu representante político, subjetivado como fútil e incapaz de gerir as vidas do país.

Bordalo (1872) ressalta que o sistema monárquico estava passando por um momento delicado e que a relação entre o povo brasileiro e o Imperador não estava das mais róseas, por existir um sentimento recíproco de desgosto entre o monarca e seus súditos. Isso devido à intensificação das críticas à monarquia no Brasil, que, entre 1860 e 1870, impulsionando-se pelas ideias republicanas, o surgimento do movimento abolicionista, que responsabilizava a monarquia por seguir mantendo o sistema escravagista, ficou explícito. Seria nesse contexto que o Imperador, preocupado por sua imagem pública, teria escolhido se dedicar à sua primeira viagem ao exterior, no lugar de, talvez, aproximar-se da preocupação com a situação de seu povo ou país. Há, aqui, uma recorrência do discurso de Sampaio Bruno (1898), no qual relata uma percepção do Brasil progressivamente mais distante de Portugal, mostrando que, em seu corpo social, há uma elite intelectual que está se subjetivando internamente e afastando do andaime imperial, bem como do corpo dócil.

Já nessa primeira legenda, aparece, também, outra situação, que é o desejo do Imperador por entrar em contato com a produção intelectual e os mais variados autores, pois, supostamente, por ter nascido e vivido no Brasil, não teria tido a ocasião de ter contato com “sábios que lhe digam coisas”. Essa percepção relativa à ciência será melhor discutida adiante, mas, desde já, percebe-se como, na visão de Portugal, e, supostamente, do Imperador, não teria como existir ciência ou produção intelectual no Brasil que fosse digna desse nome; por isso, D. Pedro II teria partido para a Europa,

onde ele teria encontrado os fundamentos das principais referências ocidentais, filosóficas, científicas e artísticas. Nesse deslocamento físico e metafórico, encontra-se uma nítida diferenciação entre saber e ciência, deixando emergir que, para o verdadeiro da época, o saber se resume à ciência, mas, para Foucault (2002a), o saber está e não está institucionalizado, enquanto, pelo discurso de Bordalo (1872), o saber residiria totalmente em sua institucionalização. Isso reforça o conceito de um povo dócil e sem capacidade de produção intelectual, sem uma episteme instituída academicamente, mas também sem saberes dignos de valorização.

A obra de Bordalo (1872), portanto, retrata exatamente essa viagem, mostrando sua percepção multifacetada e humana do Imperador, tanto em terra brasileira quanto europeia.

6.3.2.1 O herdeiro da nobreza portuguesa no Brasil

Figura 2



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 2.

Na Figura 2, encontramos a representação da preparação das malas do Imperador para sua viagem à Europa, entre seus escravizados. O poder do soberano de fazer viver ou morrer se materializa na biopolítica por ele instituída sobre esses corpos que estão escravizados, mortos em vida, nus ou com vestimentas em farrapos, transparecendo sua subjetivação e docilidade à ordem imposta. Podemos perceber que a

escolha de representar o sistema de trabalho escravo não foi casual. Em um primeiro movimento, pode-se perceber o oxímoro entre a presença de um sistema escravocrata inserido em um contexto governamental presumidamente definido de “monárquico democrata”. Já em um segundo movimento, é possível dirigir a crítica por um viés filosófico “humanista”, mas também econômico, segundo o qual a prática seria um atraso na economia e no sistema produtivo. Tal circunstância se coloca em oposição às ideias norteadoras da Revolução Francesa, que, desde então, tem direcionado as mudanças sócio-históricas em toda a Europa, continente onde a escravidão havia sido abolida em quase todos os países.

Pela vontade de saber, enquanto na Europa havia a episteme iluminista, no Brasil, mantinha-se a episteme mercantil e escravagista. E, a partir disso, é possível ver um embate, no qual o Brasil é subjetivado, pela figura do Imperador, como atrasado, pois a verdade epistemológica da época, naquele contexto geográfico, era outra, isto é, os ideais do iluminismo francês. Isso porque, ao legitimar o imperador, havia uma vontade de saber que se diferenciava da vontade de saber europeia. Nesse momento sócio-histórico, havia, simultaneamente, no campo do saber, duas verdades sendo agenciadas, uma de liberação na Europa, enquanto, no Brasil, uma que aprisionava e docilizava. Aliando-se ao texto de Sampaio Bruno (1898), percebe-se que coexistem, no território brasileiro, as duas epistemes, pois o que norteava os discursos dos intelectuais brasileiros era exatamente essa episteme iluminista, mas, nesse jogo de poder, a manutenção dos privilégios – do que afirmar essa episteme permitia – não era interessante nem para o Brasil, nem para Portugal, e isso se percebe, exatamente, pela ridicularização feita por Sampaio Bruno (1898), ao falar dos discursos da intelectualidade brasileira em seu processo de subjetivação autônoma.

Mas voltando a atenção para a cena representada, na preparação da mala, os escravizados alcançam ao monarca alguns elementos, cosméticos e livros, que partilham do discurso da composição. Cada um deles traz uma pequena descrição, dentre eles, encontramos: um “manual de civilidade” e um “guia de conversação brasileira: português-brasileiro”. Somente analisando esses dois elementos, é possível retomar alguns dos movimentos reflexivos anteriores. A personificação do corpo político autônomo, o imperador do Brasil, da ex-colônia, que, independente, prepara-se a visitar a Europa, para poder ocupar aquele espaço precisa, primeiramente, alcançar alguns requisitos-base, dentro da dualidade civilizado/primitivo, sendo eles representados pelo conjunto de condutas que revelam que o imperador não é capaz de governar a si mesmo

e: quem não sabe conduzir a si mesmo não tem como conduzir os outros, ferindo, desse modo, o princípio de governamentalidade. Isso ocorre paralelamente às condutas tidas como “civilizadas”, contidas no manual, bem como a língua que, a partir desse momento, entra como outra forma de controle e jogo de poder, pois se torna explícito o fato de o Português Brasileiro não ser considerado a mesma língua de Portugal.

O texto que complementa a composição desempenha uma importante função, explicando para que serviriam os guias levados pelo Imperador. Isto é: para ensinar ao monarca como exaltar em várias línguas o lema que guiou a Revolução Francesa no século anterior e que, por sua vez, fazia-se presente nos discursos de inúmeros partidários do republicanismo no ocidente. Por interesses de controle populacional, o imperador não tinha uma conduta governamental condizente com a episteme iluminista, já que ela lhe tiraria os privilégios e o poder conferido pela coroa, por isso a ideia da memorização, uma vez seria uma episteme a ele desconhecida e com a qual ele se relacionaria em um regime de hipocrisia. A intenção da personagem seria a de criar uma imagem de si que agradasse a vários segmentos sociais, independentemente de sua posição política, e alcançar um alto nível de popularidade (por isso, na figura, aparece, também, a representação de uma ampola de elixir de popularidade) tanto interna quanto externamente, no intento de reverter o processo de desgaste da instituição monárquica ao retornar ao Brasil. O imperador, assim, projeta seu processo de subjetivação em um sujeito outro que se encaixe nas condutas dominantes na episteme europeia para a manutenção do poder.

Figura 3



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 1.

Essa composição se refere à filha do Imperador, a Princesa Isabel de Bragança e Bourbon, em cujo período de regência, o Imperador, antes de deixar o país, teria decretado uma “prudente lei sobre a escravidão”, que é transcrita como: “ficam livres todos os que ainda não nasceram no Império de Rasilb”. A lei à qual se refere é conhecida como “Lei do Ventre Livre” ou “Lei Rio Branco”, na qual foram declarados livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos após a data de sua promulgação. Na realidade, essa lei foi promulgada em 28 de setembro de 1871 pela Princesa Isabel, e não por D. Pedro II. Mas o monarca, sem dúvida, teve participação no processo de negociação que levou à sua elaboração.

A apresentação da princesa é bem singular, pois Bordalo (1872) escolheu escrever uma longa sequência de expressões confusas, dando abertura para uma dupla interpretação, isto é, uma possível alusão à composição dos nomes dos membros da família real, mas também destaca a falta de identidade da figura feminina dentro da organização monárquica, sendo ela, em sua leitura, talvez, apenas um fantoche da realeza sem identidade própria. Novamente, como no caso das índias, a mulher se encontra naturalmente inserida em um jogo de poder que a produz em uma subjetivação de inferioridade e deslegitima o seu poder.

Resulta interessante a maneira como o caricaturista utiliza essa lei para tecer uma crítica à instituição monárquica. No escrito, lê-se que a lei libertaria todos os que estariam por nascer no Brasil, subentendendo que todos os habitantes do Brasil seriam escravizados, privados de sua liberdade em virtude da existência do próprio governo monárquico no país.

Relevante é, também, a construção dos entornos do Imperador. Sobrevoando, no céu, por outro lado, há vários papagaios, um símbolo presente em muitas outras composições do mesmo álbum, sem dúvidas, utilizado como um símbolo do tropicalismo e da brasilidade aos olhos dos portugueses. Ao redor do imperador, há vários escravizados, representados como felizes, observando, com expressões de admiração, a bondade de seu governador. Suas fisionomias são bem estereotipadas, materializando neles o imaginário do corpo divergente não apenas pela cor, mas também pelos grandes lábios, pelo cabelo crespo e pela ausência de roupas, traço que reforça a ideia de primitivo. Próximas a D. Pedro II, aparecem algumas crianças negras, dançando de mãos dadas com pequenos macacos.

A partir dessa composição, percebe-se um processo de subjetivação do corpo político brasileiro da época, materializado na figura do Imperador, como aquele que não

vê e não quer ver seu povo. Nos papagaios, encontra-se a representação do corpo geográfico do Brasil, anteriormente descrito por Sampaio Bruno (1898) como um corpo de natureza tropical e colorida, mas também selvagem e, portanto, não civilizada. Enquanto, nos escravizados, encontra-se a representação do corpo social brasileiro, docilizado, escravizado e invisibilizado. Outro detalhe que também chama a atenção, como anteriormente descrito, são as crianças transfiguradas pela animalidade; o brasileiro e o animal colocados no mesmo grau de evolução, bem como o eco do dizer que aproxima o africano e, sucessivamente, o afro-brasileiro ao macaco. Tanto o macaco quanto o papagaio se caracterizam pelo ato da imitação ou do desenvolvimento de habilidades autônomas apenas por impulso de solucionar uma necessidade, sendo direcionados por conexões diferentes que, portanto, não incluem as abstrações mais complexas que demandariam a articulação de múltiplos dados. Essa associação se encontra, também, no texto de Sampaio Bruno (1898), pelo qual vê a elite brasileira bebendo do conhecimento europeu sem capacidade de inovação, enquanto, no texto de Bordalo (1872), como veremos em seguida, institui-se um dizer duplo em que tanto a intelectualidade portuguesa quanto a brasileira estariam apenas reproduzindo conhecimentos.

A esse respeito, torna-se interessante coadunar um excerto do texto de Sampaio Bruno que, ao falar sobre o sistema escravagista brasileiro, coloca:

Escravizassem os **índios**. Para que ir buscar **humanos animais** á costa de Mina? Tinha-os o Brasil de casa. Ficavam livres do cruzeiro inglês e não estragavam a língua portuguesa (SAMPAIO, 1898, p. 109, grifos nossos).

A partir disso, fica notória essa tríplice subjetivação entre o sujeito brasileiro, como incivilizado e selvagem; o africano como um humano que vem a ser animalizado por meio dos processos de submissão escravagistas; e, por último, o sujeito indígena que, por natura, seria um humano não humano, transfigurado em animal, bem como na ilustração anterior às crianças, que se encontram transfiguradas em macacos.

Com base nessas palavras de Sampaio Bruno (1898), é possível afirmar que, se o sujeito negro era considerado primitivo e sem civilização, a criação negra apresentada como algo mais próximo do animal do que do humano, o sujeito indígena era literalmente visto como algo não humano e até desprovido de qualquer capacidade intelectual, pois é visto como privo de linguagem, taciturno, que, ao invés de falar

(propriedade tipicamente humana) “talla”, isto é, talha, golpeia, emite sons abruptos e bruscos.

A **similaridade dos idiomas do tipo aglutinativo**, desde o que **fala** em África o negro jovial até o que **talla** na América o **índio taciturno**, se entrelaçam os parentescos étnicos (SAMPAIO, 1898, p. 112, grifos nossos).

Nesse excerto, pode-se ver o embate entre a língua do civilizado e a língua do selvagem, isto é, entre as línguas românicas, herdeiras da civilização latina materializada em sua gramática, em sua estrutura de flexão, e as línguas dos povos originários, desenvolvidas na oralidade a partir de critérios e categorias diferentes daqueles considerados científicos pela episteme disciplinada. Esse embate mostra como, para Portugal, importava não apenas a docilização dos corpos, mas também a das mentes.

Além disso, a tríplice subjetivação que comentamos anteriormente se manifesta na escolha terminológica produzida ao descrever a oralidade dos corpos negros, que, como dissemos, são humanos animalizados, e, portanto, ainda falantes, enquanto o indígena, visto como um humano transfigurado em animal ou um não humano, ele “talla”, golpeia, isto é, não fala, não materializa saberes por meio da fala e, consequentemente, da língua.

Diante de tudo isso, a representação do monarca será a única imagem vestida e, sobretudo, trajada de imperador, muito distante das ideias democráticas, pelas quais ele precisaria deixar seus trajes oficiais para se aproximar de seus súditos. Outro aspecto é a postura do monarca, que diz muito sobre suas preocupações, pois seu rosto está levantado na direção contrária a toda a cena, como se não lhe importasse minimamente aquelas pessoas, como se aquela lei, na realidade, não fosse destinada realmente ao povo brasileiro, e sim aos estrangeiros que, agora, poderiam dizer que o Brasil também havia começando o processo de abolição da escravidão.

Figura 4



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 2.

Na Figura 4, o Imperador é retratado em seu juramento à constituição, antes da viagem. O traje segue formal e a postura, como na caricatura anterior, reforça o vazio dos certos rituais monárquicos, pois, enquanto ele performa sua submissão à constituição, ajoelhando-se durante o juramento, seu olhar se dirige ao outro lado, como desprezando-a, como se estivesse se subordinando apenas na medida em que é necessário para a manutenção de seu poder e a garantia de não ser destituído. Portanto, vê-se, nesse gesto, a repetibilidade do enunciado (pictórico) das outras figuras, reforçando que o domínio sobre as vidas, materializado pela constituição, refere-se, apenas, a determinadas vidas, menos a do imperador que, desdenhando esse poder legislativo, coloca-se acima dela, ao reafirmar um poder absoluto.

Essa postura contraditória é reforçada pelo uso da coroa, enquanto carrega em mãos uma mala. Conforme descrição, no juramento, o Imperador prometeria, sobre a constituição, “nunca deixar a mala, onde leva as piugas e as quinzezas democráticas”, isto é, as meias e os casacos democráticos, com os quais iria se cobrir ou mascarar. Conectando a essa figura as composições anteriores, é possível compreender que a mala representa o símbolo da construção premeditada da autoimagem do Imperador, pois, nela, ele carregará todos os elementos de seu figurino de “Imperador-democrata”.

6.3.2.2 O expoente da nobreza brasileira entre os portugueses

Figura 5



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa. 1872, p. 2.

Na Figura 5, D. Pedro II aparece rodeado de gotas em meio às quais o monarca deixa o país. Tais gotas simbolizariam as lágrimas e o suor de seus súditos, ditos “vassalos”. Escondida por trás da irônica piada sobre a transpiração devidas às elevadas temperaturas do país, há uma denúncia ao sofrimento e ao árduo trabalho da imensa maioria da população, cujo fruto sustentaria, dentre outras coisas, a manutenção das regalias do monarca e sua família, como aquela viagem de quase um ano ao exterior, financiada pelos cofres públicos.

Nessa composição, há uma mudança no vestuário do Imperador. Como explicado anteriormente, destaca-se a necessidade de o imperador performar uma personagem na Europa e, por isso, coloca-se em luz seu esforço por tentar se passar por um cidadão comum. Ele teria optado por uma aparência humilde, assim, as vestes oficiais teriam sido substituídas pelo jaquetão, um chapéu baixo e os chinelos. Esse vestuário será parte da personagem do imperador ao longo de sua viagem, pois tem como objetivo a construção de uma imagem favorável do Imperador, a fim de desvinculá-lo de traços típicos dos regimes monárquicos e ligá-lo às noções de “democracia”, na medida em que o aproximava de qualquer indivíduo, tornando-o apenas um homem dentre outros homens. É dessa maneira que, por meio da figura do monarca, estabelece-se o poder em jogos de imagens, perpetuando-se enquanto poder e criando uma imagem não hierarquizada na qual a população segue se subjetivando enquanto um igual, mesmo não o sendo.

Provavelmente, o elemento que delata sua natureza por trás do disfarce seria a coroa que, pendurada na ponta do guarda-chuva, quase com descaso, segue como lembrete do sistema monárquico. Assim, apesar da “democracia” apresentada em suas roupas, os privilégios monárquicos jamais foram deixados, emergindo quando a situação tornava seu uso conveniente por parte do monarca.

Diante disso, a conduta do imperador evidencia que aquele que não governa a sua própria vida não teria condições de governar a dos demais e, por isso, essa figura que satiriza o monarca ganha força a partir dessa prática discursiva.



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 2.

O Imperador, ao desembarcar em terras europeias, após sua longa viagem de barco, precisa ficar de quarentena, costume corriqueiro, mas com seu simbolismo, ao ser inserido no contexto da obra, pois o brasileiro, ao chegar entre os civilizados, precisa ficar isolado um tempo para ser purificado, para debelar quaisquer doenças primitivas que ele pode estar carregando, mantendo a distância da comunidade à qual, sem dúvida, ele não pertence.

Mas, enquanto representante da nobreza, ele segue fechado naquela gaiola simbólica e ao mesmo tempo real; recebe visitas de intelectuais e inúmeras fanfarras alegram as ruas da cidade, comemorando a chegada do Imperador do Brasil.

Essa prática, que era corriqueira naquele contexto sócio-histórico, põe à vista a segregação desse corpo que não é só político, mas também social, deixando visível uma prática de exclusão que visa a reforçar a polarização entre os corpos que tem direito ou não de transitar naquele território, pois, no momento em que adentra no território outro, esse corpo, visto como divergente, sofre coerção pelo processo de purificação que lhe impõe condutas de higienização para poder entrar e fazer parte da ordem local.

Após receber alta, o Imperador pode retomar sua agenda de compromissos, e algumas composições relativas às suas relações internacionais chamam bastante a atenção. Conforme Sampaio Bruno, a recepção do Imperador brasileiro nas várias capitais europeias havia sido muito alegre, mas, porquanto o imperador se sentisse triunfante, seu jeito simplório e seus modos demasiadamente humildes o tornaram simpático, ao limite do ridículo, aos olhos dos europeus:

[...] em França, em Espanha, em Itália, o Brasileiro penetrou **triunfantemente**, de guarda-sol azul em rolo e chapéu na nuca, entre uma hilaridade pasmosa- na região dos grotescos. E **o brasileiro** tornou-se assim para a raça latina, **essa caduca sabia da ironia, o depósito do riso**. Com efeito. O riso é comunicativo, e a expansibilidade do escárnio promove a imitação (SAMPAIO, 1898, p. 52, grifos nossos).

Como se vê, o corpo divergente do imperador, marginalizado a partir das práticas de exclusão discursivas e não discursivas, que comentamos anteriormente, aqui se relaciona com a questão de raça, por meio da língua, como se a raça, entendida biologicamente, fosse mais ou menos evoluída, conforme preconizava a episteme da época, e com a conduta do imperador, aos olhos dos portugueses, vista como de pouca ou nenhuma civilidade, já que sua forma de se conduzir socialmente era motivo de riso e de escárnio. Já na representação de Bordalo (1872), destaca-se o encontro com os líderes nacionais da França e da Alemanha.

Figura 7



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 4.

As duas nações estavam passando por um momento de tensões diplomáticas, devidas ao conflito franco-prussiano, recentemente encerrado com a assinatura do Tratado de Frankfurt e a derrota francesa. A escolha dessas duas nações foi usada para demonstrar a falta de tato e de posicionamento do Imperador que, no primeiro quadro da Figura 7, ao abraçar o Imperador da Alemanha, Guilherme I¹⁶, o monarca brasileiro teria demonstrado desprezo aos franceses, enquanto, ao encontrar o presidente francês Adolph Thiers¹⁷, teria mostrado desprezo aos alemães. Essa dupla-face mostraria a superficialidade do imperador e sua insegurança diante da real necessidade de receber apoio e aprovação dos líderes nacionais europeus.

Outros detalhes interessantes são a presença de Marianne, no primeiro quadro, alegoria feminina das ideias republicanas francesas, que fica incrédula com a presença dos dois Imperadores, personificação dos regimes monárquicos aos quais se opunha, e, junto a ela, tanto no primeiro como no segundo quadro, os olhares atentos de Bismarck¹⁸ ao fundo que analisa o que está acontecendo.

A representação dos dois chefes de estado é peculiar. O ministro francês está em pé sobre três livros e, neles, pode-se ler “história do império e do império”, simbolizando a sobreposição do regime republicano às passadas experiências imperiais francesas. Outra característica que pode ser explorada é a maneira como o Imperador cumprimenta os dois chefes de Estado. Ao encontrar o ministro francês, há um respeitoso aperto de mãos, enquanto, ao cumprimentar o Imperador alemão, os dois se apertam em um abraço. Essa escolha mostraria as reais aspirações do Imperador que, apesar de seguir vestindo a máscara do democrata, alinha-se realmente ao poder e aos ideais monárquicos.

Pode-se afirmar que, pelo fato de o Imperador estar em território europeu, há um mecanismo de poder instaurado como uma conduta ambígua do monarca que age norteado pelos interesses de manutenção de seu próprio poder, que lhe dá os privilégios enquanto imperador, e pelo interesse de legitimação, tanto da nação brasileira quanto do

¹⁶ Guilherme I foi o Rei da Prússia de 1861 até sua morte e o primeiro Imperador do unificado Império Alemão, a partir de 1871.

¹⁷ Marie Joseph Louis Adolphe Thiers foi um estadista e historiador francês, figura chave na Revolução de julho de 1830, que derrubou a monarquia Bourbon, e na Revolução Francesa de 1848, que estabeleceu a Segunda República Francesa. Ele foi o segundo presidente eleito da França e o primeiro presidente da Terceira República Francesa.

¹⁸ Otto Eduard Leopold von Bismarck-Schönhausen, Príncipe de Bismarck, foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX. Ele se ocupou por construir as bases do Segundo Império ou 2º Reich (1871-1918) que tornou os países germânicos um Estado nacional único.

seu poder governamental. Isso tudo se dá a partir dessa tática política de aliança que visa a instrumentalizar a relação de micropoderes instituídas entre todos os governantes.

O sujeito do Imperador, também, fora dos holofotes e dos encontros oficiais, é imortalizado em alguns momentos mais ligados aos seus hábitos e às suas facetas culturais. Dentre essas características, é possível perceber que o Imperador é descrito como avarento, demasiadamente humilde, a ponto de parecer mesquinho, quando o assunto é dinheiro ou costumes alimentares. Antes mesmo de olhar para os traços de Bordalo (1872), Sampaio Bruno (1898), em seu texto, também relata a percepção que tinha desse homem com tons imperiosos, mas não muito imperiais.

Quando o imperador veio à Europa pela primeira vez, os **seus ridículos naturais** foram complacentemente exagerados. **Causou péssima impressão** o seu pedantismo científico; e **todo o mundo sorriu** da sua aptidão para o hebraico. Por outro lado, a sua familiaridade **amesquinhou-o; tornou-o trivial**. Vendo-o de mala sempre na mão, correndo para as gares, sóbrio de gorjetas; ou galhofeiramente contemplando-o sentado mano-a-mano com as regateiras da praça da Figueira, na barrara, a calar melancias, -o prestígio da sua situação social sumiu-se. O seu plebeísmo chocou, porque **se sentiu falso**; conheceu-se lhe **uma pose de exportação**[...] O bom-homem não se zangava, dentro do seu papel **de democrata intermitente** (SAMPAIO, 1898, p. 43, grifos nossos).

Há uma subjetivação negativa da figura imperial, ao torná-lo alvo de escárnio, a partir de sua conduta que chega à beira do populismo quando se relaciona com pessoas da não elite portuguesa. O corpo social do Imperador, já anteriormente comentado como alvo de um processo de exclusão, segue divergente dentro da norma de condutas da elite europeia. Ridicularizando, também, o próprio conceito de democracia do Imperador, definido como intermitente, e, portanto, distante do conceito de democracia vigente na episteme europeia do momento, ao mostrar uma incapacidade para conduzir condutas.

Como relatado pelo filósofo, o jeitinho humilde do Imperador brasileiro dessoava muito com sua realidade privilegiada e seu cargo monárquico. Ele mostra como, no imaginário coletivo, existia um conjunto de características comportamentais que eram associadas à realidade imperial e, ao se deparar com um Imperador com trejeitos diferentes, acabava soando como falsa, forçada e de certo modo criada pontualmente para coadunar com a percepção da personagem pública do Imperador “democrata”.

O que parece interessante ressaltar, em suas palavras, é o fato dele sentir que esse jeitinho “brasileiro” de ser fosse o jeito “natural” do Imperador, por ele ter nascido

no Brasil e, assim, o monarca não estaria consoante ao jeito português e civilizado de ser, por não ter recebido uma adequada educação aos modos e costumes da realeza europeia. Como Sampaio Bruno (1898) relata, além de ser percebido como falso, o Imperador se tornou ridículo aos olhos de Portugal, em que foi objeto de riso, escárnio e, por sua vez, foi percebido como trivial e mesquinho, sem jeito para algo como a chefia de um Estado.

Na Figura 8, composição apresentada em seguida, encontra-se representado o Imperador prestes a fazer seu pedido em um restaurante inglês.

Figura 8



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 4.

Quando se fala de comida, daquilo que entra em contato com o aspecto mais íntimo da existência de um ser humano, toca-se em um arcabouço de verdades que vem sendo constituído há muito tempo, desde a antiga Grécia, em que, como comentado nas seções anteriores, ao surgir o termo bárbaro, como humano não familiarizado com o código linguístico vigente na comunidade, surgiam também verdades inerentes ao que constituiria o ser bárbaro associando, assim, o não falante, e, portanto, o estrangeiro, a um sujeito que não partilha da cultura, a um não civilizado.

Dentre as verdades e, de certo modo, os mitos que alimentavam a percepção do bárbaro, no império grego e, posteriormente, no romano, enfatizam-se os hábitos alimentares. A alimentação mediterrânea, sempre caracterizada pelo tripé: trigo, vinho e azeite, com baixo consumo de alimentos de origem animal, entra em choque ao ser confrontada com a alimentação nórdica, na qual prevalece a carne, especialmente de porco; a gordura vegetal é substituída pela animal, pela banha ou pela manteiga, enquanto as bebidas, antes pautadas em frutas de cultivo estável, serão confrontadas pelos inúmeros processos de fermentação dos mais diversos grãos e frutas silvestres, a partir dos quais se obtinham bebidas, conhecidas, atualmente, como cervejas.

Nesses hábitos alimentares, instauram-se verdades não apenas sociais, como também culturais, para subjetivar esses sujeitos como não civilizados. Essa digressão toda para dizer que optar por representar as escolhas alimentares de um sujeito estrangeiro é uma escolha carregada de sentidos estritamente ligados a essa relação de alteridade e de polarização entre os ditos civilizados e os não. Observo, por essa ótica, a representação do Imperador, hóspede em vários países e sempre tentando se esforçar para agradar o país em suas escolhas alimentares; reforça-se, nele, a caracterização de uma pessoa sem identidade, que se acomoda na identidade alheia. Produz uma dupla subjetivação aquele que não tem nem identidade e aquele não civilizado. Olhando de perto, na Inglaterra, muito bem informado sobre os costumes ingleses, ao chegar a um restaurante, pede carne assada e pudim de sebo, ambos orgulhos da cozinha anglo-saxã: o primeiro, conhecido como Roast Beef, consistiria em carne bovina assada, e o segundo, conhecido como Spotted Dick, seria um pudim de sebo cozido no vapor com frutas secas, ambos originados em meados do século XIX. A última pedida do Imperador, porém, é um “sábio arabiata”, ironizando com a tradicional receita italiana all’arrabiata, isto é, nervosa; retomando a crítica ao desvio dos fundos públicos para gastos desnecessários, é servido ao Imperador um sábio nervoso, com o qual passa a satisfazer sua sede e fome de ciência ocidental. Notam-se, nos enunciados, regularidades relativas à subjetivação desse sujeito.

Figura 9



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 6.

Enquanto, chegando a Portugal, ciente de que a tripa seria a comida nacional, debruça-se em um prato de tripa com tanta alegria que esquece de pedir o valor e, ao receber a conta, entre quatrocentos e quinhentos mil reis, decide devolver a tripa consumida e pede que seja depositada nos cofres do Banco Nacional.

Nesse excerto imagético, nota-se uma gestão de vidas que o imperador conduzia no Brasil, por meio de uma expropriação dos fundos públicos para a manutenção dos próprios privilégios. No entanto, esse roubo aos cofres públicos é satirizado na figura por meio da devolução da comida, já consumida, para o Banco Nacional, marcando novamente uma regularidade na subjetivação do imperador como inapto e privo de qualquer habilidade de gestão das vidas ou da economia do país que possa explicar sua posição no cargo e fazer valer a pena os investimentos. Nessa figura, também, ele é subjetivado próximo à animalidade, não por ser monarca, mas por ter nascido e ter sido educado no Brasil, onde teria aprendido a conduzir a própria vida a partir das condutas dos indígenas e dos africanos que são considerados, como anteriormente explicados, não humanos e animais. Portanto, vê-se um desprezo aos saberes outros, os que não estavam relacionados diretamente aos saberes epistemológicos europeus. A representação da mesquinhez do Imperador segue em outra composição.

Figura 10



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 7.

Nessa composição, encontra-se o Imperador fazendo sua entrada triunfal na cidade, carregado por burros e não por cavalos, e direto a uma estalagem com “preços cômodos”, pois sua estadia já estaria sendo um investimento desmedido para os cofres públicos de seu país ou, talvez, por sentir que aquele seria seu lugar. Pode-se afirmar

que a caricatura tomou posse, incontestadamente, do personagem e, como referido pelo próprio Sampaio Bruno (1898), com o lápis de Bordalo, ficou ainda mais explícito que

[...] no autocrata se consubstanciaram todas as deformidades do tipo, pouco simpático, do brasileiro. Ele foi um **símbolo vivo**. A antipatia ia-se até agravando, envenenando-se em **animadversão**, desde que o pobre príncipe, no Porto, moído das bajulações dos cortesãos, por ofício, benefício ou simples disposição de animo- pois que se nasce criado de servir -, **ousou manifestar** o seu **desgosto** e não se deu a esconder o seu tédio. Acusaram-no de menos primor no trato, o que não deixava de ser certo. Mas o que se explicava e desculpava á face do motivo que assinalamos. Quando, finalmente, ele se despediu com o deplorável incidente da **recusa do pagamento da conta da estalagem**, por a achar salgada, ninguém reparou na cínica exploração da estalajadeira, mas todos os olhos se fixaram na **figura triste d'um tão grande príncipe regateando misérias de azeites e vinagres**. Enfim, foi um desastre pesado essa viagem ingênua; e ela mais confirmou a presunção, já radicada, acerca do Brazil e dos brasileiros (SAMPAIO, 1898, p. 43, grifos nossos).

A partir dessa materialidade, percebe-se que a subjetivação do Imperador se desdobra mostrando um sujeito que, de um lado, é ingênuo e amável, e, do outro, é avarento e mal-humorado. Desse modo, como aquele que comete um pecado, o sujeito fere a conduta esperada para um expoente do governo, mostrando, indiretamente, que a nação por ele governada não tinha subsídios suficiente para lhe garantir essa conduta de monarca, e reforçando, novamente, sua incapacidade de gerenciar a economia brasileira.

A elite brasileira, filha de Portugal, está, então, desse modo representada, como uma filha não reconhecida pelo pai, privilegiada, mas com as profundas marcas do abandono bem expostas não apenas em sua carne, porém, sobretudo, em suas ações e em seu jeito constantemente fora de lugar, desencaixado, desajustado. Uma elite, por meio desse olhar, não se percebe elite e membro dominador na hierarquia social, se não entre outros sujeitos que, por vez, são considerados inferiores e que, a partir do lápis de Bordalo (1872) e das palavras de Sampaio Bruno (1898), pode-se arriscar uma definição de sujeitos nulos, vazios, menos interessantes de quanto já essa elite fosse considerada desinteressante. Fala-se, nesse caso, do “brasileiro nato” como definido pelo filósofo portuense, o indígena, o exótico sujeito das selvas, privo de linguagem e, por isso, “taciturno” que, ainda abaixo do negro, era considerado um “humano animal”; preenche o último escalonamento dessa hierarquia que se completa nesse sujeito esvaziado, completamente objetificado/subjetivado e despido de si mesmo, ao qual tudo pode ser subtraído sem o menor remordimento.

Os símbolos brasileiros, portanto, são apropriações esvaziadas e instrumentalizadas dos símbolos dessa comunidade, que é o bárbaro do bárbaro. E, para bem se despedir do Imperador, que se dirigia agora, de volta, para as águas quentes e tropicais, a academia de ciências, em peso, pensou de lhe mostrar um agrado, fazendo-o sentir-se em casa.

Figura 11



Figura 12



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 8.

Assim, todos eles, bem organizados, apresentaram-se desnudos, com apenas folhas para cobrir suas partes íntimas. E todos retos, de mãos dadas, não sabiam se ficar de costas ou se retirar também as folhas para que o Imperador pudesse checar melhor suas vergonhas, como, no imaginário coletivo, teria sido a prática nacional brasileira, para estabelecer o valor de um sujeito que entraria a serviço do monarca.

Há, então, uma apropriação de práticas sociais brasileiras, que remetem à questão histórica, segundo as quais o valor do índio residiria em sua nudez, o do negro em seus dentes e o das negras em suas canelas. Apresentam-se, aqui, três subjetivações do monarca, a dele como brasileiro, a dele como sujeito com interferências dos saberes indígenas e africanos em suas condutas; e, por último, a dele, bem como a de todo o corpo social da elite portuguesa no Brasil, como detentor do poder absoluto de domínio sobre as vidas, visto como avaliador e condutor das vidas dos corpos mercantilizados e expatriados do povo brasileiro, que, na figura, tem sua subjetivação ecoada pelos expoentes da academia, organizados em fileiras, reverberando uma prática social de exposição para uma avaliação do dono. É desse modo, então, que o desenhista caçoa da identidade brasileira, deixando explícito que, aos seus olhos, o brasileiro seria um selvagem, um primitivo despido e objetificado, que se presta a ser observado, analisado e valorado pelos olhos do branco, seu dono civilizador.

E, nessa ótica, outras duas composições mostram essa tentativa de fazer um sincretismo cultural, apropriando-se de símbolos indígenas e próprios da fauna brasileira, para representar esse sujeito curioso, que seria o brasileiro.

Figura 13



Para lisongear o eloquente viajante deu-se às estatuas nacionaes um aspecto duplamente symbolico.

Figura 14



No frontão do theatro nacional o grande Vicente atavia-se de um modo lisongeiro a S. M. do Rasilb.

Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Rasilb pela Europa. 1872, p. 8-10.

Nessas duas composições, encontramos duas estátuas portuguesas, porém, vestidas do simbolismo esvaziado de suas percepções sobre o Brasil. Na primeira caricatura, encontra-se a estátua D. José I cavalcando. Tal estátua se encontra na Praça do Comércio em Lisboa e, na representação, no lugar do monarca português, encontra-se um papagaio. O papagaio, elemento cuja simbologia, em seguida, será explorada, é um símbolo associado ao Brasil, desde os primeiros relatos de viajantes, pois, devido à quantidade e variedade de espécies encontradas no solo brasileiro, o território foi também chamado de “terra dos papagaios”, abrindo margem, contudo, para outros sentidos, pois uma característica biológica do papagaio é, também, a repetição priva de raciocínio ou reflexão.

Já na seguinte, encontra-se representada a fachada do Teatro Nacional D. Maria II, onde há a estátua de Gil Vicente, mas, nessa representação, o literato apresenta vestimentas e símbolos indígenas. Essa referência feita à imagem do índio como símbolo da identidade brasileira se deve ao processo de subjetivação, de dentro para

fora, e de emancipação política do país, após o qual, em busca de novas fronteiras para uma “cultura brasileira”, a intelectualidade brasileira passou a utilizar o arquétipo do indígena como sendo o “herói” nacional, aquele sujeito que, por não ter voz e ser aparentemente vazio, poderia ser preenchido com todos os elementos que, supostamente, comporiam a brasilidade.

Esse sincretismo, pautado e legitimado pela falta não apenas de conhecimento, mas também de interesse em dar voz ao sujeito indígena e às suas necessidades e pautas, resume-se nessa sobreposição de elementos da identidade brasileira a monumentos portugueses, uma sobreposição que brinca com os sentidos e mescla uma ingênua tentativa de agradar o Imperador; cria uma ligação entre as monarquias ainda interligadas entre elas pelo poder da matriz, da coroa de Portugal, que, por mais que mude de roupas ou construa um personagem mais inclusivo, segue sendo baluarte do império.

Tais estátuas, no contexto dessas materialidades imagéticas, tornam-se documentos por nelas se inscrever uma história linear que desvela essas sobreposições. Contrariamente ao que o Foucault (2002a) entende como monumento, produzindo um jogo do dizer no dizer sobre o que se toma como verdade histórica.

Nas mesmas palavras de Sampaio Bruno (1898), Portugal não tinha o menor interesse em conhecer o que de realmente brasileiro havia no Brasil, e sim lhe interessava pôr em luz o que de si mesmo permanecia, os rastros lusitanos, além do oceano, as ligações, como a família real ou os jovens bacharéis.

O brasileiro que a nossa literatura deixou **não é o brasileiro que nos importa conhecer**. Houve aqui erro. E o que é curioso é que tanto se enganaram os portugueses natos, talhando a carapuça, como enfiando-a os nativistas brasileiros, em cujas cabeças ela não entra, aliás. (SAMPAIO, 1898, p. 55, grifos nossos).

As formas que o brasileiro foi subjetivado, a partir da tripartição explicada anteriormente (o mestiço como inferior, o negro como humano animalizado e o indígena como selvagem), mostram que Portugal buscava no Brasil rastros do que eles consideravam civilizado, assim, o que realmente despertava seu interesse era buscar por reflexos de si mesmo, talvez para perceber que havia algo bom em si em comparação à corrupção no país. Isso reforça os jogos de poder e a subestrutura imperial que seguia vigente, mesmo ela não estando mais vigente enquanto legislação materializada na constituição.

Paralelamente, nesse tabuleiro onde os jogos de poder avançam os peões e recuam as rainhas, outra disputa de poder, menos visível, mas não por isso inócua, segue acontecendo entre as duas comunidades ditas “lusófonas” e emerge nas materialidades analisadas. Como retomado anteriormente, busca-se reconstruir, aqui, alguns dos modos de subjetivação do sujeito brasileiro e, até então, a partir das materialidades analisadas, observou-se essa questão por diversas perspectivas. Mas, ao refletir sobre as caracterizações feitas do sujeito brasileiro ou do sujeito da elite brasileira, o próximo passo será olhar para aquilo que de mais natural, íntimo e orgânico, desde sempre, distingue os pares dos impares, os membros da comunidade dos estrangeiros, isto é: a língua e seus desdobramentos.

6.3.3 As relações entre saber e poder, a língua e a ciência

Como exposto nos capítulos anteriores, em *As palavras e as coisas*, Foucault explica que, na segunda metade do século XIX, elucidava-se não o que é a linguagem, mas, principalmente, qual seria o uso que vinha sendo feito dela para transmitir ideias, representar pensamentos, propagar significações – remetendo-se à definição clássica de linguagem. Mas, desde então, passando por séries de movimentos, atravessados por disciplinas como a linguística e por experiências poéticas, instituiu-se outro questionamento norteador, que questiona não apenas o que é a linguagem, mas também quais são seus limites, suas capacidades, sua materialidade.

É nesse recuo que se situa Foucault, pois ele, operando em termos arqueológicos, considera a palavra escrita “prova material” do processo de constituição de um objeto a partir do entrecruzamento de diversos discursos e, paralelamente, de como esses discursos se relacionavam entre si, fabricando, de maneira dispersa e fragmentada, alguma configuração epistêmica coerente. O filósofo trata de reconstituir os jogos de saber/poder que permitiram produzir o aparecimento e o apagamento de enunciados, acontecimentos e coisas, considerando, desse modo, os discursos determinantes sobre a demarcação dos limites e das formas de dizibilidade, do pensável e, portanto, do que é concreto e coerente. Em suma, o que está em jogo, para Foucault, é a eclosão de singularidades não necessárias, isto é, a loucura, as práticas de enclausuramento ou, no caso das materialidades analisadas no presente estudo, a selvageria e o incivilizado. Assim, Foucault explica que cada tipo de discurso não se isola dos demais, mas segue se expressando nas redes de inteligibilidade do mundo. É

por isso que o registro discursivo lhe interessava mais que o linguístico, cuja aparente natureza formal e repetível, talvez, fizesse-lhe alusão ao que já se sabe, a uma maneira normal de se pensar, a uma disciplina.

A linguagem é talvez o único ser absolutamente repetível que existe no mundo. [...]. Sem dúvida, um dia será preciso fazer a análise de todas as formas de repetição possíveis que há na linguagem. E talvez seja na análise dessas formas de repetição que se poderá esboçar algo como uma ontologia da linguagem. Digamos agora simplesmente que a linguagem não cessa de se repetir (FOUCAULT, 2005b, p. 160).

Assim, pode-se apontar que, para ele, a linguagem seria aquilo que se inscreve e se deixa ler, cuja repetibilidade está sempre latente e que encena um mundo, ao invés de oferecê-lo em sua platitude. É por isso que ela está estritamente vinculada ao gesto de uma escrita e de uma voz e ao humano, bem como a seus jogos de poder criando uma malha de discursos a partir de um emaranhado de fios enunciativos que se cruzam. Haveria, assim, a sutura do mundo enquanto linguagem, que não seria, portanto, advinda apenas de uma adequação entre palavras e coisas, mas também engendraria um processo metafórico que é posto em movimento antes mesmo do gesto de dar nome às coisas.

É a partir disso que se entende que a textualidade do mundo humano se pauta em uma vontade inventiva que funciona no fundo de cada palavra ou discurso e que constitui uma superestrutura anterior às significações e aos modelos de representação entranhados na linguagem. E é nesse instante que, por convenção, institui-se a língua, apoiada no esquecimento desse vínculo metafórico com o mundo e, mediante a aquisição e a manutenção de hábitos historicamente constituídos, passa a naturalizar aquilo que, em sua origem, teria sido o produto de uma vontade, materializando “o murmúrio de tudo que é pronunciado” e abrangendo “tanto o fato das palavras acumuladas na história quanto o próprio sistema da língua” (FOUCAULT, 2005b, p. 140).

Feita essa sucinta contextualização, pode-se afirmar que não é que Foucault não se importe com a língua, mas que ele produz outro olhar sobre ela, norteador sua perspectiva a partir de uma preocupação arqueogenealógica, que parte do enunciado, visto como unidade irrepitível e interligada aos seus pares, como produto e materialidade da língua, que, por sua vez, seria o conjunto dos enunciados possíveis, em potência. Esses enunciados, produzidos pela vontade de saber, encontram-se

categorizados, gerenciados pelas disciplinas, bem como validados ou excluídos pelo embate entre epistemes, tornando manifesto o choque entre ciência e saber e desvelando o agenciamento de disciplinas tanto do corpo quanto da mente.

Nessa direção e olhando para os *corpora* do presente estudo, vê-se que, com o fim do regime imperial, tanto os portugueses quanto os brasileiros mostraram um desejo de constituir esteticamente o próprio mundo sensível mediante o nacionalismo. A presença portuguesa no Brasil passou a ser indireta, não mais relativa ao poder do Estado, e sim ao poder, se assim é possível dizer, do espírito, no que era chamado de Brasil Mental.

Para isso, Portugal se responsabilizaria por fornecer os valores que permitissem não interromper o processo de civilização dos brasileiros, prescrevendo, assim, regras voltadas para a condução da conduta, mediante preceitos que, paulatinamente, iriam constituir novas subjetividades. Isso está reforçado tanto no texto de Sampaio Bruno (1898) quanto no de Bordalo (1872), tendo em vista que, depois de toda a análise feita anteriormente, viu-se que a subjetivação interna do sujeito brasileiro é alvo de desprezo e escárnio. Assim, de certo modo, Portugal ficou responsável por repassar o cuidado de si (FOUCAULT, 2004)¹⁹ aos brasileiros, produzindo uma subjetividade pela exterioridade, pelo saber que, no caso, materializava-se na língua e na religião lusitanas, elementos que funcionaram como agregadores, destinados a assegurar ao Brasil alguma “cultura de civilização”²⁰ (PAGOTTO, 1998).

Como já explorado anteriormente, essa divulgação das culturas e tradições portuguesas era devida à disseminação de teorias e doutrinas racistas que constituam, mediante seus discursos científicos, a episteme do momento e as verdades relativas à superioridade da raça branca, pela elevação de seus aspectos biológicos e culturais. Por isso, no jogo de poder dessa hierarquia, Portugal deteria as características genéticas e culturais consoantes com a comunidade civilizada, enquanto o Brasil, por sua formação negra, indígena e mestiça, seria categorizado como inferior e atrasado.

¹⁹ Ao agenciar o conceito de cuidado de si, o filósofo se refere a um prolongamento da governamentalidade. Assim, conforme Revel (2005), haveria uma concomitância entre um governo dos outros e um governo de si, isto é, os modos nos quais os sujeitos se relacionam consigo mesmos e permitem a relação com o outro. Assim, o filósofo entende como cuidado de si o conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajudam a se transformar a si mesmo, de forma individual ou coercitiva, consciente ou inconsciente.

²⁰ Para Pagotto (1998), a elite brasileira opta por uma norma portuguesa na escrita – norma que havia sido revisada pelos portugueses com base nos seus usos – para se validar como dotados dessa “cultura de civilização” e, ainda, como modo de afastar as camadas populares brasileiras do domínio dessa língua normatizada.

E, nessa teia de verdades muito bem constituída para garantir a preservação e a manutenção do poder do dominante sobre o dominado, difundiu-se uma hierarquização de culturas e línguas, a partir da homologia com a raça, elemento que endureceu ainda mais as separações sociais. Por isso, no livro *Em defesa da sociedade* (2010), o filósofo critica as vertentes teóricas que associam o conceito de raça a uma ideia biológica e coloca que existe, na realidade, um racismo de estado que vem por meio da legislação e não por questões biológicas.

Devido à mestiçagem própria do processo histórico brasileiro, os usos linguísticos dos brasileiros foram considerados inferiores na hierarquia das línguas europeias, embora, como se sabe, muitos dos usos brasileiros conservam a gramática do português do fim do período arcaico, como sistematizado por Noll (2008), que explica ser impossível categorizar o Português Brasileiro como apenas inovador ou conservador, pois, em sua estrutura, ele apresenta um entrecruzamento dos dois fenômenos de evolução linguística, permitindo afirmar que o Português Brasileiro guardou características arcaicas em seu desenvolvimento, as quais remontam, em parte, até o século XVI e englobam influências de todas as macrorregiões de Portugal. Assim, é possível encontrar discursos que partilharam ideologias e valores pautados no racismo científico cooperando com a construção de verdades relativas à superioridade das línguas e culturas europeias, e à desvalorização das línguas e culturas de matrizes outras, quais sejam, a africana ou indígena.

O poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 2010, p. 30).

Nessa perspectiva, visa-se, em seguida, a analisar alguns excertos para poder identificar de que modo o poder europeu, e especificamente português, constituiu alguns saberes relativos à língua portuguesa do Brasil e à produção científica brasileira.

6.3.3.1 Línguas que (re)produzem conhecimento científico

Falar brasileiro, era mau. Mas pensar brasileiro, como de alguém que de lá voltara se lamentava alguém que cá ficara, era péssimo (SAMPAIO, 1898, p. 41).

Se a hierarquização racial havia se expandido para uma categorização das culturas e das línguas, o passo seguinte seria, então, abranger as produções de saberes materializadas em determinadas línguas ou por determinados sujeitos marcados

eticamente ou culturalmente. Para Foucault, a ciência²¹, e assim o conhecimento, seria formado por meio de relações entre sujeitos, entre poderes.

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possível e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas (FOUCAULT, 2013, p. 224).

Olhar para o funcionamento de uma ciência é questionar suas formações discursivas e perceber que nela existem contradições e jogos de poderes voltados a favorecer ou silenciar determinados saberes, havendo, então, um mecanismo de controle, exclusão e interdição não apenas dos corpos, mas também dos saberes.

No texto de Sampaio Bruno (1898), encontram-se alguns trechos interessantes para essa reflexão:

Quando em Portugal se soube que um **literato brasileiro**, de nome arrevesado, Sylvio Romero, escrevera e publicara **uma espécie de história da filosofia no Brasil**, em Portugal **foi, após o pasmo, um sucesso de gargalhadas**. “Ora isto?” dizia-se às mesas dos cafés, nas palestras dos jovens curiosos de espirito. “**Com que então: a filosofia do Brasil? Hein? Esta nem ao diabo lembra!** Se fosse a carne seca do Brasil, ou a feijoada do Brasil... Mas, agora, a filosofia do Brasil. Valha-nos Deus!”. E riam, jubilosos da sua suficiência (SAMPAIO, 1898, p. 40, grifos nossos).

Fica explícita a opinião portuguesa sobre a produção científica e intelectual brasileira. Era motivo de riso e de escárnio, considerada um capricho, pois, como o mesmo filósofo escreve pouco depois, “para a inteligência o Brasil não contava. Não se supunha que brasileiros fossem capazes de mais do que de vigiar pelos engenhos do açúcar” (SAMPAIO, 1898, p. 40).

A partir desse conhecimento instaurado pelo Romero, estabeleceu-se, no olhar do português, o que era um critério científico, subjetivando-se que a produção científica brasileira não era possível a partir dos saberes de indivíduos categorizados como desprovidos de saberes consonantes com a episteme vigente, ou seja, se a ciência é sinônimo de civilização, como um selvagem poderia produzir um saber civilizado?

²¹ Ciência ou conhecimento, para Foucault, é definido como “espaços do saber”. *In: As Palavras e as Coisas – Uma arqueologia das ciências humanas*. Cap. “Os limites da representação”. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

pseudointelectuais que se apropriam do saber por meio de dicionários e catálogos, isto é, por meio de definições superficiais. Por outro lado, há a subjetivação do próprio Imperador como inapto, culturalmente, para interagir com os outros representantes do poder europeu. Isso reforça, na mesma linha de regularidade discursiva anteriormente mobilizada, a inaptidão do Imperador brasileiro para a gestão das vidas do povo brasileiro, evidenciando seu despreparo não apenas na gestão das vidas e da economia, mas também na gestão dos saberes.

Figura 16



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 3.

Saberes esses que, como ilustra a composição 14, serão tratados de forma irônica, pois o que se apresenta é uma fala do Imperador sendo representada por diversos papagaios, reiterando o conceito da repetição vazia e monótona, pelos vários “etc.”, que reforçam a falta de conhecimentos para formular uma argumentação. Fica explícita certa inércia na produção e reprodução do conhecimento sem criticidade, tanto nas artes quanto nas ciências. O irônico é que, mesmo percebendo a fala do monarca como uma colcha de retalhos sem muita lógica, em que os argumentos se seguem sem um real nexos, D. Pedro II é desenhado em uma posição de destaque, como se estivesse se mostrando como um sábio entre os sábios, ideia reforçada ainda mais pela coroa de louro, símbolo de sabedoria.

Essa representação produz uma subjetividade do imperador como um indivíduo ingênuo e arrogante diante de seu público; ao mesmo tempo, subjetiva a elite acadêmica europeia que não saberia mais distinguir um sábio de um papagaio, pois nem mesmo eles estariam acima da elite intelectual brasileira, iguais, desse modo, no critério de valoração científico. Reforça-se, por meio do símbolo do papagaio, o relato do filósofo Sampaio Bruno (1898), que identificava a intelectualidade brasileira como inapta à

produção de ciência e apenas hábil para parafrasear os saberes europeus ou para o trabalho braçal.

E, como se não bastasse, toda a preparação previa a viagem, logo em seguida, o Imperador é retratado assistindo a apresentações em institutos relacionados às ciências e às artes plásticas, para poder aprender e beber da fonte da ciência.

Figura 17



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 5.

Nesse excerto, o imperador, em Portugal, visitando as academias, despe-se de sua coroa, que se encontra pendurada na parede junto com todos os outros chapéus dos convidados, quase como se não representasse nada, e a substitui pela coroa de louro, remetendo ao simbolismo ligado à sabedoria grega. D. Pedro II é sempre retratado em primeiro plano, muito interessado em aprender sobre “papagaios pré-históricos”, em conhecer o papagaio desasado de Milo, que retoma a Vênus de Milo, e outros inúmeros aspectos do papagaio analisado pelos saberes da ciência, das letras, das artes e das ciências políticas.

O papagaio se torna quase o protagonista dessas composições, pois, além de estar materialmente representado nas imagens, é o assunto das discussões. É interessante relembrar que o papagaio, como pontuado anteriormente, equivale a um símbolo associado ao Brasil, tanto por ser parte de sua fauna quanto por reforçar a ideia de ausência de conteúdo e repetição acrítica, que remetem à descrição feita do Imperador e de sua preparação para os encontros oficiais. Bordalo (1872) assim deixa entender que o Imperador, bem como a elite brasileira que ele representa, expressa um saber repetitivo e superficial de informações.

Com base no que Foucault concebe como diferenciações entre ciência e saber, tanto Sampaio Bruno (1898) quando Bordalo (1872) sedimentam que os saberes não

institucionalizados não representam o conhecimento, tendo em vista que, ambos, entendem como conhecimento aquilo que possui regras fixas e instauração de verdades.

Ao reforçar, ainda mais, essa sede de conhecimento, o desenhista ilustra as viagens do Imperador em busca dos berços artísticos e científicos da Europa, de bicicleta, pois não teria dinheiro para viajar mais comodamente. O monarca atravessaria a Itália, a Grécia, o Egito, a Palestina, a Ásia e muitos outros destinos em busca de saberes relativos à arqueologia, à medicina, às ciências naturais etc. Assim, esses saberes institucionalizados, das ciências naturais como da medicina, contribuíram para subjetivar os indivíduos de certo modo, instaurando perfis divergentes, como foi o caso do são e do louco (na medicina) ou do civilizado e do incivilizado (na biologia) por sua herança genética, a partir da episteme que predominava no momento do darwinismo.

Figura 18



Figura 19



Fonte: Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa. 1872, p. 6.

Nas composições apresentadas nesta subseção, fica bem nítida a hierarquização racial dos saberes científicos e das línguas que produzem ciência. O sujeito brasileiro, em momento algum, é colocado como voz científica, mas apenas como ridícula manifestação de adequação a um contexto ao qual não pertence. A sede por interlocutores europeus com quem aprender e debater ciência revela a ideia de uma total ausência de interlocutores para o saber científico no Brasil.

Quais tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser este saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: ‘eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista’? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber? (FOUCAULT, 2005a, p. 15).

E, considerado que nesse contexto o sujeito minimizado e silenciado é o brasileiro e, com ele, os saberes produzidos por meio de sua língua, serão analisados, em seguida, outros trechos voltados para essa reflexão mais propriamente linguística, tentando, assim, reunir discursividades sobre a língua.

6.3.3.2 Dos fardos de uma língua de herança: uma(s) língua(s) portuguesa(s)

De lado a lado, os discursos produzidos por Sampaio Bruno (1898) mostram algumas reflexões sobre as variações entre o Português Brasileiro e o Europeu, na tentativa de compreender, a partir de uma perspectiva marcada discursivamente por saberes de cunho racial e evolucionista, os limites e as consequências dessas diferenciações. Aparentemente, enquanto no Brasil se trabalhava por uma autonomia linguística e cultural, que passava necessariamente pela contestação das hierarquias herdadas do período colonial, em Portugal, buscava-se o fortalecimento dos laços lusófonos. Diante desse movimento de busca por uma autonomia linguística, o filósofo portuense afirma que

[...] as coisas transformaram-se em tanta maneira, e os sentimentos por tal jeito mudaram que **hoje, dos portugueses, os brasileiros nem a língua querem.** [...]. **Entregam-se afincadamente a estudos gramaticais;** manuseiam quotidianamente os clássicos quinhentistas; investigam as menores minúcias dos lexicólogos; e **acabam por concluir que a língua brasileira é já suficientemente diferenciada do português** (SAMPAIO, 1898, p. 108, grifos nossos).

Mesmo não sendo um gramático, Sampaio Bruno dedica parte de seu livro a algumas reflexões sobre sua percepção acerca da realidade linguística brasileira. Nesse trecho, ele relata a contestação nítida que os intelectuais brasileiros estavam tendo em relação não apenas à coroa portuguesa, mas também à língua. Explica que muitos foram os estudos gramaticais produzidos a fim de comprovar a real diferenciação entre as línguas. Sampaio Bruno (1898) segue instaurando uma relação hierárquica resultante do passado colonial, mostrando que haveria uma vantagem implícita na herança linguística e cultural portuguesa, mostrando, por meio desse jogo de poderes, uma relação de forças que se instaura a partir da língua. Percebe-se que, para ele, haveria um rejeito arbitrário da ligação com o português de Portugal, desconsiderando que, conforme Noll (2008), o Português Brasileiro compõe-se não apenas de conservações “hereditárias”, mas também de inovações, sendo, assim, essas inovações as que os linguistas da época mantinham em foco, a fim de subjetivar seu corpo linguístico como autônomo. Mas,

seguindo sua reflexão, ao cogitar sobre as consequências de uma real rejeição de Portugal e sua língua, o português escreve:

Pois que não basta dizer que **o brasileiro é diferente do português. Importa saber se foi para melhor, se foi para pior** que ele diferiu. Note-se bem que não reproduzimos as quimeras das preferências de idiomas. [...]. **Ora, se o brasileiro não quer ser português, que quer ser? Quer ser tupi, como os falares dos indígenas de suas selvas? Quer pertencer ao grupo das línguas bantus, que são as em que se expressa variedade da complexa pretalhada que o tráfico vasou nos portos de Santa-Cruz?** Mas essas línguas são **línguas aglutinantes, aglomerativas**, como lhe queiram chamar; em todo o caso, **línguas de tipo rudimentar e inferior. Passar d'uma língua de flexão para uma língua holofrastica; desprezar uma língua neolatina para dar a preferência a uma língua cafreal** ou da costa do ocidente da África, **seria ir de cavalo para burro**. E para burro dos por isso chamados silvestres, isto é, aqueles que deixam o pasto dos lameiros, para retouçar os cardos das silvas (SAMPAIO, 1898, p. 108, grifos nossos).

Entra em jogo, nesse caso, um juízo de valor relativo à língua e seus usos. Observando, desde sua perspectiva biolinguística²², contemplada pela episteme da época, as inovações do português como degenerações causadas, apenas, pela influência das línguas africanas e nativas, de certo modo, filiando-se com as hipóteses de criouliização que, até hoje, seguem sendo alimentadas, despidas da categorização hierárquica, e que, em Lucchesi (2009), encontram um de seus maiores expoentes, assim explicando que, sim, uma das razões que colaboraram com a variação do Português Brasileiro foi o contato com as línguas africanas, mas não é possível estabelecer que essa tenha sido a única razão. Partindo da associação direta entre nação e língua nacional, Sampaio Bruno (1898) assevera que, caso o brasileiro desconheça sua origem portuguesa, lhe restará apenas filiar-se aos falares indígenas (pois não há *status* de língua para as línguas indígenas) ou às línguas africanas, sublinhando a relação de força, entre as línguas de flexão, neolatinas e as línguas holofrásticas, de matriz afro ou indígena, apelidadas de “inferiores”, “rudimentares”. Em seu discurso, deixa impresso

²² Conforme Vianna (2006), houve, no final de 1900, a produção de diversos textos, como os de Pinker e Bloom (1990) ou o livro de Bickerton (1990), que “reconciliam a noção de uma gramática universal, inata e específica no humano, com a biologia evolutiva, bem como a entrada de Chomsky no debate, preservam a distinção fundamental entre linguagem e não linguagem em função das categorias humano e não humano, permitindo o embarque da linguística contemporânea no tratamento evolutivo do seu objeto tradicional” (2006, p. 213). Sendo assim, o campo de estudos, conhecido hoje como biolinguística (PLEYER; HARTMANN, 2019), ainda que recobrimdo uma diversidade de abordagens e compromissos teóricos, e até epistemológicos, cumpre os requisitos mínimos de uma aproximação das ciências cognitivas (em especial, mas não somente, em sua vertente cognitivista) com a biologia evolutiva (em especial, mas não somente, na tradição da síntese neodarwinista).

seu julgamento depreciativo dos usos linguísticos africanos, “seria ir de cavalo para burro”. Essa imagem do burro retoma e conversa com a materialidade discursiva produzida por Bordalo (1872), que, como visto anteriormente, representa o Imperador brasileiro deslocando-se em Portugal em um burro. Há, no burro, também o eco de uma memória histórica relativa ao processo de independência do país, que se monumentalizou, nas representações pictóricas, na figuração do grito do Ipiranga feito em um cavalo, que, na realidade, teria sido um burro. Outra sutura possível remete ao entendimento do burro como aquele que não tem capacidade intelectual, mais uma vez subjetivando a inabilidade do monarca e a imaturidade da independência nacional.

Em seguida, o filósofo prossegue explicando que, dentre os responsáveis pela cristalização da mudança linguística, estariam “os literatos brasileiros” que teriam “larga culpa no estropiamento da linguagem” (SAMPAIO, 1898, p. 110). Com essas palavras, ele deixa explícita a sua categorização em relação à variação linguística brasileira, e, não satisfeito, ainda define futilidade o “propósito de mostrar que eles falam e escrevem melhor do que nós” (SAMPAIO, 1898, p. 110), reforçando novamente sua percepção hierárquica das línguas. Não pode haver diferença sem estabelecer quem seria o melhor ou o pior na comparação. Seguindo na perspectiva comparativa, referindo-se ainda aos críticos brasileiros, relata que eles “teimam em como, nós outros, do continente europeu, é que não usufruímos da língua consoante como, por nossa inópia, não possuímos estilo” (SAMPAIO, 1898, p. 112).

Sampaio Bruno tenta juntar algumas das hipóteses portuguesas sobre as razões da variação linguística. Ele admite que existe uma variação, por ele chamada de evolução, natural e própria das línguas, mas, em sua opinião, não houve tempo hábil para que pudesse ter ocorrido e, mesmo se tivesse ocorrido, tais modificações não alterariam a “índole” da língua. Ao escolher o vocábulo “índole”, Sampaio Bruno (1898) vincula a língua a um juízo de valor, novamente subjetivando o falante dessa língua como inferior, ligando-o ao povo e, mais especificamente, à etnia e aos saberes dessa etnia, a qual detém o domínio de determinado uso linguístico.

[...] o brasileiro não pôde **diferenciar-se** do português senão por **evolução natural e própria**, como toda e qualquer língua, sendo as transformações semelhante natureza não só irreprimíveis como plausíveis. Todavia, **essas alterações**, por isso que são desenvolvimentos de formas anteriores, **não modificam a índole da linguagem, permanecendo o idioma** (diferenciado) **o mesmo**. Se, pois, **ele está já tão diverso** que seja a língua brasileira diferente

estruturalmente da portuguesa, pela gramática e pelo dicionário, fonética e etimológica, sintática e graficamente; **como não houve materialmente o tempo preciso para tais variações que, a constituir o brasileiro atuaram causas estranhas** (SAMPAIO, 1898, p. 108, grifos nossos).

Novamente, vê-se uma relação de forças entre o que se entende como saber e ciência; quando ele subjetiva o povo por meio da língua, ele se subjetiva e subjetiva o povo português como melhor. E, ao se referir a essas mudanças linguísticas, questiona se os fatores que impulsionaram essa mudança teriam proporcionado uma “evolução progressiva ou regressiva”, pois, em seu juízo, a razão da mudança linguística ocorrida no Brasil seria a “jactância brasileira”, isto é, a mestiçagem entre o europeu, português e as demais etnias e comunidades presentes no Brasil. Pode-se perceber também que, em sua visão, haveria, sim, uma variação linguística, inscrita na língua e regida por critérios estruturais e definidos (tempo ou condições específicas para que a variação aconteça), quase desconsiderando que há um processo de historicização em ato e que as categorizações da língua escrita não são completamente aplicáveis à língua oral, pois ela é viva e, em uso, responde a uma necessidade comunicativa que, em um contexto mercantilista e multilinguístico, qual seja, o contexto histórico brasileiro, resultaria em uma língua de compromisso, o que Castilho (2010) define como “dialeto das senzalas”, e cujo processo de “metamorfose” linguística foi descrito por Naro e Scherre (2007). Tudo isso delineou duas fases decorrentes desses contatos linguísticos e dois tipos de transmissão linguística diferentes. Para melhor explicar sua posição, o português recorre a uma comparação, trazendo à baila sua visão relativa à história linguística do inglês colonial.

É porque **o norte-americano nunca se mesclou com as raças inferiores do país, autóctones ou importadas**, como os pelles-vermelhas ou com os pretos africanos. **Orgulhosamente se afastou; exterminou ou explorou essas pobres gentes**; mas procedeu tanto quanto possível, como os arias ao contato das populações dravídicas. **Refugiou-se em castas, afim de conservar puro o seu sangue superior, trazido da Europa**. Não o comprometeu na mestiçagem. **Por isso, a língua inglesa não sofreu nele senão os desvios naturais** e próprios, limitados, conseqüentemente, ao ondular da própria evolução (SAMPAIO, 1898, p. 108, grifos nossos).

Segundo ele, de fato, a língua inglesa não teria tido significativas variações linguísticas em virtude da conduta dos ingleses, que nunca se mesclaram “com as raças inferiores do país, autóctones ou importadas”, indicando como necessário o cultivo de certo orgulho racial, pelo qual seria lícito exterminar ou explorar qualquer comunidade

distinta da própria, pois esse seria o preço por “conservar puro o seu sangue superior, trazido da Europa”. O autor, aqui, propõe, por meio da não transformação da língua, uma política de morte²³; assim, para não desvirtuar a língua, não deveria haver contato com outras línguas e, conseqüentemente, esse outro, detentor desse saber linguístico, não deveria existir. Logo, as línguas seriam eliminadas se os corpos o fossem.

Ao explicar sua versão da história linguística do Português Brasileiro, Sampaio Bruno (1898) reforça mais e mais vezes o elemento da mudança linguística pelo convívio com as línguas africanas.

Com o relaxe demagógico do português, **que se não peja de ter copula e conviver familiarmente com a mulher negra mais degradada, a perversão da linguagem atingiu o cumulo. A meiguice da raça negra, essencial e caracterizadamente afetiva [...]** essa meiguice, **d'um melaçamento idiota, pegou-se ao idioma.** Daí as **alterações fonéticas; o desbaste das arestas varonis nos vocábulos; a abundancia formigante dos diminutivos.** Chega-se á afinação extrema de fazer diminutivos nos participios dizendo, por exemplo: dormindinho. O menino está dormirdinho. **O lexicografo português,** longos anos vivendo e convivendo no Brasil, Manuel de Mello, **estudou esta aberração.** A negra era a ama da criança brasileira: depois, nos jogos da adolescência, a mucama, rapariguinha da mesma idade; o negrinho, irmão-de-leite do branco, não desacompanhavam a filha, o filho do senhor. Eram seus constantes companheiros de folguedos, seus confidentes; quase seus amigos e iguais. **Desde pequenino, pois, o brasileiro aprendia a falar como o negro, e como o negro se ficou a falar. A linguagem tornou-se mais doce,** explica ao público indiferente da Nouvelle Revue o pernambucano Oliveira Lima. Adocicada é que ela ficou. Á linguagem brasileira definiu-a pitorescamente, mas completamente, Eça de Queiroz, quando lhe chamou português com açúcar. Esta **degenerescência** veio da ação da gente negra; **é um dos efeitos lamentáveis da escravidão** (SAMPAIO, 1898, p. 109, grifos nossos).

O filósofo subjetiva, nesse trecho, a mulher africana como corpo não só divergente, mas também inferiorizado diante tanto da mulher europeia quanto do

²³ O conceito de necropolítica, aqui mobilizado, origina-se no trabalho de Achille Mbembe, intitulado *Necropolítica* (2019), que reflete sobre as políticas de deixar morrer adotadas pelos Estados modernos, explorando a concepção de biopolítica foucaultiana ao evidenciar como pode existir não apenas uma política da vida, mas também uma da morte. Nesse sentido, os processos de subjetivação dos indivíduos também se definiriam pela forma como estes enfrentaram a morte no decorrer da história, tornando-se sujeitos ao “sustentar o trabalho da morte” (2019, p. 12). Desse modo, Mbembe (2019) destaca a questão racial e nacional colocando a raça como a classe biológica que divide quem deve viver de quem deve morrer. O autor reflete sobre a escravidão, afirmando que, mesmo ela se configurando como uma biopolítica, torna esses sujeitos mortos em vida, reduzindo-os a seres biológicos ou propriedades com vidas descartáveis e desprovidas de qualquer valor. O teórico coloca em luz a existência de métodos, anteriormente utilizados para tornar os ‘selvagens’ povos ‘civilizados’, métodos que tornariam o Estado hábil para “civilizar” e conferir objetivos “racionalis” ao ato de matar.

homem europeu. E, mais ainda diante da indígena, como comentado anteriormente, pois esta, a africana, mostra-se como um sujeito dissimulado, um sujeito que conduz à perversão, não apenas do corpo, mas também da língua e da cultura. Nesse trecho, também, é interessante notar que, bem como anteriormente se viu que Bordalo (1872) subjetivou o imperador como demasiadamente meigo pela convivência com o povo brasileiro, aqui, identifica-se onde se origina essa meiguice, que é tratada de forma pejorativa, vista como característica desvirtuante.

O autor recorre a estratégias de desqualificação da variação linguística brasileira, apelidando-a de “perversão da linguagem” ou “aberração”. Ele fundamenta seus argumentos nas variações do léxico que teriam apresentado uma presença massiva de diminutivos, formas linguísticas, segundo ele, típicas da linguagem coloquial africana, matriz que teria “um melaçamento idiota” que “pegou-se ao idioma”. Resulta curioso o apego do filósofo aos diminutivos, pois, segundo Castilho (2010, p. 180-188), registravam-se, sim, contribuições tanto das línguas indígenas quanto do crioulo e/ou línguas africanas. Especificamente, entre as línguas indígenas, a maior contribuição lexical advém do tupi-guarani, “que cedeu cerca de dez mil vocábulos”, em sua maioria, topônimos e antropônimos, e substantivos comuns que nomeiam vegetais e animais. Já a contribuição das línguas de matriz africana seria de, aproximadamente, “trezentos [...] palavras [...] incorporadas ao léxico”, bem como, de acordo com alguns estudos, existiam simplificações da morfologia nominal e verbal.

Em suma, teria tornado o português uma língua afetiva e adocicada:

Lá aparece consignada com magoa a repercussão do falar **impuro** da gente preta na **depravação** fonética e sintática da linguagem do menino amamentado e criado pela mãe-negra. Queixa-se de que se não houvessem sujeitado os índios; a seu parecer, esta **corrupção** do idioma, assim, se não teria dado. Foi uma ideia obstinada em que encanizou, contra tudo e contra todos (SAMPALIO, 1898, p. 109, grifos nossos).

Por meio desse trecho, encontra-se o retorno do conceito de pureza, anteriormente apresentado no excerto que tratava dos ingleses. Aqui, materializa-se nessa escolha lexical o encontro entre dois saberes institucionalizados, sendo eles o saber biológico, em relação à raça (ariana), e o saber religioso, em relação à pureza do corpo e da alma, ambos desvirtuados por meio da “jactância”, também linguística.

O tom de desqualificação segue apelidando a mudança linguística de “depravação fonética e sintática da linguagem”, bem como de “corrupção do idioma”,

ao reforçar o critério da língua pura, herança de um povo com sangue puro, oposto às comunidades africanas, que são tratadas como impuras e desumanizadas, trazendo à tona a regularidade discursiva relativa à subjetivação desses corpos como não humanos.

Nessa lógica da variação advinda das línguas de contato, Sampaio Bruno (1898) segue com uma comparação entre as variações da língua portuguesa que foram documentadas nas várias colônias e ex-colônias.

Então verificariam que os literatos goenses escrevem como eles, brasileiros. **Usam das partículas pronominais em idêntico transtorno**, por exemplo; de modo que um leitor de Lisboa, ao ler Moniz Barreto, cuida estar-se enfastiando com Sylvio Romero. **É frequente em Portugal tomarem-se por brasileiros escritos de filhotes indianos**. Porque? Qual será a causa determinativa d'isto? A resposta estará dada, desde que se recorde que os escritores portugueses de Goa são canarins assim alli chamados; **provêm de raças selváticas inferiores**, vencidas e sujeitas pela invasão arya, originariamente **falando variedades dravídicas**, línguas de aglutinação, como as africanas. (SAMPAIO, 1898, p. 111, grifos nossos).

Como Foucault (2006a) traz a questão da medicina e das ciências naturais enquanto disciplinas reguladoras de condutas e categorizadoras de saberes e sujeitos, aqui, Sampaio Bruno (1898) mostra como a gramática estaria, além de regulando, categorizando os usos linguísticos dos brasileiros como doentios, como anormais, ao colocar em paralelo com a loucura e com a degeneração biológica. Na mesma linha, o autor considera todas as línguas autóctones, que não são descendentes do tronco latino, iguais em sua inferioridade e alteridade em relação ao corpo linguístico das línguas de flexão. Nesse sentido, ele subjetiva todos os corpos de falantes de línguas “divergentes” como indistintos, mais uma vez trazendo à baila, em sua prática discursiva, o dizer de uma necropolítica que reside na ideia da desvirtuação pelo contato e, portanto, na necessidade da exterminação para prevenir o desvio.

Ao comparar o Português Brasileiro com as outras variações ultramarinas, o portuense relata alguns usos linguísticos recorrentes, como no uso das partículas pronominais; uso este que ele chama de “transtorno”. E, por perceber que havia uma correspondência entre os usos, deduz que isso se devia à origem daqueles povos, pois todos eles seriam descendentes de “raças selváticas inferiores” falantes de “variedades dravídicas”.

Ainda sobre as línguas dravídicas e seu papel na mudança fonética, o portuense escreve:

Ora, **os elementos fonéticos das línguas dravídicas** lembram não só as línguas australianas, como incisivamente as africanas. Ao contato continuo, **o nosso idioma classicamente castigado, derranca**. É espetáculo diário em nossas colônias atuais de África; e ao estudo da dialetologia lusitana extracontinental dedicou o laborioso Snr. Leite de Vasconcellos cuidados inteligentes. Assim, pois, **se os brasileiros que repudiam nossas faltas, como insontes e rudes, conhecessem a fonética dos portugueses de Angola não se envaideceriam tanto com a dos nativistas da Bahia** (SAMPAIO, 1898, p. 111, grifos nossos).

Coloca que, por existir essa hierarquia racial e por haver correspondências nos usos linguísticos das várias colônias, distanciar-se de uma matriz neolatina seria afirmar uma matriz dravídica ou bantu, que, em sua acepção, não deveria envaidecer muito os linguistas brasileiros, pois, para ele, a partir da visão das línguas autóctones como indistintas, as variações do português em contato com essas línguas resultariam em usos linguísticos que apresentariam regularidades.

Tal colocação se materializa como uma explícita estratégia de poder sobre esses corpos divergentes, pertencentes aos povos autóctones, por meio da qual ele estaria reafirmando a superioridade do povo português sobre o brasileiro ou de qualquer outra colônia. Em seu olhar, os povos originais não passariam de um grande grupo genérico e, de certo modo, aproximado, fazendo da repetição do enunciado, em ambas as materialidades, o “retrato do brasileiro”, no caso aqui tratado, como o sujeito inferiorizado e, de certa forma, indigno da língua portuguesa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste estudo, objetivou-se descrever os processos de subjetivação do corpo social brasileiro, bem como do Português Brasileiro, a partir dos elementos estudados por Foucault (1984; 2010), na condição de componentes de uma cultura do cuidado de si, feita de disciplinas e estratégias para a manutenção do poder. Articulou-se esse arcabouço teórico com os estudos de História Social do Português Brasileiro, mobilizando Castilho (2010), Naro e Scherre (2007), Braxler e Lucchesi (2009) e Noll (2008).

As séries enunciativas analisadas foram compostas por enunciados pinçados a partir de dois textos, *O Brasil Mental*, de Sampaio Bruno (1898), e *Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*, de Bordalo (1872). Tais enunciados produzem subjetividades outras para o corpo social e a língua brasileiros; a partir de uma sutura entre as regularidades discursivas presentes nos dois textos, foi possível começar a perceber de que modo se instaura uma dada verdade sobre o sujeito que, ao mesmo tempo, subjetiva a si mesmo e é subjetivado pelo outro.

Para investigar o processo de subjetivação do corpo social brasileiro e do Português Brasileiro, tomou-se como ponto de partida a existência de uma produção discursiva que criou a subjetividade do “tipo brasileiro”, bem como da “língua brasileira” ou do Brasil propriamente dito. Essa produção, constituída em uma teia de poderes, exerce coerção sobre os sujeitos para que tal subjetivação seja assumida. Paralelamente a essa estratégia de sujeição, buscou-se observar se prevaleciam gestos de resistência, relatados nos mesmos enunciados, no processo de constituição do eu dos indivíduos brasileiros e de sua língua(gem).

Desse modo, a questão sobre o processo de subjetivação do sujeito brasileiro se desdobrou em três séries temáticas, relacionadas a questões teóricas distintas, podendo, assim, olhar para o *corpora* subdividido em enunciados concernentes às relações de poder instauradas entre nação, território e população; às relações de alteridade, articulando o binômio sujeito/poder; e, por fim, às relações de saber/poder, tocando no assunto do processo de variação do Português Brasileiro, bem como no embate entre conhecimento científico e saberes não institucionalizados.

Para isso, no primeiro capítulo, tratou-se da constituição e da natureza dos campos do saber e de como eles colaboram com a constituição de um social discursivo, no qual se inscrevem jogos de poderes internos e externos, individuais e coletivos.

No segundo capítulo, ainda pensando nos poderes, foi mobilizada a relação de poder entre língua e nação, uma relação que reside na base da constituição de uma identidade coletiva, já que, sem um povo sobre o qual exercer poder, não há governamentalidade; assim, a língua se torna um instrumento para promover e instaurar esse perecimento ao grupo social.

Ao olhar, então, para essa relação por uma perspectiva mais próxima ao recorte do *corpora* do presente trabalho, escolheu-se, no terceiro capítulo, olhar para as relações de língua e nação no contexto brasileiro, tocando no assunto das origens do português e do Português Brasileiro. Pontua-se ter sido importante encontrar seus percursos de historicização e suas características individuais de inovação e conservadorismo.

O passo seguinte foi articular essas vertentes, no quarto capítulo, buscando convergências possíveis entre os estudos de História Social do Português Brasileiro, abordados no capítulo anterior, e a teoria foucaultiana, a partir do recorte teórico-analítico do presente estudo, que, no caso, refere-se aos processos de subjetivação/sujeição por meio da língua, entendida como algo capaz ou não de produzir saberes/ciência. Assim, para Foucault (2002a), a materialidade dos enunciados contribui para torná-los objetos de cultura em que os homens “produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem, recompõem, eventualmente destroem” (FOUCAULT, 2002a, p. 121). É por isso que o enunciado “circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 2002a, p. 121).

No quinto capítulo, tratou-se de delinear uma parte metodológica, explicando como foi feita a escolha do *corpus* e como os conhecimentos sistematizados nos capítulos anteriores foram agenciados. Aqui, tentou-se, também, apresentar as duas obras que compõem o *corpora*, por intermédio de uma contextualização social e histórica.

Por último, encontra-se o sexto capítulo, o único que realmente converge o gesto analítico deste estudo. Nele, foram analisados os enunciados que, divididos em séries discursivas, mostraram de que maneira há um agenciamento dos poderes que incentiva ou exclui práticas discursivas sobre os sujeitos, articulando-se em vários espectros, a

saber: o territorial, o da alteridade, das relações de poder micro e macro entre os sujeitos, bem como das relações de poder entre línguas e saberes institucionalizados ou não.

A partir dessa análise, viu-se que há, sim, múltiplos processos de subjetivação em funcionamento na emergência do dizer das materialidades examinadas. Percebe-se que há, inclusive, relatos dos movimentos de subjetivação autônoma, operados pela elite intelectual brasileira, além de movimentos da subjetivação do Português Brasileiro enquanto língua. A hipótese de Bruno (1898) passa por camadas de discursos entre as quais os saberes ligados ao darwinismo social, que conferem uma hierarquização das raças em contextos de jogos de poder, delatam, sim, uma proximidade com a ideia de que o Português Brasileiro resulta de um processo de criouliização ou de contato com línguas africanas, vistas como impuras e perversas.

De fato, hodiernamente, tem-se uma corrente representada, em especial, por Dante Lucchesi, que sustenta uma hipótese semelhante, sem, no entanto, emitir juízo de valor. O processo é o de transmissão irregular – como a maior parte dos falantes brasileiros de Português Brasileiro era de origem africana, a transmissão da língua de geração para geração teria tido essa marca, que favorece inovações. Mas pesquisas, como as de Scherre e de Naro (2007), explicitam que uma boa parte dos fenômenos alegadamente atribuídos a esse contato com línguas africanas já existia no Português trazido para o Brasil, como variações de ocorrências menos frequentes. Aqui, temos a segunda tese sobre as origens do Português Brasileiro, a deriva secular. Pode-se observar, também, que há uma subjetivação interna ao corpo social brasileiro que resulta de um tripartido entre os descendentes de Portugal, que são subjetivados como inaptos para o cargo; há, outrossim, a subjetivação do homem negro, que é visto como um humano animalizado; da mulher negra, construída como provocativa; e, em seguida, os indígenas, vistos como animais.

Por meio dessa sucinta recompilação das ideias e dos dados da presente pesquisa, justifica-se a relevância desta em relação à sua contribuição tanto para o campo do saber da Análise do Discurso, pois Foucault não fala exatamente de língua enquanto tal, quanto para os estudos da História Social da língua, por articulá-los às dinâmicas de relação entre língua, nação, território e poder. Por fim, pode-se afirmar que, nos campos do saber, instauram-se relações de poder que se traduzem, de certa forma, em políticas que gerem vidas – ao geri-las, enredam os sujeitos em redes de poder e de saber que lhes estabelecem verdades sobre si, sobre o outro e sobre a língua.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARBATO, Luis Fernando Tosta. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 1-15, 2014.
- BERENBLUM, Andrea. **A invenção da palavra oficial**: identidade e língua nacional em tempos de globalização. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BORDALO, Rafael Pinheiro. **Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a Picaresca Viagem do Imperador do Brasil pela Europa**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1872.
- BORGES, Valdeci Rezende. Manuel Pinheiro Chagas leitor crítico de José de Alencar: a censura e a resposta. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 2, p. 1-17, 2010.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. Modelos e métodos. In: BURKE, Peter (org.). **História e teoria social**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **História Social**. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTRO, Zília Osório de. A independência do Brasil na imprensa periódica portuguesa (1822-1823). **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 15, p. 663-679, 1993. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/42010/1/A_independencia_do_Brasil_na_imprensa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

- CEVASCO, Maria Eliza. **As dez lições sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CHAGAS, Pinheiro. Literatura brasileira – José de Alencar. *In*: CHAGAS, Pinheiro (org.). **Iracema**: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento. *In*: PESAVENTO, Sandra (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.
- DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003.
- DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.
- DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- DUARTE, André. Foucault no século 21. **Revista Cult – UOL**, 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/foucault-no-seculo-21/>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história II**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- FEBVRE, Lucien. **História**. São Paulo: Ática, 1978.
- FELDMAN, Ariel. A construção do Estado e da Nação no Brasil: identidades políticas e imprensa no período regencial (1831-1840). **Revista Aulas**, Campinas, n. 2, p. 33-50, 2006.
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, n. 1, p. 115-126, 2009.
- FOUCAULT, Michel. “Deux essais sur le sujet et le pouvoir”. *In*: FREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org.). **Michel Foucault**: un par cours philosophique. Paris: Gallimard, 1984.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 25. ed. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. *In*: MACHADO, Roberto (org.). **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.

FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a história. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005c.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. *In*: FERNANDES, Claudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos (org.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

HOBBS, Eric John Ernest. **Nações e nacionalismos desde 1870**: programa mito e realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

HOBBS, Eric John Ernest. **A questão do nacionalismo**: nações e nacionalismo desde 1780. Lisboa: Terramar, 1998.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Sobre História**. In: HOBSBAWM, Eric John Ernest (org.). **Da História Social à História da Sociedade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric John Ernest; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. **L'eterogeneità del linguaggio e la sua influenza sullo sviluppo intellettuale dell'umanità** (orig. Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts). 1836. Nuova edizione: on language. Sulla diversità della costruzione del linguaggio umano e la sua influenza sullo sviluppo mentale delle specie umane. Cambridge: University Press, 1999.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2011.

JOSEPH, John; TAYLOR, Talbot. **Ideologies of Language**. Londres: Routledge, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. **O português afro-brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCÓS, István (org.). Brasil: **formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC; Editora Unijuí; Fapesp, 2003.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. **O Brasil e as colônias portuguesas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1880.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Do outro lado do Atlântico: a questão brasileira vista por O Campeão Português (1820-1821). **Revista de SBPH**, São Paulo, n. 5, p. 39-45, 1989-90.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo**: a cultura política da independência, 1820-1822. 1992. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. On truth Lyng in an extra-moral sense (1873). In: GILMAN, Sander; BLAIR, Carole; PARENT, David (org). **Friedrich Nietzsche on Rhetoric and Language**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1989.

NOLL, Volker. **O português brasileiro**: formação e contrastes. Tradução de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. *In*: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (org.). **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000.

OLIVEIRA, Marilza. **Língua portuguesa em São Paulo**: 450 anos. São Paulo: Humanitas, 2006.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. *In*: PAGOTTO, Emílio Gozze (org.). **Línguas e instrumentos linguísticos**. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PLAUTO, Tito Mácio. **Asinaria-Captivi**. Testo latino a fronte. Milano: Mondadori, 2012.

PRATT, Mary Louise. Utopias linguísticas. Tradução de André Nascimento e Joana Plaza Pinto. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 437-459, 2013.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social; Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 7, p. 67-82, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0067.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SAMARTIM, Roberto *et al.* **Estudos da AIL em Ciências da Linguagem**: língua, linguística, didática. Coimbra: [s. n.], 2015.

SAMPAIO, Bruno. **Brasil mental**. Porto: Livraria Chardron, 1898.

SAMPAIO, Bruno. **A Ideia de Deus**. Porto: [s. n.], 1902.

SAMPAIO, Bruno. **Os Modernos Publicistas Portugueses**. Porto: [s. n.], 1906.

SILVA, Hosana dos Santos. **O lugar da língua na São Paulo transformada**: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SOUZA, Ilíada Rainha de. **Genética evolutiva**. Florianópolis: BIOLOGIA/EAD/UFSC, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história**: os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

VIANNA, Beto. **Nós primatas em linguagem**: relações linguísticas como um processo biológico. 2006. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **L’instauration de l’Etat-nation Brésil**. Hérodote, [S. I.], v. 98, p. 63-95, 2000.

WILLIAMS, Glyn. **French discourse analysis**: the method of post-structuralism. London, Great Britain: Routledge/New York, NY/USA: Rouledge, 1999.